



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**SOLIDARIEDADE EM MOVIMENTO: MST E MTST NA JORNADA POR UM
BRASIL SEM FOME**

MARIA EMILIA GOMES DE SÁ

**Araras
(2024)**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

SOLIDARIEDADE EM MOVIMENTO: MST E MTST NA JORNADA POR UM
BRASIL SEM FOME

MARIA EMILIA GOMES DE SÁ

ORIENTADOR: PROF. DR. RICARDO SERRA BORSATTO
COORIENTADOR: PROF. DR. JOELSON GONÇALVES DE CARVALHO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural

Araras
(2024)

de Sá, Maria Emilia Gomes

Solidariedade em movimento: MST e MTST na jornada por um Brasil sem fome / Maria Emilia Gomes de Sá -- 2025.
131f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Araras, Araras

Orientador (a): Ricardo Serra Borsatto

Banca Examinadora: José Raimundo Sousa Ribeiro Junior, Alice Miguel de Paula Peres

Bibliografia

1. Fome. 2. Movimentos socioterritoriais . 3. Aliança campo-cidade. I. de Sá, Maria Emilia Gomes. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Helena Sachi do Amaral - CRB/8 7083



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Agrárias
Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Maria Emilia Gomes de Sá, realizada em 06/02/2025.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Ricardo Serra Borsatto (UFSCar)

Prof. Dr. José Raimundo Sousa Ribeiro Junior (UFABC)

Profa. Dra. Alice Miguel de Paula Peres (UFSCar)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família e amigos.

À minha família, faço uma menção especial à minha mãe, pai, irmão, irmãs e avós maternos. Obrigada Valdineia, minha amada mãe, por sempre cuidar e acreditar em mim. Agradeço pela sua força, pelos carinhos, abraços, por sempre me incentivar e jamais, em hipótese alguma, soltar minhas mãos. Sua gentileza será sempre um horizonte para mim e para tudo o que pretendo realizar como pessoa e como profissional.

Ao meu pai, José Santana, agradeço por todos os ensinamentos e pelas sábias palavras que sempre encontram uma forma de chegar até mim, à minha mente e ao meu coração. Se hoje me formo como escritora, devo muito a você, às suas poesias e sábias reflexões.

Ao meu irmão, José Matheus, agradeço por sempre me proteger e aconselhar. Obrigada por ser meu melhor amigo, por me inspirar e por sempre me motivar. Nossas conversas, trocas e abraços me deram forças para enxugar as lágrimas e seguir em frente nos momentos mais difíceis. Obrigada também a minhas irmãs por sempre se fazerem presentes na minha vida, apesar da distância física.

Agradeço aos meus amigos também por estarem ao meu lado ao longo dessa jornada. Em especial, agradeço à Helena Lelli, minha companheira de luta e de vida. Minha melhor e mais inspiradora amiga. Obrigada por caminhar ao meu lado e por não desistir de esperar comigo. Sua forma de olhar para a vida transformou meus olhares que, hoje, enxergam o mundo com mais beleza em cada sutileza - cada gota de chuva que cai sobre as folhas das árvores, cada joaninha, cada borboleta, cada capuchinha, a magnitude de cada ser que pisa sobre a terra. Obrigada pelas suas poesias e por sempre acreditar em mim. Obrigada por compartilhar a vida e a profissão comigo.

Também não posso deixar de agradecer a todos os companheiros dos movimentos sociais que conheci ao longo dessa trajetória. A todos os companheiros da brigada de hortas e das cozinhas solidárias do MTST, que tanto me ensinaram e me fazem acreditar na luta coletiva. Obrigada pelos compartilhamentos.

Agradeço também aos companheiros, assentados e apoiadores do MST que me proporcionaram trocas riquíssimas, que sempre levarei comigo. Em especial agradeço à Maria Rodrigues por me acolher e me ensinar tanto. Agradeço por sua força e sua luta, tão importante para a nossa sociedade. Seus caminhos e palavras me trazem forças e muito esperar.

Agradeço a todos os trabalhadores e trabalhadoras - do campo e da cidade -, aos povos das florestas, da terra e das águas, que lutam diariamente para a construção de um Brasil e de um mundo melhor, com dignidade e bem-viver a todos os seres que habitam a Terra. Também a todos os autores, escritores e pesquisadores que dedicaram e dedicam sua vida à luta pelo coletivo. Seus escritos e ensinamentos tornaram-se sementes que me inspiram a seguir em frente.

Agradeço ainda ao meu orientador Ricardo Borsatto por me acompanhar e guiar desde a graduação. Suas aulas, conselhos e puxões de orelha foram essenciais para o meu crescimento pessoal e profissional. Agradeço pela sua didática e forma de ver o mundo que me apresentaram outras possibilidades de ser, quando eu já não sabia para que direção ir.

Às pessoas que compartilham o caminhar ao meu lado, só tenho a agradecer. Por vocês eu sonho e consigo andar. Com vocês eu luto e posso esperar.

Obrigada ao Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (PPGADR) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), campus Araras, pelo apoio essencial ao desenvolvimento deste trabalho. O suporte institucional e acadêmico foi fundamental para a construção deste estudo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

SUMÁRIO

Índice de tabelas	8
Índice de figuras	9
Resumo.....	10
Abstract.....	11
1 Introdução e justificativa.....	16
2 Revisão de literatura	21
2.1 Fome à brasileira: de Josué de Castro à Carolina Maria de Jesus.....	21
2.2 A fome de hoje: uma questão de capital.....	25
2.3 Dados e estatísticas da fome no Brasil.....	30
2.4 O passado à nossa frente: raízes coloniais e as origens estruturais da fome.....	36
2.5 Movimentos socioterritoriais: agentes de transformação?.....	43
3 Metodologia	47
3.1 Categorias analíticas.....	47
3.2 Descrição das áreas de estudo.....	48
3.2.1 <i>Ocupações do MTST.....</i>	49
3.2.2 <i>Assentamentos do MST.....</i>	50
3.3 Descrição da análise documental.....	52
3.4 Descrição de vivências.....	55
3.5 Descrição dos entrevistados.....	57
3.6 Análise de dados.....	59
4 Resultados e discussões.....	61
4.1 MST: PÁTRIA LIVRE, VENCEREMOS!.....	61
4.2 MTST: por teto, trabalho e pão.....	84
4.4 O que muda: análise das diferenças entre MST e MTST no combate à fome.....	101
4.3 MST e MTST: estratégias comuns na luta contra a fome.....	103
4.3.1 <i>Reforma ou revolução?.....</i>	103
4.3.2 <i>Solidariedade em movimento.....</i>	108
4.3.3 <i>A questão alimentar como disputa territorial</i>	110
4.5 Janela sobre a utopia.....	115
5. Considerações finais.....	118
6. Referências bibliográficas	121

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Categorias analíticas e variáveis utilizadas para coleta e análise de dados.....	47
Tabela 2. Notícias coletadas e analisadas através da pesquisa documental.....	53
Tabela 3. Sistematização da observação participante.....	56
Tabela 4. Roteiro utilizado para a realização das entrevistas semiestruturadas.....	58
Tabela 5. Fases da análise de dados.....	59
Tabela 6. Principais ações do MST identificadas no combate à fome.....	82
Tabela 7. Principais ações do MTST identificadas no combate à fome.....	101

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Mapa das ocupações do MTST visitadas durante a pesquisa.....	50
Figura 2. Mapa dos assentamentos do MST visitados durante a pesquisa.....	52
Figura 3. Jornal Sem Terra do MST.....	53
Figura 4. Documentos do MTST utilizados para pesquisa documental.....	54
Figura 5. Reivindicação de terra para plantar no Jornal Sem Terra Nº 119/1992...	66
Figura 6. Fragmento do Jornal Sem Terra Nº 206/2006.....	69
Figura 7. Cartazes criados e divulgados pelo MST.....	72
Figura 8. Solidariedade Sem Terra.....	75
Figura 9. Ação Mãos Solidárias no Armazém do Campo Recife-PE.....	76
Figura 10. Inauguração do Sacolão Popular na cidade de São Paulo/SP.....	77
Figura 11. Divulgação de atos realizados pelo MST.....	78
Figura 12. Curso de saúde do solo e mudanças climáticas	80
Figura 13. Cromatografia e nutrição do solo.....	81
Figura 14. Mutirão para plantio de árvores.....	81
Figura 15. Boletim das cozinhas solidárias.....	88
Figura 16. Hortas da Ocupação Luiza Mahin.....	90
Figura 17. Cozinha coletiva e horta Ocupação Nova Canudos.....	91
Figura 18. Alimentos colhidos e partilhados no dia de mutirão na horta da ocupação	91
Figura 19. Cozinha coletiva e horta Ocupação Lélia Gonzalez.....	92
Figura 20. Cozinha Solidária da Sé.....	98
Figura 21. Dados das refeições distribuídas através das cozinhas solidárias.....	98
Figura 22. Cozinhas solidárias do MTST distribuídas pelo Brasil.....	99

SOLIDARIEDADE EM MOVIMENTO: MST E MTST NA JORNADA POR UM BRASIL SEM FOME

Autor: MARIA EMILIA GOMES DE SÁ

Orientador: PROF. DR. RICARDO SERRA BORSATTO

Coorientador: PROF. DR. JOELSON GONÇALVES DE CARVALHO

RESUMO

A fome que se perpetua no Brasil é uma questão social marcada por um sistema econômico em que a comida é vista, sobretudo, como mercadoria. Para pensar soluções de combate à fome, partimos dos movimentos socioterritoriais como agentes importantes na efetivação de transformações estruturais nos sistemas alimentares. Nesse contexto, o objetivo do projeto ora proposto é identificar e analisar as convergências e diferenças existentes entre os discursos e ações de movimentos socioterritoriais do campo e da cidade frente à luta pelo combate à fome, mais especificamente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Através da combinação de metodologias qualitativas efetivadas por meio de entrevistas semiestruturadas, observação participante e pesquisa documental, analisamos individualmente e comparativamente os movimentos sociais de acordo com a dimensão discursiva, estratégica e os desafios relacionados à superação da fome. Ao analisar e comparar as diversas formas de ativismo alimentar em diferentes territórios, foi possível indicar as diversas convergências e algumas diferenças entre os discursos e estratégias de combate à fome dos movimentos socioterritoriais estudados. As lutas de combate à fome dos movimentos socioterritoriais estudados não caminham em direções opostas. O objetivo comum, centrado em uma lógica de transformações estruturais profundas, de garantir dignidade aos trabalhadores—por meio da luta pela terra, moradia, trabalho e alimento—conduz os movimentos a um propósito comum, que passa, necessariamente, pelo combate à fome no centro das lutas.

SOLIDARITY IN MOVEMENT: MST AND MTST IN THE JOURNEY FOR A HUNGER-FREE BRAZIL

Author: MARIA EMILIA GOMES DE SÁ

Adviser: PROF. DR. RICARDO SERRA BORSATTO

Co-adviser: PROF. DR. JOELSON GONÇALVES DE CARVALHO

ABSTRACT

Hunger in Brazil is a persistent social issue, rooted in an economic system that primarily views food as a commodity. To devise solutions for combating hunger, this study focuses on socioterritorial movements as key agents in driving structural transformations within food systems. The proposed project aims to identify and analyze the convergences and differences between the discourses and actions of socioterritorial movements in rural and urban areas, specifically the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) and the Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), in their fight against hunger. Through a combination of qualitative methodologies, including semi-structured interviews, participant observation, and document analysis, we individually and comparatively examine these social movements based on their discursive dimensions, strategies, and challenges related to overcoming hunger. By analyzing and comparing various forms of food activism in different territories, we identified numerous convergences and some differences between the hunger-combat strategies of the studied socioterritorial movements. The hunger-combat struggles of these movements do not move in opposite directions. Their common goal, centered on deep structural transformations to ensure dignity for workers—through the fight for land, housing, labor, and food—guides the movements toward a shared purpose, which necessarily places the fight against hunger at the heart of their struggles.

*Quero que a minha palavra
tenha a dureza do diamante,
o impacto da bala, o cortante da faca
para que possa sustentar a luta
contra a opressão, o preconceito, a injustiça.*

*Cortante dura, mas mágica, envolvente
para ferir e seduzir, para arrastar,
para contaminar de paixão e ódio.
Arma nas minhas frágeis mãos,
mãos de poeta com o coração
dilacerado pela injustiça, pela miséria
pela fome.*

*Na palavra o meu destino, a minha luta,
a razão de ser de minha vida.
Que se faça em chamas a palavra
para a todos incendiar com o fogo
do meu coração.*

- Conceição Evaristo

Ponto de partida

*Não sou nada.
Nunca serei nada.
Não posso querer ser nada.
À parte disso, tenho em mim todos os sonhos do mundo.*
- Tabacaria, Fernando Pessoa

Antes de introduzir a pesquisa realizada ao longo da minha caminhada junto ao Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (PPGADR) da UFSCar, faço uma breve apresentação sobre mim. Eu, particularmente, gosto de ouvir histórias. Escutar o outro e compreender a visão de mundo das pessoas com as quais convivo sempre me traz boas experiências e reflexões. Neste caso, saber um pouquinho sobre mim, pode ser importante para dar sentido aos porquês dessa pesquisa.

Nascida em Mauá, região metropolitana de São Paulo, cresci na realidade urbana. Meus contatos com a terra, no entanto, existem desde que nasci. Minha família do norte de Minas Gerais, de uma comunidade chamada Curral Queimado, possui raízes na agricultura familiar e, por isso, sempre comi as mangas do pé, andei a cavalo, observei meu avô capinar, plantar, colher e vender. Acompanhei minha avó no preparo das refeições, capturando a galinha no quintal. Observei seu cuidado ao preparar os doces - doce de requeijão, doce de leite, doces cristalizados, cocadas - que seriam, parte deliciada por nós e, parte, vendida nas feiras de sábado pelo meu avô.

Apesar de não ser parte do meu cotidiano, já que minha mãe migrou para São Paulo na adolescência e a distância da minha casa até o Curral Queimado era de aproximadamente 1.200 quilômetros, acredito que esses fatos influenciaram as escolhas que eu viria a fazer. Embora eu não tivesse certeza de quem me tornaria ou qual seria minha profissão, eu sempre soube que gostava de estar próxima da natureza. O amor pelos animais, pelas árvores, pelas águas, pelos astros, pelo plantio e pela colheita sempre fizeram parte da minha vida.

Eu nunca fui uma pessoa muito politizada na adolescência. Não era parte da minha realidade discutir, aprender e entender sobre política. Em casa pouco, ou quase nada, era falado, nem na escola. Esse universo passou a se abrir para mim quando me tornei vegana, em 2017, que acredito ter sido a primeira decisão que tomei por mim, a partir de uma visão crítica sobre o funcionamento da indústria da carne e do seu impacto no meio ambiente. Isso, junto com o cuidado e admiração pela natureza, me levaram a escolher cursar biologia na graduação.

Em 2018 então iniciei a graduação em ciências biológicas com enfoque em conservação ambiental na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), campus Lagoa do Sino, onde me descobri como pessoa e profissional. Quando entrei na universidade, minhas preocupações estavam voltadas principalmente para as questões ambientais, com pouca atenção às dimensões sociais. No entanto, através das aulas de sociologia e sociologia rural, especialmente as do professor Ricardo Borsatto, passei a desenvolver pensamento crítico e a conhecer outras visões de mundo.

Em 2019, no final do segundo ano de graduação, sob orientação do Ricardo, me propus a desenvolver uma iniciação científica com enfoque em ecofeminismo e conservação ambiental em um assentamento de reforma agrária. Assim, ao longo de um ano, desenvolvi o projeto *Práticas etnobotânicas femininas na conservação da biodiversidade: o caso da Cooperativa de Produção de Plantas Medicinais (Cooplantas)* com mulheres assentadas e cooperadas da Cooplantas em um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Essa foi a primeira vez que tive contato e pude observar uma das diversas realidades existentes em um assentamento rural.

Minha participação no projeto mencionado foi a porta de entrada para o mundo da pesquisa, da agroecologia e das discussões e práticas sociais. Depois de finalizar a graduação passei a participar mais ativamente dos encontros, mutirões e vivências em assentamentos rurais - conheci alguns acampamentos e assentamentos em São Paulo e em Minas Gerais. Descobri e entendi que minha vida, a partir dali, tinha um propósito. Um propósito coletivo que dá sentido à minha pessoa e profissão até hoje.

As vivências junto aos movimentos sociais são parte da minha vida, como militante e pesquisadora. São esses momentos de trocas e compartilhamentos com aqueles que lutam que dão mais sentido à minha vida e escolha profissional. É através dos diálogos, das aulas, dos mutirões, do alimento compartilhado, das músicas e festas que consigo vislumbrar um futuro melhor.

Quanto à temática da fome, não sei de onde exatamente veio a vontade de me dedicar a ela. Não sei se foi com a pandemia e o aumento das discussões sobre os números exorbitantes de pessoas que passaram a conviver com a fome; se foi a partir das leituras de Carolina Maria de Jesus, especialmente do livro *Quarto de Despejo*, enquanto relato real das dores da fome; ou se foi andar pelas ruas de São Paulo e ver tantas pessoas em condições degradantes de vida. O que sei é que a angústia de ver e pensar sobre ela passou a me movimentar. Estudar, ler, pensar, perguntar sobre a fome tornou-se parte da minha caminhada profissional e pessoal.

Com o ingresso no Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (PPGADR) em 2023 passo a me dedicar aos estudos sobre a fome e movimentos socioterritoriais e, finalizando essa dissertação, posso dizer que já sou outra - outra pessoa, outra profissional. Agora, com olhares e sentimentos transformados, com novos pensamentos e mais perguntas do que respostas, mas também com mais vontade de pesquisar, pensar, estudar, perguntar e ler sobre a fome.

Por fim, vale dizer que eu sou uma pessoa que acredita. Têm dias em que eu acredito menos e outros em que acredito mais. Mas, sobretudo, eu escolho acreditar na vida, nas pessoas e na transformação. Acredito em um mundo sem fome e mais solidário, um mundo em que o cuidado reja nossas relações sociais e com a natureza. Acreditar me faz caminhar. Acreditar me trouxe até aqui.

1. Introdução e justificativa

Biologicamente, como fonte de energia, o alimento é elemento essencial para a reprodução da vida. Para além das questões físicas, ele está intrinsecamente ligado às condutas mentais e às relações sociais humanas (Silva Filho, 2022). Alimento no prato é dignidade e, como afirma Salles-Costa (2022, p. 124), “Assegurar a alimentação significa assegurar o direito à vida.”

No entanto, apesar de um direito humano básico fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988, a estreita relação estabelecida entre a comida e o capitalismo transforma o alimento em mercadoria, em commodity. Ao ter o valor de troca sobreposto ao seu valor de uso, o alimento passa a realizar as necessidades do capital (Chun, 2018; Marx, 2013; Teixeira, 2022). Assim, enquanto o Brasil bate recordes na produção de commodities em um sistema monocultor amparado no latifúndio e exporta dezenas de milhões de toneladas de grãos e carnes, 64 milhões de brasileiros não tem o que comer ou não sabem se e quando farão a próxima refeição (Cátedra Josué de Castro et al., 2022; IBGE, 2024).

A fome aqui é entendida a partir dos escritos de Josué de Castro (1957), para quem a fome e a perpetuação da pobreza que se manifestam no Brasil e na América Latina não são um problema natural de escassez, mas uma questão social produzida por estruturas econômicas desiguais. Assim, ao considerar a fome como produto das relações sociais baseadas na exploração e expropriação dos trabalhadores, Castro propõe, também, a necessidade de transformações estruturais através de questionamentos à ordem social vigente e enxerga os movimentos sociais como agentes fundamentais nessa ruptura.

“Ao ímpeto de técnicos, pesquisadores, políticos, empresários e intelectuais em oferecer soluções ou respostas prontas para os problemas enfrentados pela população, Josué de Castro contrapõe uma noção que coloca os trabalhadores como sujeitos que têm condições de se organizar para transformarem suas próprias condições de vida. Isto é, em Sete Palmas de Terra e um Caixão aqueles que vivem miseravelmente e que passam fome não aparecem como pessoas que precisam ser socorridas ou tuteladas, mas como agentes políticos que ao se organizarem e tomarem consciência dos processos de expropriação e exploração aos quais estão submetidos têm condições de pensar caminhos de sua emancipação” (Ribeiro Jr., 2020, p. 118).

Os movimentos sociais possuem uma ampla multiplicidade conceitual, com diversas contribuições teóricas e escalas de análise. Partindo das análises de Gohn (2011, p. 335), é

possível definir os movimentos sociais como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas.” Além disso, a autora afirma que esses movimentos constroem suas identidades a partir dos direitos, que, quando coletivos, englobam todo um grupo social (Gohn, 2006, 2009). Esses mesmos direitos são abordados por Touraine (1984, 1989) como vontades coletivas que colocam os movimentos sociais em uma posição de agentes de liberdade, de igualdade, de justiça social ou de independência. Para ele, as vontades coletivas surgem a partir de um conflito central, inerente à sociedade e é, a partir dele, que o sujeito se dedica à luta coletiva. Touraine (1989) ainda afirma que os movimentos sociais são “o coração, o pulsar da sociedade”, uma vez que resistem às opressões e (re)constroem o novo, sendo fundamentais no processo de transformação social (apud Gohn, 2004, p. 14).

Considerando que os movimentos sociais estão em constante construção, transformando espaços em territórios, se formando a partir de relações sociais materiais e imateriais e de acordo com o processo de desenvolvimento e situação conjuntural da sociedade em que estão inseridos, torna-se fundamental partir do território para compreender os discursos e ações das lutas contra-hegemônicas (Fernandes, 2012; Silva, 2017; Sobreiro-Filho, 2013).

Para além de um espaço com relações de poder, o território pode ser compreendido como um fenômeno total, multidimensional e multiescalar (Fernandes, 2008). Por ser composto por diversas dimensões e diferentes escalas geográficas, entende-se que o território não pode ser visto e analisado apenas como uma unidade geográfica determinada, mas que dentro dele se organizam múltiplos territórios, que são produzidos por relações sociais distintas. Nesse sentido, para Cardona e Sobreiro Filho (2016, p. 163), “o social não existe no vazio, só existe na produção de seus espaços de materialização, no ser e no estar, na construção múltipla das dimensões”.

Por estar atrelado à conflitualidades, o território também é expresso na disputa por diferentes modelos de desenvolvimento estabelecidos por diferentes sujeitos, com diferentes práticas sociais, interesses, subjetividades e dinâmicas. Assim, pensando nos movimentos socioterritoriais como sujeitos que também estão em disputa por novos modelos de desenvolvimento e sociedade para existirem e resistirem, Cardona e Sobreiro Filho (2016, p.161) argumentam que:

Uma das principais apostas contra o capital, por parte das classes populares, são as apostas pela reconfiguração e disputa do território, o qual é assumido pelos movimentos populares em suas lutas, pela defesa de seu modo de vida,

de suas identidades e sentimentos, da vontade de defender o que os constituem e lhes garantem sua reprodução no território.

Tendo então o território como elemento central para a formação e existência dos movimentos sociais, partimos de uma perspectiva sócio-geográfica das leituras de Fernandes (2012, 2013) ao classificá-los como movimentos socioterritoriais.

No cenário nacional, evidenciamos dois movimentos socioterritoriais com histórico de destaque na luta por direitos coletivos, como o direito à alimentação, e por novas construções sociais do território, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que têm na reforma agrária e na reforma urbana, respectivamente, seus conflitos centrais.

O MST surge, no ano de 1984, em um contexto histórico e político marcado pela ditadura militar (1964-1984) e pelo aprofundamento das desigualdades sociais no Brasil. As intervenções do Estado sobre o espaço agrário e os projetos de modernização do campo no final dos anos 70 e início dos anos 80 privilegiavam a estratégia da colonização agrícola em detrimento de uma reforma na estrutura fundiária no país. Assim, a resistência a esse modelo começa a emergir no campo com a pauta de uma reforma agrária como importante mecanismo de desenvolvimento econômico-social e, na luta pela distribuição mais igualitária de terras, é fundado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Stédile; Fernandes, 1999; Borges, 2010).

No decorrer dos anos, o Movimento foi modificando seus discursos e estratégias de acordo com a mudança de conjuntura política no país¹. O MST, sempre com o foco na luta por terra, reforma agrária e mudanças sociais, protagoniza o movimento camponês no território nacional. Já foram conquistados, por exemplo, assentamentos para 400 mil famílias em terras desapropriadas, a criação de 185 cooperativas, 120 agroindústrias, 1.900 associações nos assentamentos e 70 mil famílias acampadas, o que mostra a dimensão e o impacto que o Movimento tem na reconfiguração do social (Campos; Silva, 2016; MST, 2024).

¹ RODRIGUES, F. C. **MST: formação política e reforma agrária nos anos de 1980**. 2013. 187 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1620072>. Acesso em: 7 fev. 2025.

SAMPAIO, P. A. A questão Agrária Brasileira e a luta pelo socialismo, *In: A questão Agrária no Brasil: Debates sobre a situação e perspectiva da reforma agrária na década de 2000*. João Pedro Stédile (org.), 1a ed., Editora Expressão popular, 2013.

SAMPAIO JR., P. A. Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão Agrária. *In: A questão Agrária no Brasil: Debates sobre a situação e perspectiva da reforma agrária na década de 2000*. João Pedro Stédile (org.), 1a ed., Editora Expressão popular, 2013.

Já o MTST, que tem como principal pauta o acesso à moradia, surge em 1997 do desdobramento do MST, a partir da necessidade de direcionar as lutas também para os espaços urbanos. Em um contexto de urbanização corporativa, especulação imobiliária e elevado déficit habitacional no país, o movimento levanta a bandeira da reforma urbana. Para Medeiros (2020, p.187), o MTST surgiu “como parte de uma análise consciente das transformações produzidas pela reestruturação das relações de produção sob o neoliberalismo e a necessidade de alcançar os trabalhadores e trabalhadoras dos centros urbanos”. Atualmente, o MTST se consolida como o maior movimento social urbano no Brasil, tendo conquistado moradia para mais de 25 mil pessoas sem-teto em vários estados brasileiros (MTST, 2024).

Nesse contexto, apesar de possuírem agendas de luta distintas, o MST e o MTST demonstram algumas semelhanças. As formas de atuação e resistência, por exemplo, que se dão principalmente através de manifestações e ocupações coletivas com o intuito de se opor e romper com os regimes de subalternidade e segregação socioespacial, são uma convergência significativa entre os movimentos. Além disso, ambos os movimentos possuem discursos e ações de oposição e reação à lógica dominante capitalista, que exclui e oprime os trabalhadores do campo e da cidade de forma interconectada (Oliveira, 2019).

Sabendo que as problemáticas sociais, ambientais e políticas existentes no campo estão conectadas às dificuldades vivenciadas no meio urbano, e vice-versa, se faz necessário pensar em análises mais profundas e complexas desses territórios, enxergando a complementaridade entre eles (Campos; Silva, 2016). Ao analisar os casos de um movimento urbano e um rural, Brigel e Falero (2008, p. 285-286) concluem que,

Independente de esses movimentos terem como base o âmbito rural ou urbano, e de se ter em conta tanto suas especificidades como o atual ciclo capitalista (que revela, por exemplo, uma nova divisão do trabalho, cuja espacialidade pode contribuir para vislumbrar as novas formas de atuação e exploração das grandes corporações, mas também suas resistências), a conexão de suas ações procura iluminar uma dominação que atravessa tanto o campo como as cidades, e a necessidade de se tecer alianças mais amplas, com o objetivo de construir alternativas de sociedade e projetar novos eixos de resistência regional.

Em vista disso, compreender como se convergem e se diferenciam os discursos e ações de combate à fome de movimentos socioterritoriais distintos se justifica pois, ao

reconhecer as potencialidades das múltiplas formas de ativismo alimentar em territórios diversos, é possível pensar em agendas de luta mais amplas e complexas, que estabeleçam redes de diálogo e mobilizações entre o urbano e o rural no que se refere à superação da fome. Além de abrir caminhos e discussões para a criação de redes de luta urbano-rurais, já que como afirma Engels (2023, p. 162, tradução nossa)^[2] “Para atingir transformações radicais no contexto agrário, são necessárias organizações que estabeleçam alianças e redes de solidariedade entre as classes trabalhadoras.”

Assim, as perguntas norteadoras do projeto de pesquisa são: a) diferentes movimentos socioterritoriais possuem discursos e estratégias convergentes em relação ao combate à fome?; e b) a existência de movimentos socioterritoriais distintos a partir de intencionalidades, isto é, modos específicos e direcionados a compreensão dos fatos, propriedade do pensamento e da ideologia, convergentes pode criar redes de luta que fortaleçam as ações de combate à fome?

Dentro desse contexto, partindo da urgência de debates e ações acerca da fome e sendo o acesso à alimentação uma questão de interesse comum e fundamental para a reprodução da vida do campo e da cidade, a pesquisa ora apresentada estuda o caso dos Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), a fim de compreender caminhos e possíveis redes para a luta contra a fome no Brasil.

² “In order to achieve radical transformation in the agrarian context, what is needed are networks and organization to establish interclass solidarity and alliances.”

2. Revisão de literatura

2.1. Fome à brasileira: De Josué de Castro à Carolina Maria de Jesus

“A fome é uma coisa tão estúpida. Escurece as vistas. A fome dói. A fome tira você do seu raciocínio. A fome é uma coisa...só quem passou pela fome como eu sabe o que é a fome. Não tem como explicar o que é passar fome. Ela é horrível, ela é horrorosa.”

Elza Soares, 2019

Na tentativa de chamar a atenção para a questão da fome - para seus conceitos e problemas, para o que a perpetua e para sua superação - pretendo não apenas tratá-la através da visão racional e puramente científica que a estuda e a explica. Acredito que para tratar de um assunto tão incômodo como a fome, é preciso senti-la. Não sentir fome no sentido literal, mas sensibilizar-se com ela. Nos dias atuais parece que não discutem e não escutam a fome, às vezes parece até que ela não existe - apesar de vê-la todos os dias a caminho do trabalho, em algumas calçadas pelas ruas de São Paulo. Sobre a fome não se pensa, não se aflige, não se comove, não se sente.

Para além de pensar, refletir, questionar e agir, é preciso sensibilizar-nos com a fome. Por isso, exponho com uma certa frequência trechos de pensamentos de intelectuais como Josué de Castro, Carolina Maria de Jesus e Elza Soares. Pensadores que já se foram mas seguem vivos na memória de todos aqueles que se propõem e ousam falar sobre a fome, a fome angustiante dos homens caranguejos, que lhes subia a cabeça e modelava seus comportamentos e sentimentos, a fome amarela tão terrível que dá vontade de suicidar-se, a fome estúpida que chega a doer.

Ao mesmo tempo em que parece uma questão simples, a fome precisa ser compreendida em sua complexidade, como bem fez Josué de Castro, médico, geógrafo e intelectual brasileiro que servirá de alicerce para a presente pesquisa. Aqui, não pretendo tratar da fome meramente como uma questão de falta de alimentos em quantidades suficientes para o funcionamento biológico do nosso organismo. O alimento precisa, essencialmente, estar atrelado a questões quantitativas e qualitativas, objetivas e subjetivas. Para além de necessidade fisiológica, para que o corpo não definhe e eventualmente sucumba, o alimento é nutrir, é saúde, é coletivo, é cultura, é troca, é bem-viver. É cheio de significados simbólicos, que vão para além da racionalidade.

Por muito tempo, a fome foi tratada como um tabu, uma questão quase que oculta nas discussões e ações da sociedade civil. A teoria reducionista malthusiana serviu como alicerce

para olhar para a fome como algo natural, sem a devida complexidade. Para Thomas Robert Malthus, a fome seria consequência inevitável do crescimento populacional desproporcional à capacidade produtiva da terra. Enquanto a população crescia em progressão geométrica, a produção alimentar aumentava em progressão aritmética e, por conta disso, a humanidade estaria condenada à fome e à miséria. Assim, enxergada como um problema de ordem natural, poucos eram os esforços para solucionar tal questão (Castro, 1956, 1960, 1967; Roberts; Thompson, 2019).

O pensamento simplista relacionado à ideia da “seleção natural” foi propagado e aderido na Europa a partir do fim do século XVIII e serviu apenas para isentar a culpa dos verdadeiros responsáveis pela existência da fome no mundo: os próprios homens (Castro, 1960).

Josué de Castro refutou as ideias de Malthus e apresentou novos pensamentos relacionados à questão da fome no Brasil e no mundo. Em seu livro *O Livro Negro da Fome* (1960, p. 28), Castro afirma que a noção de mesquinhez da Natureza propagada por Malthus é desprovida de base científica e serviu “durante algum tempo de biombo para esconder a mesquinhez de certos grupos humanos.” Hoje, graças também aos estudos e pensamentos do intelectual brasileiro, sabemos que a falta de alimentos que atinge grande parte da população mundial não é apenas fruto de fenômenos naturais, mas resultado de um sistema econômico e social perverso criado e perpetuado por um certo tipo de homem: “Se nossos recursos alimentares são até certo ponto deficitários e nossos hábitos alimentares defeituosos, é que nossa estrutura econômico-social tem agido sempre num sentido desfavorável ao aproveitamento racional de nossas possibilidades geográficas.” (Castro, 1960, p. 45)

Além das análises sociológicas, Castro também foi importante para o reconhecimento das diversas manifestações da fome. A verdadeira inanição, conhecida como fome total ou epidêmica, está relacionada à fome coletiva, atingindo grupos em áreas de extrema miséria e a contingências excepcionais. Esta ocorre periodicamente e possui curta duração, a exemplo das secas que atingem o Nordeste. Esses eventos climáticos impactam diretamente o sistema econômico e produtivo dos locais atingidos e, conseqüentemente, limitam o acesso da população local à alimentação. Portanto, a fome epidêmica ocorre exclusivamente quando, devido a episódios específicos, há uma ruptura no equilíbrio nutricional de uma determinada região (Singer, 1983, p. 50; Vasconcelos, 2008; Leme, 2021; Amancio Alves, 2007).

Além da fome total, Josué chamou atenção para a fome parcial ou oculta, também conhecida como fome endêmica, que se refere à fome permanente e contínua, na qual parte da população encontra-se permanentemente subnutrida. Essa fome, diferentemente da fome

epidêmica, é mais sutil e, portanto, ignorada pela sociedade. Ela refere-se à impossibilidade que parte da população tem para acessar o alimento de cada dia; são os trabalhadores pobres que não têm dinheiro suficiente para comprar comida (Singer, 1983, p. 51). A fome oculta está relacionada à falta permanente de alimentos e/ou nutrientes nos regimes habituais, sendo aquela que faz com que grupos inteiros de pessoas morram lentamente, apesar de comerem todos os dias (Castro, 1957).

Reconhecer a existência da fome oculta é fundamental para compreender em profundidade as diversas expressões da fome. A fome de nutrientes adoece e mata todos os dias, especialmente em uma conjuntura socioeconômica em que os sistemas alimentares hegemônicos criam cada vez mais estratégias para enriquecer poucos em detrimento da saúde física e mental da população, assunto que será tratado com mais profundidade em outra seção da revisão bibliográfica (Burchi; Fanzo; Frison, 2011).

Além de reconhecer os diversos tipos de fome e expandir os entendimentos acerca da questão, Josué levantou críticas e preocupações acerca das consequências mentais e morais da fome sobre os seres humanos. Como tratado anteriormente, a fome deve ser pensada, para além de uma problemática fisiológica e de sobrevivência, como uma questão que atinge a mente e as condutas morais humanas. O trecho abaixo, escrito por Josué de Castro no texto *Fome como força social: fome e paz*, nos alerta para as questões morais relacionadas à fome, que manifesta-se nos seres humanos não apenas como problemas físico e social, mas como questão moral.

“A fome age não apenas sobre os corpos das vítimas das secas, consumindo sua carne, corroendo seus órgãos e abrindo as feridas de sua pele, mas também age sobre seu espírito, sobre sua estrutura mental, sobre sua conduta moral. Nenhuma calamidade pode desagregar a personalidade humana tão profundamente e num sentido tão nocivo quanto a fome, quando atinge os limites da verdadeira inanição. Excitados pela imperiosa necessidade de se alimentar, os instintos primários são despertados e o homem, como qualquer outro animal faminto, demonstra uma conduta mental que pode parecer das mais desconcertantes.” (Castro, 2007, p. 105)

Carolina Maria de Jesus, escritora e intelectual negra e periférica que sentiu e relatou as profundas dores da fome em nosso país, também é fundamental dentro da literatura brasileira para discutir a questão. Em seu livro *Quarto de Despejo*, Jesus já denunciava os políticos e o sistema que submete os trabalhadores a condições precárias de vida, os jogando

nos quartos de despejo da sociedade. Além disso, ela direciona nossos olhares para os sentidos subjetivos e mais profundos da fome. A fome de cor amarela de Carolina Maria de Jesus nos obriga a refletir e revoltar com as questões sociais que afligem o povo brasileiro.

...Hoje eu fiz arroz e feijão e fritei ovos. Que alegria! Ao escrever isto vão pensar que no Brasil não há o que comer. Nós temos. Só que o preço nos impossibilita de adquirir. Temos bacalhaus nas vendas que ficam anos à espera de compradores. As moscas sujam o bacalhau. Então o bacalhau apodrece e os atacadistas jogam no lixo, e jogam creolina para o pobre não catar e comer. Os meus filhos nunca comeu bacalhau. (Jesus, 2014, p. 151).

Neste trecho, Carolina Maria refere-se à lógica capitalista que transforma o alimento em mercadoria. O alimento é considerado um direito básico, garantido pela constituição, e apesar de ser produzido em quantidades suficientes para alimentar a população mundial, quem não tem dinheiro não come.

Fiquei nervosa ouvindo a mulher lamentar-se porque é duro a gente vir ao mundo e não poder nem comer. Pelo que observo, Deus é o rei dos sábios. Ele pois os homens e os animais no mundo. Mas os animais quem lhes alimenta é a Natureza porque se os animais fossem alimentados igual aos homens, havia de sofrer muito. Eu penso isto, porque quando não tenho nada para comer, invejo os animais. (Jesus, 2014, p. 61)

Mesmo que não mencionem explicitamente em suas obras, é possível relacionar os escritos de Josué de Castro e Carolina Maria de Jesus à atribuição da responsabilidade pela fome ao sistema capitalista. Além de abordar a situação nacional, Castro expõe a lógica global que perpetua a fome, argumentando que o desequilíbrio econômico do mundo, entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, resulta nas desigualdades sociais e na fome crônica que afeta estes últimos. Em seu livro *O Livro Negro da Fome*, Castro afirma que o regime de fome crônica em que vive alta porcentagem dos países do sul global é causa de uma imposição econômica feita pelos governantes do norte global. A fome, para ele, surge como manifestação do subdesenvolvimento, sendo estes, “expressões paralelas de um mesmo fato econômico.”

Estes contrastes, entre os países da abundância e países da miséria, são resultados da dominação externa que se manifesta sob a lógica colonial. A hegemonia econômica dos

países desenvolvidos em detrimento das regiões subdesenvolvidas perpetua um dos maiores dilemas globais da atualidade:

O grupo dos que não comem habita os países pobres e se julga esmagado em sua miséria pela opressão econômica das grandes potências industrializadas. O grupo dos que não dormem habita as áreas mais ricas do mundo, mas não dormem pelo pavor que lhes infunde a revolta dos que não comem” (Castro, 1960, p. 23)

Em outras palavras, a fome torna-se a expressão mais dura do subdesenvolvimento. Ela é, ao mesmo tempo, causa e efeito da pobreza e da miséria causada por um sistema econômico problemático perpetuado pelos acumuladores de capital. (Castro, 1960, p. 13-25).

No Brasil, a fome marcou e marca uma parcela significativa da população e dos processos históricos, e apesar de a fome de ontem não ser a mesma de hoje, considerando as transformações conjunturais, ela segue atingindo os mesmos corpos colonizados, corpos negros e indígenas, corpos e vidas dos trabalhadores que nunca tiveram direitos sobre si e, muito menos, sobre o alimento. Atualmente, a lógica hegemônica que colonizou o povo brasileiro ainda subalterniza uma parcela da população, negando seus direitos e os matando através da inanição e da subnutrição.

2.2 A fome de hoje: uma questão de capital

“A destruição anual de dezenas de milhões de homens, mulheres e crianças pela fome constitui o escândalo do nosso século.

A cada cinco segundos, morre uma criança de menos de dez anos. Em um planeta que, no entanto, transborda de riquezas...

No seu estado atual, a agricultura mundial poderia alimentar sem problemas 12 bilhões de seres humanos - vale dizer, quase duas vezes a população atual.

Quanto a isso, pois, não existe nenhuma fatalidade.

Uma criança que morre de fome é uma criança assassinada.”

Jean Ziegler, 2013, p.21

Compreender a fome de hoje como uma questão de ordem socioeconômica implica reconhecer suas raízes estruturais no sistema capitalista, que organiza a produção, circulação

e consumo de alimentos sob a lógica de mercado. Essa lógica, que transforma o alimento em mercadoria, subordina suas dimensões social, cultural e simbólica às dinâmicas de acumulação de capital (Martins, 2024).

A transformação progressiva do alimento em mercadoria³, sob a lógica da acumulação de capital⁴, intensificou-se ao longo do século XX. Paralelamente às teses neomalthusianas, a defesa do livre mercado, a financeirização da agricultura e a globalização dos sistemas alimentares contribuíram significativamente para que o alimento deixasse de ser reconhecido como um direito humano essencial, passando a ser tratado como um ativo econômico, mediado por preços globais, especulação financeira e interesses corporativos (Martins, 2024).

Embora tenham sido criadas para combater a fome e a extrema pobreza, instituições globais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Programa Alimentar Mundial (PAM), por exemplo, têm suas ações subordinadas aos interesses do capital. Ao promover ajustes estruturais e políticas de livre mercado, essas organizações fragilizam as agriculturas locais e ampliam a dependência de países periféricos em relação ao mercado global (Ziegler, 2013).

Atualmente, a OMC, o FMI e o Banco Mundial determinam as relações econômicas entre o mundo dos dominantes e os povos do Sul. Mas, em matéria de política agrícola, esses organismos se submetem, de fato, aos interesses das sociedades transcontinentais privadas. É assim que, originalmente encarregados da luta contra a extrema pobreza e a fome, a FAO e o PAM não desempenham, em relação àqueles organismos, mais que um papel residual. (Ziegler, 2013, p. 158-159).

Isso aponta que não existe um interesse genuíno, dentro do sistema capitalista, em mudar o problema na raiz - estruturalmente. Por isso, compreender a fome exige superar sua leitura como uma questão técnica ou demográfica e avançar na crítica ao sistema que a reproduz. O alimento, tratado como mercadoria, é a manifestação visível de um modo de produção que subordina a vida humana à lógica do capital (Sen, 1981). Assim, é evidente que

³ A mercadoria refere-se a um bem ou serviço produzido para troca no mercado. Para Marx, a mercadoria possui valor de uso (capacidade de satisfazer necessidades humanas) e valor de troca (sua expressão no mercado). No capitalismo, o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso, subordinando as necessidades humanas às dinâmicas de mercado (MARX, *O Capital*, Livro 1, 2013).

⁴ Na teoria marxista, a acumulação de capital é o processo pelo qual o capital é ampliado através da exploração do trabalho, sendo que todo o excedente produzido pelo trabalhador é apropriado pelo capitalista, que o reinveste para gerar mais capital (MARX, *O Capital*, Livro 1, 2013).

a fome não é uma falha do sistema, mas uma condição funcional ao capitalismo⁵. Ela serve tanto para garantir a disponibilidade de força de trabalho barata quanto para sustentar relações de dominação global. Como argumenta Eric Holt-Giménez, em *A Foodie's Guide to Capitalism*, “o sistema alimentar capitalista perpetua a fome ao priorizar o lucro e a acumulação de capital em detrimento do direito humano à alimentação. Alimentos não são cultivados para alimentar as pessoas, mas para maximizar o retorno financeiro de poucos” (Holt-Giménez, 2017, p. 45, tradução nossa [⁶]). Isso evidencia a dinâmica fundamental desse sistema, que promove a escassez em meio à abundância: a produção mundial de alimentos é capaz de alimentar 10 bilhões de pessoas, mas a fome persiste devido à lógica de mercado e à desigualdade estrutural causada por ela (Holt-Giménez et al., 2012; Ziegler, 2013).

Para além da esfera econômica, o sistema alimentar hegemônico, baseado na mercantilização do alimento, estende-se para a construção de uma hegemonia também ideológica que transforma profundamente os hábitos e culturas alimentares globais. Sob a lógica neoliberal, o alimento-mercadoria - desvinculado de seu papel cultural e social - e a desestruturação de sistemas alimentares locais fomentam padrões de consumo impostos por corporações transnacionais (Fernandes, 2019).

A nova forma de imperialismo não é apenas um produto de fatores econômicos. No centro do processo está a grande empresa corporativa e, portanto, o capitalismo monopolista. Por isso, as mudanças da organização, das funções, do poder financeiro das empresas capitalistas foram produzidas por mudanças nos padrões de consumo e de propaganda de massa, na estrutura de renda, por uma revolução concomitante na tecnologia e nos padrões burocráticos de administração, e pelos efeitos múltiplos e cumulativos da concentração financeira do capital na internacionalização do mercado capitalista mundial. (Fernandes, 2019, p. 316)

O pensamento de Florestan Fernandes permanece relevante para entender a questão alimentar contemporânea, pois desvenda como as estruturas de dominação econômica e

⁵ No capítulo 23 de *O Capital*, *A Lei Geral da Acumulação Capitalista*, Marx detalha como a dinâmica da acumulação de capital gera a produção progressiva de uma superpopulação relativa, também chamada de exército industrial de reserva. Ele explicita como esse processo resulta na constituição da pobreza relativa e da pobreza absoluta — a fome — dentro do esquema de reprodução do capital. Assim, Marx demonstra que a miséria não é uma falha ou um desvio do sistema capitalista, mas sim uma condição funcional para a acumulação e valorização do capital, na medida em que a existência de uma massa empobrecida pressiona os salários para baixo e assegura a produção contínua de mais-valia (Marx, 2013).

⁶ The capitalist food system perpetuates hunger by prioritizing profit and capital accumulation over the human right to food. Food is not grown to feed people but to maximize financial returns for the few."

ideológica moldam o sistema alimentar global. Nesse contexto, Milton Santos também oferece uma chave analítica crucial ao discutir a psicosfera como o reino das ideias, crenças e paixões, que compõem o entorno da vida e fornece regras à racionalidade, ao mesmo tempo que molda o imaginário coletivo. A psicosfera atua de forma indissociável da tecnosfera, conformando o meio técnico-científico e, em última instância, influenciando comportamentos e valores (Santos, 2006).

Nessas relações, o sistema alimentar hegemônico molda as ideias, crenças e comportamentos para consolidar o consumo de alimentos industrializados e globalizados. Ele transforma práticas alimentares locais em algo obsoleto ou "atrasado", promovendo, em seu lugar, produtos ultraprocessados, dietas padronizadas e valores associados ao consumo individualizado.

É ilustrativo observar como empresas e corporações articulam um conjunto prodigioso de normas e sistemas de ação dotados de propósitos e orientados com o objetivo de consolidar seus produtos no mercado e aumentar seu número de consumidores, disseminando novas convenções e moldando novas atitudes de consumo (Elias, 2021, p. 18)

Assim, o sistema alimentar hegemônico não apenas controla a produção e distribuição do alimento, mas também molda o imaginário coletivo sobre o que é "comer bem" e sobre quem é responsável pelo problema da fome, normalmente culpabilizando os próprios indivíduos que passam fome. Nesse cenário, a psicosfera global emerge como tanto o campo de batalha quanto a arma usada para consolidar a dominação capitalista (Kahil, 2010).

Milton Santos reforça que a psicosfera não é um elemento passivo, mas uma construção ativa que interage com os processos econômicos, culturais e tecnológicos, reforçando o sistema vigente (Santos, 2006). Portanto, qualquer transformação real deve partir de uma ruptura com as bases ideológicas que sustentam o atual sistema, resgatando o alimento como direito humano e elemento essencial da reprodução social e cultural. Só assim será possível enfrentar as estruturas que perpetuam a fome em um mundo de abundância.

O sistema alimentar hegemônico encontra no Brasil um terreno fértil para reprodução e intensificação de suas dinâmicas. A expansão do agronegócio brasileiro, financiada por empresas transnacionais e respaldada por políticas neoliberais, exemplifica como o país se insere nesta lógica. Vinculado à concentração fundiária e ao modelo de monocultura em larga escala, o agronegócio promove a expropriação de pequenos agricultores e comunidades tradicionais, processo que intensifica desigualdades no campo e fragiliza sistemas alimentares

locais, deslocando práticas agrícolas sustentáveis e culturalmente integradas por cadeias produtivas voltadas à exportação (Oliveira, 2003).

Sob a lógica do capital, o agronegócio utiliza extensivamente insumos químicos e técnicas que destroem o meio ambiente, como o desmatamento e a contaminação de solos e recursos hídricos. Essa destruição ambiental não apenas compromete a biodiversidade, mas também agrava crises climáticas que afetam desproporcionalmente populações vulneráveis (Holt-Giménez, 2011; Altieri; Nicholls, 2017).

Paradoxalmente, enquanto o Brasil desponta como um dos maiores exportadores de alimentos do mundo, a fome se agrava internamente, com 64 milhões brasileiros (21,6 milhões de domicílios) com fome e risco de fome (IBGE, 2024). Esse contraste ilustra a falácia do discurso do agronegócio como aquele que alimenta o mundo, uma vez que sua prioridade não é a segurança alimentar da população, mas sim o mercado global. A narrativa do "celeiro do mundo" mascara a exclusão social e territorial gerada por esse modelo (Instituto Heinrich Böll, 2018).

Além disso, o agronegócio se beneficia de subsídios estatais e acesso privilegiado ao crédito agrícola, enquanto a agricultura familiar, responsável pela maior parte dos alimentos consumidos internamente no país, enfrenta um cenário de abandono e precarização. Essa disparidade reflete uma opção política que alinha o Brasil ao sistema alimentar globalizado, em detrimento da soberania alimentar (Pompeia, 2021).

No contexto da psicosfera mencionada por Milton Santos, o agronegócio não apenas domina materialmente o território, mas também molda percepções sobre o que é progresso e desenvolvimento no campo. A propaganda institucional do setor promove uma imagem de eficiência e modernidade, invisibilizando seus impactos negativos e deslegitimando formas alternativas de produção, como a agroecologia. Essa batalha simbólica reforça a lógica hegemônica, perpetuando a exclusão de saberes e práticas locais que poderiam oferecer soluções mais justas e sustentáveis (Instituto Heinrich Böll, 2018).

A forma como compreendemos o alimento e a relação que construímos com ele é determinante para as práticas e políticas que o envolvem. Se atores sociais — sejam eles a população, movimentos sociais ou o próprio Estado — não reconhecem o alimento em toda a sua complexidade - como um bem histórico, biológico, social, cultural e simbólico -, torna-se ainda mais desafiador enfrentar e superar a fome como um problema estrutural e social. A ausência dessa visão integrada perpetua soluções fragmentadas e insuficientes para uma questão que demanda transformações profundas nas relações produtivas.

2.3 Dados e estatísticas da fome no Brasil

Para além de uma compreensão sobre os sentidos e definições da fome, bem como dos fatores que a perpetuam, é essencial analisar as estratégias já implementadas e as ações contínuas para sua erradicação. Apesar de, como mencionado, compreender a fome como questão estrutural que só será verdadeiramente erradicada com a transformação profunda das relações de produção, acredito ser relevante a documentação e resgate das abordagens e soluções adotadas para o combate à fome nas últimas décadas no Brasil. A análise das políticas públicas e das iniciativas sociais que marcaram esse período permite não apenas avaliar os sucessos e desafios enfrentados, mas também fomentar uma consciência crítica e informada sobre as trajetórias e perspectivas a respeito delas.

Antes disso, no entanto, incluo aqui uma consideração para tratar dos termos que substituíram o conceito de fome nas últimas décadas. Em termos estatísticos, atualmente a fome é medida através dos níveis de segurança alimentar. Para a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o conceito de segurança alimentar refere-se à “quando toda pessoa, em todo momento, tem acesso físico e econômico a alimentos suficientes, inócuos e nutritivos para satisfazer suas necessidades alimentares e preferências quanto aos alimentos.” (FAO, 2015, p.7) Quando não garantida, utilizam-se os termos insegurança alimentar leve, moderada e grave. É importante ressaltar que a forma de divisão das “inseguranças alimentares” e a redução da fome à insegurança alimentar grave, simplificam a complexidade existente ao fenômeno da fome (Burchi; Fanzo; Frison, 2011; Brito; Baptista, 2021; Ribeiro Jr. et al., 2021).

Ao evidenciar o uso retórico da fome e adotar um sentido mais amplo para ela, como o de insegurança alimentar, apontamos os riscos da manutenção de uma política que não enfrenta as raízes de sua desigualdade e aciona a fome conforme o momento político, levando ao seu apagamento no discurso público e na formulação de políticas (Brito; Baptista, 2021). As escalas nacionais e internacionais utilizadas para mensurar a fome acabam por focar nas experiências de fome e risco de fome ligadas principalmente à dificuldade econômica de acessar alimentos. Por isso, reiteramos a visão de Ribeiro Jr. (2021) em substituir “insegurança alimentar leve” por “risco de fome” e “insegurança alimentar moderada e grave” por “fome”. Para que a fome seja um assunto discutido e de preocupação de toda a sociedade, é preciso nomeá-la. (Frutuoso; Viana, 2021; Blanco et al., 2023).

Para Catia Grisa e Silvio Porto (2023), a trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil manifesta-se em 6 atos divididos nos períodos: i) 1600-1930, com a presença de um referencial de inação; ii) 1930-1960, com estratégias orientadas para a nutrição racional; iii) 1970-1980, com o referencial guiado por interpretações produtivistas e de abastecimento alimentar; iv) anos 1990, com foco na eficiência comercial e socioassistencial; v) 2000-2015 com a convivência conflituosa entre o produtivismo e a segurança alimentar e nutricional (SAN); e, vi) a partir de 2014, com o desmantelamento das políticas alimentares.

Os esforços para combater a fome da nação brasileira ganharam destaque em 1940 com os estudos de Josué de Castro, que denunciou a fome como questão social e política, produto de relações econômicas predatórias. Esse olhar sistêmico para a questão fome chamou atenção para a necessidade de voltar os esforços para ações de caráter estrutural, e não emergencial como de costume. Antes de Josué, os programas governamentais, com suas ações predominantemente assistencialistas, divulgavam o mito de que a seca era a maior responsável pela pobreza e pelo subdesenvolvimento das regiões de fome no Brasil (Aranha, 2010). Além de suas contribuições teóricas, Josué de Castro também teve papel fundamental na construção e implementação de diversas iniciativas de combate à fome em nosso país. Uma delas foi o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) (Aranha, 2022).

O SAPS atuou com o objetivo de melhorar a alimentação dos trabalhadores e, a partir dele, foram desenvolvidas diversas iniciativas como, a criação de restaurantes populares, auxílio alimentar para trabalhadores enfermos, a merenda escolar, o serviço de visitação domiciliar nas residências dos trabalhadores e cursos para auxiliares técnicos de alimentação. Apesar de sua importância, o SAPS entrou em crise em 1945 e foi oficialmente extinto em 1967, com suas funções transferidas para a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) (Aranha, 2022).

No contexto do pós-guerra, a política de alimentação tornou-se responsabilidade da Comissão Nacional de Alimentação (CNA), responsável pela criação do I Plano Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). Ao longo desse período, caracterizado por diversos planos, comissões e programas, a principal característica unificadora foi o enfoque das políticas alimentares na questão nutricional (Aranha, 2022; Grisa; Porto 2023).

Diferentemente, no período de 1970 a 1980, as políticas alimentares passaram a ter um caráter produtivista, com foco no abastecimento alimentar. Em 1950, a produção agrícola crescia em ritmo superior ao aumento da população e, no início do século 1970, a agricultura e a pecuária já atingiam os maiores níveis de crescimento da história. Com o projeto de

modernização da agricultura, as políticas alimentares passaram a ser orientadas sob caráter desenvolvimentista. Para Grisa e Porto (2023, p. 9),

Embora esse referencial produtivista e do abastecimento tenha contribuído para o aumento da produção agrícola e para que os alimentos chegassem até as áreas urbanas, suas dinâmicas foram marcadas por problemáticas ambientais, concentração econômica e agravamento da desigualdade social.

Com a redemocratização na década de 1980, a questão da fome ganhou mais visibilidade no debate público. A Constituição de 1988 foi um marco importante, ao reconhecer o direito à alimentação como parte dos direitos sociais. Na segunda metade da década de 1980, o Brasil deu passos importantes com a construção social da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), reforçando o papel do Estado na garantia de segurança alimentar e nutricional da população. Institui-se que o DHAA deve ser garantido pelo Estado e outros atores sociais através das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (Salles-Costa, 2022; Maluf, 2022, p. 175).

Já no início dos anos 2000, as ações de combate à fome no Brasil passaram por uma transformação significativa com a criação do Programa Fome Zero. A política, instituída durante o primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi um marco nas políticas públicas brasileiras, representando uma abordagem inovadora e integrada para as ações de enfrentamento à fome no país (Brasil, 2023).

O Programa Fome Zero surgiu em um contexto de crescente consciência sobre as desigualdades sociais no Brasil, onde milhões de pessoas ainda viviam em situação de extrema pobreza e fome. Em 2003, de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 32,6% das cidades brasileiras tinham mais de 50% da população convivendo com a pobreza (Brasil, 2023). Nesse cenário, o Programa Fome Zero foi implementado colocando a questão da fome como prioridade política, através de uma série de políticas públicas que, em conjunto, tiraram o Brasil do Mapa da Fome⁷ em um período de 10 anos. As principais estratégias incluíam:

⁷ O Mapa da Fome é uma ferramenta desenvolvida pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) que identifica e monitora a prevalência de subnutrição e insegurança alimentar nos países. Quando mais de 2,5% de sua população está em estado de subnutrição, ou seja, sem acesso regular a alimentos suficientes para uma vida saudável, o país entra no Mapa da Fome (DE PAULO GEWEHR et al., 2022).

...o aumento da renda da população por meio da geração de 20 milhões de empregos formais; o aumento do salário mínimo em 74% acima da inflação; e programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Além disso, contribuíram para o êxito brasileiro o fortalecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que chegava a 43 milhões de crianças e jovens; o fortalecimento da agricultura familiar, com crédito, assistência técnica e compras públicas; e a articulação e a gestão intersetoriais, com participação e controle social em instâncias de governança como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). (Cátedra Josué de Castro, 2022, p. 158-159).

A implementação desse conjunto de políticas públicas não só ajudou a reduzir a fome, mas também teve efeitos positivos na redução da pobreza e na melhoria dos indicadores de saúde e educação. A taxa de desnutrição infantil caiu significativamente, e milhões de brasileiros foram retirados da linha da pobreza extrema. Em 2014, o Brasil saía do Mapa da Fome e registrava queda de 82% no número de brasileiros em situação de subalimentação desde 2002 (Cátedra Josué de Castro, 2022, p. 158).

Apesar dos sucessos, o Programa Fome Zero também enfrentou críticas e desafios. Alguns críticos argumentaram que o foco na transferência de renda poderia criar dependência de programas assistenciais, em vez de promover o desenvolvimento econômico sustentável. Outros apontaram que, embora a fome tenha diminuído, as desigualdades estruturais no Brasil, como a concentração de terras e a falta de oportunidades econômicas, ainda precisavam ser abordadas de maneira mais abrangente (Tomazini; Leite, 2016).

Outra crítica significativa refere-se à natureza tecnicista e à fragilidade das políticas de governo. As políticas públicas, por vezes, são vistas como insuficientemente enraizadas em estratégias de longo prazo e suscetíveis a dismantelamentos e mudanças de governo, gerando preocupações acerca da falta de continuidade e a vulnerabilidade das políticas, especialmente em períodos de crise ou de transição política. Isso fica evidente com a precarização e descontinuidades que as políticas estabelecidas ao longo dos governos petistas sofreram com a ascensão de governantes de perfil mais liberal e autoritário ao poder.

A partir de 2016, com a mudança de governo e a implementação de uma agenda política voltada para a austeridade fiscal, muitos programas sociais começaram a ser desestruturados. Políticas públicas que garantiam a segurança alimentar e nutricional, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Bolsa Família, foram enfraquecidas,

resultando em cortes orçamentários, redução da abrangência dos programas e descontinuidade de ações essenciais para a população empobrecida. Esses retrocessos não afetaram apenas os trabalhadores do campo, que dependiam do apoio à agricultura familiar, mas também os trabalhadores das cidades, que viram suas condições de vida se deteriorarem diante da ausência de políticas de proteção social robustas. A erosão dos direitos sociais, combinada com o desmonte das políticas de segurança alimentar, contribuiu para o agravamento da fome no país (Camargo Macedo; Souza-Esquerdo; Borsatto, 2023; Borsatto et al., 2022).

O impacto desse dismantelamento é claramente refletido nos dados do último censo, que mostram um aumento preocupante da fome entre 2016 e 2022. O Brasil, que havia saído do Mapa da Fome, voltou a figurar entre os países com níveis alarmantes de fome e risco de fome. A crise sanitária decorrente da pandemia de Covid-19 intensificou ainda mais essa situação, expondo a fragilidade das políticas públicas de combate à fome e revelando números assustadores de pessoas nessa situação no país.

Os direitos sociais, como pressupostos e garantia dos direitos civis e dos direitos políticos, tendem a desaparecer. Porque aquilo que era um direito se converteu num serviço privado, regulado pelo mercado. Portanto, torna-se uma mercadoria à qual têm acesso apenas aqueles que dispõem de meios aquisitivos para adquiri-la. Numa palavra, o neoliberalismo é o encolhimento do espaço público dos direitos e o alargamento do espaço privado dos interesses de mercado. (Chauí apud Gohn, 2022, p. 21)

Nesse contexto, é urgente que se retome a responsabilidade do Estado em garantir o direito humano à alimentação adequada e, para isso, é necessário um repensar profundo das políticas públicas de segurança alimentar. A fome não pode ser tratada como um problema pontual ou emergencial, mas sim como uma questão estrutural que demanda uma mudança radical nas relações sociais, políticas e econômicas do país. Isso passa pela ampliação das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, fortalecimento da produção de alimentos agroecológicos e locais, e a construção de uma rede de proteção social sólida e inclusiva, capaz de enfrentar as desigualdades históricas e garantir dignidade a toda a população.

Apesar da melhora nas taxas de fome e risco de fome em relação ao período da pandemia, a situação no Brasil continua preocupante. Dados recentes indicam que ainda há

cerca de 64 milhões de pessoas em situação de fome e risco de fome no país (IBGE, 2024), o que evidencia a persistência de um problema estrutural.

Uma questão crucial revelada pelas estatísticas recentes sobre a fome é a profunda desigualdade de classe, raça e gênero refletida nos dados. Esses fatores moldam a experiência da fome de maneiras distintas, evidentes tanto nos cenários global quanto nacional. Dados recentes confirmam que a fome tem classe, cor e gênero muito bem definidos e, refletir a fome requer uma compreensão dessas interseccionalidades (Rede Penssan, 2022).

Embora a renda seja apenas uma das características que definem o conceito de classe, ela desempenha um papel central nas dificuldades enfrentadas por famílias de baixa renda para acessar alimentos adequados, uma vez que a insuficiência de recursos financeiros limita suas possibilidades de escolha e acesso a uma alimentação de qualidade. Consequentemente, esse cenário atinge diretamente a classe trabalhadora, que, muitas vezes, mesmo empregada, não dispõe de renda suficiente para garantir uma nutrição adequada, refletindo as desigualdades estruturais que permeiam uma sociedade capitalista.

A renda limitada leva à escolha de alimentos mais baratos e menos nutritivos, contribuindo para uma dieta deficiente em nutrientes essenciais. O II VIGISAN aponta que mais de 90% dos domicílios cuja renda per capita era inferior a 1/4 de salário mínimo (SM) possuíam algum grau de insegurança alimentar; por outro lado, em domicílios com renda per capita maior do que 1 SM, a segurança alimentar esteve presente em 67,0% dos domicílios. Nos domicílios de menor renda, ainda, a restrição na quantidade de alimentos ocorreu em 71,0% dos domicílios; e em 43,0% deles, os moradores vivenciaram a fome (Rede Penssan, 2022).

Complementarmente, comunidades racializadas, como negras e indígenas, frequentemente enfrentam maiores níveis de fome devido a fatores históricos de exclusão e discriminação. A desigualdade racial é um fator determinante no acesso a recursos e oportunidades econômicas, elevando as taxas de fome e risco de fome entre esses grupos. Ainda de acordo com o II VIGISAN de 2022, a fome aumentou de 3,3% para 6,6%, nos domicílios com pessoa de referência branca, e de 8,7% para 10,2% entre domicílios com pessoa de referência negra (preta/parda). Isto resultou em diferença menor entre os grupos em outros anos, mas com permanência de prevalência da fome em domicílios chefiados por pessoas negras (Rede Penssan, 2022).

O gênero também desempenha um papel significativo nos dados referentes à fome e risco de fome. Mulheres, especialmente aquelas em situações vulneráveis, enfrentam barreiras adicionais no acesso a alimentos adequados. Responsabilidades de cuidados e

desigualdades no mercado de trabalho contribuem para a maior vulnerabilidade das mulheres à privação alimentar. Dados do IBGE de 2024 mostram que 59,4% das famílias chefiadas por mulheres enfrentam fome e risco de fome, comparado a 40,6% entre as famílias lideradas por homens (IBGE, 2024). Globalmente, as mulheres são mais suscetíveis ao risco de fome, com taxas mais altas de fome em contextos de desigualdade de gênero e acesso limitado a recursos, conforme relatado pela FAO em 2023 (FAO, 2023).

Assim, para pensar estratégias de combate à fome é essencial que ela seja compreendida em sua totalidade, complexidade e interseccionalidade, tomando consciência de quem a perpetua e de quais são corpos afetados por ela.

Ao darmos rosto à fome, percebemos que outras desigualdades se somam à econômica. O conceito de pobreza, enfim, não pode ser reduzido à noção de precariedade de renda; é complexo e abrangente, está relacionado a vários tipos de desigualdades - de raça, de gênero, território, idade, etnia, classe, participação, poder. Portanto, também as soluções e a busca por maior igualdade passarão por todas essas interseccionalidades. (Cátedra Josué de Castro, 2022, p. 162).

Para entender como se dá a perpetuação da fome no Brasil em sua complexidade, também é fundamental olharmos para trás, ir até as suas raízes. Por isso, os próximos tópicos tratam da colonização e de sua manutenção através da colonialidade, que reflete a hegemonia do poder e, conseqüentemente, o funcionamento da sociedade brasileira e a perpetuação da pobreza e da fome até os dias atuais.

2.4 O passado à nossa frente: raízes coloniais e as origens estruturais da fome

“Reivindicar a cidadania brasileira, para além de quaisquer ufanismos, passa a significar a busca do enfrentamento da penetração colonial sobre os povos não brancos. Isso significa, além do reposicionamento da autoimagem de pessoas negras e indígenas, um refazimento das representações que a colonização fez da própria branquitude, da democracia e do progresso.” (Pires; Queiroz, Nascimento, 2022, p. 23)

O processo histórico de formação do povo brasileiro, caracterizado pela violência da colonização e pela perpetuação da colonialidade no pensar e agir, manifesta-se nos dias atuais

pela contínua opressão e negação de direitos. Através da desumanização dos povos indígenas que aqui viviam e dos povos negros trazidos da África para cá, o colonizador - homem branco europeu - dividiu o mundo em dois e formou um povo sem direitos, refletidos ainda hoje na realidade brasileira.

A origem do pensamento colonial surge a partir da ideia de superioridade cultural, racial e civilizacional dos colonizadores em relação aos povos colonizados. Aqui, o não branco foi bestializado - reduzido a animal - e inferiorizado. Seus saberes, mitos, culturas e tradições, anulados. No Brasil, o epistemicídio - “forma de sequestro, rebaixamento ou assassinato da razão” - colocou o não branco na esfera do “não ser” (Carneiro, 2023), naturalizando a superioridade dos brancos e a inferioridade dos povos colonizados. Ao arrancar a humanidade do colonizado, o colonizador justifica a exploração e, sob a ânsia da civilização, reduz a pluralidade a um - um modo de pensar, um modo de ser, um modo de viver. Além da violência física, a violência psíquica é utilizada para dominar o colonizado e manter as relações hierárquicas de poder e dominação. Nesse sentido, a hegemonia do pensamento eurocêntrico se impõe como consciência universal, como forma de raptar a memória individual e coletiva dos “selvagens” e civilizá-los (Fanon, 2022).

Tupi, Paresi, Bororo, Xavante, Kayapó, Kaingang, Tapuia, Guaikuru, Mbayá, Caeté, Yoruba, Dahomey, Fanti-Ashanti, Peuhl, Mandinga, Haussa, Bantu - etnias indígenas e africanas plurais foram reduzidas à singularidade imposta pelo europeu. Os mais de 1470 povos indígenas extintos nos últimos 500 anos no Brasil evidenciam a violência instituída pelo processo de colonização, que negou o direito de existência a pretos e indígenas (Bueno, 2012).

“O Brasil foi regido primeiro como uma feitoria escravista, exoticamente tropical, habitada por índios nativos e negros importados. Depois, como um consulado, em que o povo sublusitano, mestiçado de sangue afros e índios, vivia o destino de um proletariado externo dentro de uma possessão estrangeira. Os interesses e as aspirações do seu povo jamais foram levados em conta, porque só se tinha atenção e zelo no atendimento dos requisitos de prosperidade da feitoria exportadora. O que se estimulava era o aliciamento de mais índios trazidos dos matos ou a importação de mais negros trazidos da África, para aumentar a força de trabalho, que era a fonte de produção dos lucros da metrópole. Nunca houve aqui um conceito de povo, englobando todos os

trabalhadores e atribuindo-lhes direitos. Nem mesmo o direito elementar de trabalhar para nutrir-se, vestir-se e morar.” (Ribeiro, 2015, p. 327)

Esse trecho do livro *O Povo Brasileiro* de Darcy Ribeiro evidencia a opressão que caracteriza o povo brasileiro desde a invasão do território brasileiro e demonstra a existência da fome de alimentos, fome de conhecimentos e fome de liberdade perpetuadas no país. O povo que habitava as terras férteis do Brasil, desde 1500, sobrevive para suprir as necessidades do exterior, tendo todo o seu trabalho explorado e exportado. Desde a invasão, o Brasil não existe para si mesmo, mas para gerar lucros exportáveis pelo exercício da função de provedor colonial de bens para o mercado mundial, através do desgaste da população.

A perpetuação da condição de fome a que os trabalhadores brasileiros foram e são submetidos acontece através da estrutura fundiária de origem colonial que permite a concentração de terras nas mãos de poucos: aqueles que não vivem dela nem para ela, apenas a controlam. Assim, herdada de um passado colonial, a questão da terra no Brasil ainda é um nó (Maricato, 1999). Josué de Souza Martins, em seu livro *O Cativo da Terra*, expressa suas insatisfações e análises sobre o cativo da terra e seu papel estruturante na sociedade brasileira. A estratégia de monopólio da terra e do poder iniciada no período colonial se mantém até os dias atuais, preservando as estruturas de poder e os papéis políticos das velhas elites. “As camadas dominantes, vindas do passado senhorial e escravistas, conservaram-se à testa do poder organizado política, econômica e socialmente.” (Fernandes, 2008b, p. 323)

Associada à questão agrícola, a questão agrária colonial foi marcada por leis que submeteram a terra à uma lógica econômica capitalista de exploração⁸. A política de sesmarias que foi instaurada pela coroa portuguesa no início do processo de colonização do Brasil resultou no fortalecimento do monopólio da terra e no reforço do poder absoluto dos grandes senhores. Com a declaração da independência do Brasil, em 1822, essa política agrária foi extinta, mas não abriu espaço para mudanças na estrutura fundiária brasileira,

⁸ A questão agrária refere-se aos conflitos, disputas e problemas estruturais ligados à posse, uso e distribuição da terra. Esse conceito envolve aspectos sociais, políticos e econômicos, como a concentração fundiária, a luta por reforma agrária e a expropriação dos trabalhadores do campo. Trata-se das relações de poder e dos direitos relacionados ao acesso à terra, que têm implicações diretas na organização social do meio rural. Já a questão agrícola diz respeito à produção de alimentos propriamente dita, englobando os métodos e técnicas de cultivo, as políticas públicas de incentivo à agricultura, bem como a organização do setor produtivo. Assim, o foco está no processo produtivo e na eficiência da produção agrícola, sem necessariamente abordar as disputas de acesso à terra. Para uma análise mais detalhada sobre as origens da questão agrária brasileira, pode-se consultar o livro de LOURENÇO, Fernando Antonio. *Agricultura ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. Editora da Unicamp, 2001.

mantendo a desigualdade na posse da terra (Martins, 2010; Delgado, 2012). Em 1850, estabeleceu-se a Lei de Terras, marco histórico que inaugurou a propriedade privada no país:

“Ao contrário do que se deu nas zonas pioneiras americanas, a Lei de Terras instituiu no Brasil o cativo da terra — aqui as terras não eram e não são livres, mas cativas. A Lei 601 estabeleceu em termos absolutos que a terra não seria obtida por outro meio que não fosse o da compra. [...] Concretamente, a implantação da legislação territorial representou uma vitória dos grandes fazendeiros, já que essa não era a única categoria social a preocupar-se com a questão fundiária.” (Oliveira; Faria, 2009, p.5)

Ao estabelecer a compra e venda como única forma de acesso à terra, a Lei de Terras inaugura a propriedade privada, condição central do capitalismo, e legitima o latifúndio no Brasil, uma vez que produtores pobres não detinham poder econômico para garantir a compra da terra. Neste período, a terra é submetida à lógica econômica capitalista de exploração, que descaracteriza sua função como bem natural e a transforma em mercadoria e poder. Aqueles que não detêm poder, não são capazes de usufruir da terra (Delgado, 2012).

Desta forma, o período colonial que invadiu terras e exterminou culturas indígenas, se manteve com a perpetuação de estruturas agrárias e agrícolas excludentes, e desempenhou papel fundamental no extermínio das culturas tradicionais dos povos que aqui viviam. À eles, foi negado o acesso à terra e imposto um modo de vida perverso.

Reitero que o entendimento da questão agrária no Brasil é essencial para discutir o combate à fome em toda a sua complexidade. Isso porque não é possível desvincular a questão agrária da questão agrícola e dos debates sobre a fome, afinal a terra é a fonte de vida que nos permite plantar e colher o alimento de cada dia. Compreendo que, de forma interdependente, a transformação da relação entre ser humano e terra também implica a transformação da relação entre ser humano e alimento.

Mesmo após o fim formal do colonialismo, que gerou a concentração e expropriação de terras e a destruição das culturas, criando miséria, pobreza e fome no país (Castro, 1984), a colonialidade revela como as relações de poder e dominação iniciadas no período colonial continuam a moldar as sociedades, identidades e economias no mundo pós-colonial, através de aspectos econômicos, culturais, raciais e epistemológicos. O Brasil, por exemplo, se forja em uma estrutura econômica baseada no latifúndio, na monocultura exportadora, acumulação de capital no exterior, mão de obra escravizada e dependência externa, e hoje, ele segue com

uma estrutura econômica agrária que muito se assemelham às características do Brasil-colônia.

Em uma análise de conjuntura da produção desse cenário do Nordeste açucareiro – um regime alimentar impróprio, com a presença de fome e de carências nutricionais –, reconhece-se que esses efeitos são fruto da colonização e da introdução da cultura da cana-de-açúcar que, ao assumir proporções de monocultura, impediam a diversificação da alimentação da maioria da população da região. Josué de Castro foi pioneiro ao demonstrar que a fome é decorrente das desigualdades sociais, incluindo a distribuição de terras: no cenário supracitado, a lógica latifundiária ocupava os espaços da produção de alimentos para subsistência. Ao mesmo tempo, o autor afirmava a fome como expressão de desigualdades sociais relacionadas a gênero, classe social, idade, grupo étnico e geografia” (Frutuoso; Viana, 2021, p.4).

Orientada a princípio pelos colonizadores europeus e depois pelo capital estrangeiro, expandiu-se no país uma agricultura extensiva de produtos agrícolas exportáveis ao invés de uma agricultura de subsistência, capaz de matar a fome do nosso povo” (Castro, 2022, p. 287)

Nesse sentido, ainda em uma racionalidade colonial, as práticas agrícolas hegemônicas atuais, através da promoção de um modelo de agricultura altamente industrializado, seguem sendo incapazes de alimentar o povo brasileiro. Contribuindo com esses debates, Josué também reitera a importância e urgência da reforma agrária e agrícola, alterando os métodos de produção, como centrais ao combate à fome.

Chega-se à evidência de que é indispensável alterar substancialmente os métodos da produção agrícola, o que só é possível reformando as estruturas rurais vigentes. Apresenta-se deste modo a reforma agrária como uma necessidade histórica nesta hora de transformação social que atravessamos: como um imperativo nacional” (Castro, 1957, p. 309).

Assim, o problema da fome não poderá ser resolvido definitivamente sem uma transformação da atual estrutura agrária concentradora de terra e renda. Como fruto do

processo de acumulação de capital, a fome apela por mudanças estruturais profundas e por estratégias nacionais de desenvolvimento que dêem prioridade às necessidades básicas da população (Minayo et al., 1983).

A reforma agrária, nesse sentido, não se limita a uma simples redistribuição de terras. Ela envolve um processo mais amplo de democratização do acesso aos recursos naturais, de estímulo a práticas agrícolas sustentáveis e de promoção de uma soberania alimentar que coloque o povo brasileiro no centro do sistema produtivo. Segundo Sérgio Sauer, a reforma agrária deve ser vista como um instrumento de reparação histórica e uma base para o desenvolvimento socioeconômico do país, garantindo não apenas o direito à terra, mas também condições para que os agricultores possam produzir alimentos saudáveis de forma justa e ambientalmente responsável (Sauer, 2008, 2010).

Nesse contexto, a reforma agrária, aliada a conceitos e práticas subversivas que privilegiam a agroecologia, a solidariedade e a justiça social, emerge como uma luta indispensável para o enfrentamento estrutural da fome. É por meio dessas transformações que se torna possível reconfigurar a relação entre produção, território e dignidade, pavimentando o caminho para uma sociedade mais justa e sustentável.

O Manifesto da Comida de Verdade, lançado na 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional à Sociedade Brasileira sobre Comida de Verdade no Campo e na Cidade, por Direitos e Soberania Alimentar, em 2015, por exemplo, sintetiza a visão de um sistema alimentar pautado na justiça social, ambiental e cultural. Ele defende que “a comida de verdade é salvaguarda da vida” e deve ser acessível, saudável e produzida com respeito às especificidades regionais e aos conhecimentos tradicionais. O Manifesto também denuncia o alimento-mercadoria, produzido por meio de práticas industrializadas que contribuem para a perpetuação da fome e a degradação ambiental.

A comida de verdade é salvaguarda da vida. [...] É produzida pela agricultura familiar, com base agroecológica e com o uso de sementes crioulas e nativas. É produzida por meio do manejo adequado dos recursos naturais, levando em consideração os princípios da sustentabilidade e os conhecimentos tradicionais e suas especificidades regionais. É livre de agrotóxicos, de transgênicos, de fertilizantes e de todos os tipos de contaminantes. [...] Garante a soberania alimentar; protege o patrimônio cultural e genético; reconhece a memória, a estética, os saberes, os sabores, os fazeres e os falares, a identidade, os ritos envolvidos, as tecnologias autóctones

e suas inovações. É aquela que considera a água alimento. É produzida em condições dignas de trabalho. É socialmente justa. Comida de verdade não está sujeita aos interesses de mercado, [...] é caracterizada por alimentos in natura e minimamente processados em detrimento de produtos ultraprocessados. Precisa ser acessível, física e financeiramente, aproximando a produção do consumo. [...] Comida de verdade é aquela que [...] promove hábitos alimentares saudáveis no campo, na floresta e na cidade. (Brasil, 2015).

2.5 Movimentos socioterritoriais: agentes de transformação?

Como brevemente apontado na introdução, os movimentos sociais são definidos por diversos intelectuais de diferentes formas. Aqui, partimos principalmente das análises de Maria da Glória Gohn, Alberto Melucci e Alain Touraine para conceituá-los. Touraine, em seu capítulo do livro *Movimentos Sociais* (Touraine, 1977), argumenta que estes são definidos de acordo com um conflito social geral que questionaria o controle do desenvolvimento social e que, ao modificar o já existente, desorganiza para reorganizar. Assim, os movimentos sociais surgem a partir da ação conflitante entre atores com interesses opostos que lutam pelo controle do sistema de ação histórica.

O importante é que o ator [social] não se define mais em relação a normas de funcionamento ou a procedimentos de discussão e de decisão, mas em relação a um conflito social geral. Este conflito não opõe diretamente grupos sociais concretos; ele questiona o controle do desenvolvimento social, tal qual ele é definido por um modelo cultural e pelos outros elementos do sistema de ação histórica. (Touraine, 1977, p. 345)

Adicionalmente, o autor também afirma que os movimentos sociais podem ser definidos através da combinação de três princípios: i) um princípio de identidade, sendo “a definição do ator por ele mesmo”, construída conscientemente a partir do conflito social geral e do reconhecimento do objetivo da luta.; ii) um princípio de oposição, sendo que o movimento social precisa necessariamente possuir um adversário, que surge a partir de um conflito; e iii) um princípio de totalidade. O movimento social se insere em um sistema mais amplo de ação histórica, onde os adversários (geralmente posicionados em posições de classe social antagônicas) disputam o controle e a dominação da sociedade. “O sistema de ação histórica cujos adversários, situados na dupla dialética das classes sociais, disputam entre si a dominação.” (Touraine, 1977, p.347).

De forma similar, Melucci, em seu artigo *Um objetivo para os movimentos sociais?*, os define como uma forma de ação coletiva baseada em três *princípios*: i) na solidariedade, como a capacidade que os atores sociais têm para partilhar uma identidade coletiva; ii) no desenvolvimento de um conflito, referindo-se a relação antagônica entre atores em oposição; e iii) na ruptura com os limites do sistema em que ocorre a ação, objetivando a luta pela existência de outro sistema possível (Melucci, 1989).

Nesse sentido, os movimentos sociais são diversos, tendo conflitos centrais também diferentes. No livro *Ativismos no Brasil*, Maria da Glória Gohn, apresenta a classificação de movimentos sociais de acordo com momentos históricos e categorias temporais de análise, os dividindo em velho/clássico, novo e novíssimo. Os movimentos sociais velhos ou clássicos surgem no século XIX, com foco na luta por direitos materiais e políticos, como os movimentos operários que buscam melhores condições de trabalho e direitos trabalhistas. Já os movimentos sociais novos, emergem a partir da década de 1960, com uma abordagem mais voltada para questões de identidade, cidadania e valores, como os movimentos feministas e os direitos LGBTQIAPN +, tendo um enfoque mais cultural e simbólico e uma organização mais descentralizada. Por fim, os movimentos sociais novíssimos surgem no contexto contemporâneo, com características mais fluidas e descentralizadas, frequentemente utilizando as redes sociais e abordando questões globais e transnacionais, como a sustentabilidade e os direitos digitais, com ações rápidas e de curto prazo, muitas vezes organizadas de forma espontânea e virtual. Essa classificação permite perceber como os movimentos sociais se transformaram, adaptando-se aos desafios e mudanças históricas e sociais ao longo do tempo (Gohn, 2022).

Já em relação aos movimentos dentro de um espectro político-ideológico de valores de centro e de direita: conservadores, reacionários, liberais e neoliberais, Gohn os define como contramovimentos e alerta para a importância de “qualificar os termos dos debates e narrativas para sabermos de que tipo de movimento estamos tratando, pois generalizar e focalizar um só conceito, o de movimento social, poderá confundir os sujeitos em cena.” (Gohn, 2022, p.134)

Na dissertação presente estudamos, mais especificamente, movimentos sociais de luta por melhores condições de vida e de trabalho, um no meio urbano e outro no rural. Esses movimentos possuem conflitos sociais gerais baseados na luta pela terra e pela moradia, mas também estendem seus discursos e ações para a luta pela dignidade dos trabalhadores - da cidade e do campo.

Neste caso, por terem o território no centro de suas conflitualidades, esses movimentos são classificados por alguns autores como movimentos socioterritoriais. Bernardo Mançano Fernandes, através de uma leitura geográfica, aponta o território como elemento fundamental para a formação de ações e relações sociais estabelecidas dentro desses movimentos (Fernandes, 2005).

O território, de acordo com Raffestin em *Por uma Geografia do Poder*, é produzido a partir do espaço. Nesse sentido, ele não é simplesmente um lugar geográfico, mas produzido

a partir de relações sociais que o configuram e o transformam, sendo, portanto, uma construção social ligada às dinâmicas de poder (Raffestin, 1993).

O território é multidimensional e multiescalar, e incorpora tanto o espaço material quanto o imaterial - e diversas intencionalidades que podem produzir contradições, solidariedade e conflitividade. A contradição, a solidariedade e a conflitividade são relações explicitadas quando compreendemos o território em sua multidimensionalidade. A existência e destruição do território são determinadas pelas relações sociais que dão movimento ao espaço. “Assim, o território é espaço de liberdade, e dominação, de expropriação e resistência” (Fernandes, 2005, p.28).

Adicionalmente, o território está atrelado à conflitualidades, expresso na disputa por diferentes modelos de desenvolvimento estabelecidos por diferentes sujeitos, com diferentes práticas sociais, interesses, subjetividades e dinâmicas. As contradições e conflitualidades levam a expansão, a destruição e a recriação dos territórios, enquanto processo geográfico, expressos pela territorialização, desterritorialização e reterritorialização - TDR. “O território é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência. Por essa razão, carrega em si sua identidade, que expressa sua territorialidade.” (Fernandes, 2005, p. 30).

Esse movimento, observado nos movimentos socioterritoriais de luta por terra e moradia, seja no campo ou na cidade, demonstra que para eles o território torna-se seu objetivo primordial de luta - a razão de sua existência. Por terem a conquista do território como trunfo, esses movimentos são classificados como socioterritoriais. Ao conquistarem seus territórios, eles promovem a territorialização da luta pela terra e pela moradia. É a partir dos territórios que eles constroem sua identidade e subjetividade política. “El territorio es un lugar de encuentro y socialización política que permite a los movimientos nuevos valores y nuevas relaciones sociales.” (Halvorsen; Fernandes; Torres, 2021, p. 3).

Os estudiosos Milton Santos e Josué de Castro apontam a importância das transformações estruturais para erradicar a pobreza e a fome. Para isso, os movimentos socioterritoriais surgem como atores sociais importantes para refletir e alterar as estruturas sociais excludentes e, conseqüentemente, os problemas socioeconômicos que decorrem destas. Milton Santos destaca a importância de uma política construída a partir "de baixo", enraizada no cotidiano e na territorialidade, como um elemento transformador da sociedade. Para ele, os movimentos sociais que se baseiam e reforçam essa cultura territorializada não só resistem à dominação da cultura de massa, mas também fomentam uma economia e uma política alicerçadas na solidariedade e na convivência. Essa territorialidade ativa desempenha

um papel crucial na formação de uma consciência crítica, possibilitando uma intervenção eficaz na história e no espaço geográfico (Santos, 2022).

Os movimentos da sociedade, atribuindo novas funções às formas geográficas, transformam a organização do espaço, criam novas situações de equilíbrio e ao mesmo tempo novos pontos de partida para um novo movimento. Por adquirirem uma vida, sempre renovada pelo movimento social, as formas - tornadas assim formas-conteúdo - podem participar de uma dialética com a própria sociedade e assim fazer parte da própria evolução do espaço. (Santos, 2006, p. 69)

De forma similar, Josué de Castro aponta os movimentos sociais como agentes essenciais para alcançar transformações estruturais. Contrapondo-se à tendência de técnicos, pesquisadores, políticos, empresários e intelectuais de oferecer soluções prontas para os problemas da fome, Castro defende que os trabalhadores têm condições de se organizar e transformar suas próprias condições de vida. Em "Sete Palmos de Terra e um Caixão", ele retrata os que vivem na miséria e enfrentam a fome não como indivíduos que precisam ser resgatados ou tutelados, mas como agentes políticos. Ao se organizarem e tomarem consciência dos processos de expropriação e exploração, esses trabalhadores podem conceber caminhos para sua emancipação (Castro, 1967; Ribeiro Jr., 2020).

3. Metodologia

A pesquisa foi estruturada com base em uma abordagem qualitativa, combinando a análise de dados primários e secundários. Os dados primários foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), além de observação participante em ocupações urbanas e assentamentos rurais. Já os dados secundários foram obtidos a partir de pesquisa documental, abrangendo materiais produzidos pelos próprios movimentos, como boletins, jornais e relatórios, bem como literatura acadêmica e registros oficiais.

Todas as informações coletadas foram analisadas a partir de três categorias analíticas principais, que visam organizar e sistematizar os dados para uma análise comparativa. Essas categorias – dimensão discursiva, dimensão operacional e desafios enfrentados pelos movimentos – foram definidas com o objetivo de compreender as estratégias de combate à fome adotadas pelos movimentos e os contextos nos quais atuam. Essa abordagem metodológica permite integrar elementos discursivos e práticos, respeitando as particularidades e dinâmicas específicas de cada movimento.

3.1 Categorias analíticas

As categorias analíticas escolhidas para guiar este estudo são essenciais para estruturar a análise comparativa entre os movimentos sociais, especificamente o MST e o MTST, no que tange à sua atuação no combate à fome. Essas categorias são definidas com o intuito de proporcionar uma compreensão profunda das diferentes dimensões de ação e discurso dos movimentos, além dos desafios enfrentados por eles em contextos distintos. Elas serão utilizadas para organizar e sistematizar os dados coletados, permitindo uma análise mais precisa das práticas e discursos desses movimentos, e dividem-se em: a) dimensão discursiva, abrangendo identidade política, organização e discursos relacionados ao combate à fome, b) dimensão operacional, que se refere às ações concretas utilizadas para a superação da fome, e c) desafios dos movimentos socioterritoriais urbanos e rurais na luta pelo combate à fome (Tabela 1).

Na dimensão discursiva, pretendemos examinar como cada movimento organiza sua identidade política e se constitui como um movimento socioterritorial. Isso envolve compreender a conjuntura política em que os movimentos surgiram e suas transformações ao longo do tempo, a ideologia que os orienta, quem são suas bases sociais e os métodos de

mobilização utilizados. Esses elementos foram fundamentais para analisar os discursos dos movimentos em relação à fome e sua superação.

Na dimensão operacional, a coleta de dados e análise se concentrou nas ações práticas implementadas pelos movimentos para combater a fome. A avaliação dessas estratégias revela como elas são planejadas, executadas e ajustadas, levando em conta as diferentes realidades territoriais e sociais enfrentadas por cada movimento.

Por fim, a categoria analítica dos desafios enfrentados pelo MST e MTST no combate à fome é crucial para entender as limitações e oportunidades que cada movimento encontra em sua atuação. Ao identificar essas barreiras, foi possível compreender melhor as especificidades das lutas de cada movimento e como elas influenciam suas abordagens no combate à fome.

Tabela 1: categorias analíticas e variáveis utilizadas para coleta e análise de dados

Categoria	Variáveis
Dimensão discursiva	<ul style="list-style-type: none"> - Organização e identidade política dos movimentos - Discursos dos movimentos em relação à fome e sua superação - Relação entre os movimentos discursivamente
Dimensão operacional	<ul style="list-style-type: none"> - Estratégias de combate à fome utilizadas pelos movimentos - Relação entre os movimentos operacionalmente
Desafios	<ul style="list-style-type: none"> - Desafios encontrados pelos movimentos urbanos e rurais na atuação pelo combate à fome

Fonte: autoria própria

3.2 Descrição das áreas de estudo

Este trabalho busca compreender os discursos e ações do MST e do MTST de forma abrangente, considerando-os como movimentos socioterritoriais que articulam suas práticas em escala nacional, e não como estudos de caso específicos. Assim, a pesquisa documental foi planejada e realizada com o objetivo de identificar elementos que permitissem uma análise transversal das dinâmicas dos movimentos, sem diferenciações regionais, territoriais ou de outra natureza que pudessem fragmentar a compreensão de suas ações e discursos.

Contudo, as etapas de coleta de dados empíricos – realizadas por meio de entrevistas semiestruturadas e observações participantes – foram executadas em territórios específicos no estado de São Paulo. Esses territórios incluem ocupações urbanas e cozinhas solidárias vinculadas ao MTST, bem como assentamentos rurais do MST, todos situados em contextos marcados por particularidades sociais, econômicas e políticas que influenciam diretamente as práticas e as estratégias dos movimentos.

A escolha dos territórios no estado de São Paulo reflete tanto a viabilidade logística quanto a intenção de explorar experiências concretas de ação e resistência nesses espaços. Essas áreas possuem significativa relevância para a análise, considerando a forte atuação dos movimentos em contextos urbanos e rurais paulistas. Ainda assim, é importante destacar que as análises e discussões propostas ao longo do trabalho não se limitam a essas realidades locais, mas buscam lançar luz sobre aspectos estruturais e comuns aos movimentos como um todo.

Nesse sentido, embora os resultados reflitam, em certa medida, os territórios vivenciados, a abordagem metodológica adotada mantém o foco nos movimentos enquanto fenômenos sociopolíticos amplos, transcendendo os limites dos contextos específicos estudados. A análise considera os movimentos como atores coletivos cuja ação se desdobra em múltiplos territórios, mas com práticas que compartilham um núcleo comum de enfrentamento à fome e à desigualdade, articulando solidariedade, reterritorialização e luta por direitos sociais.

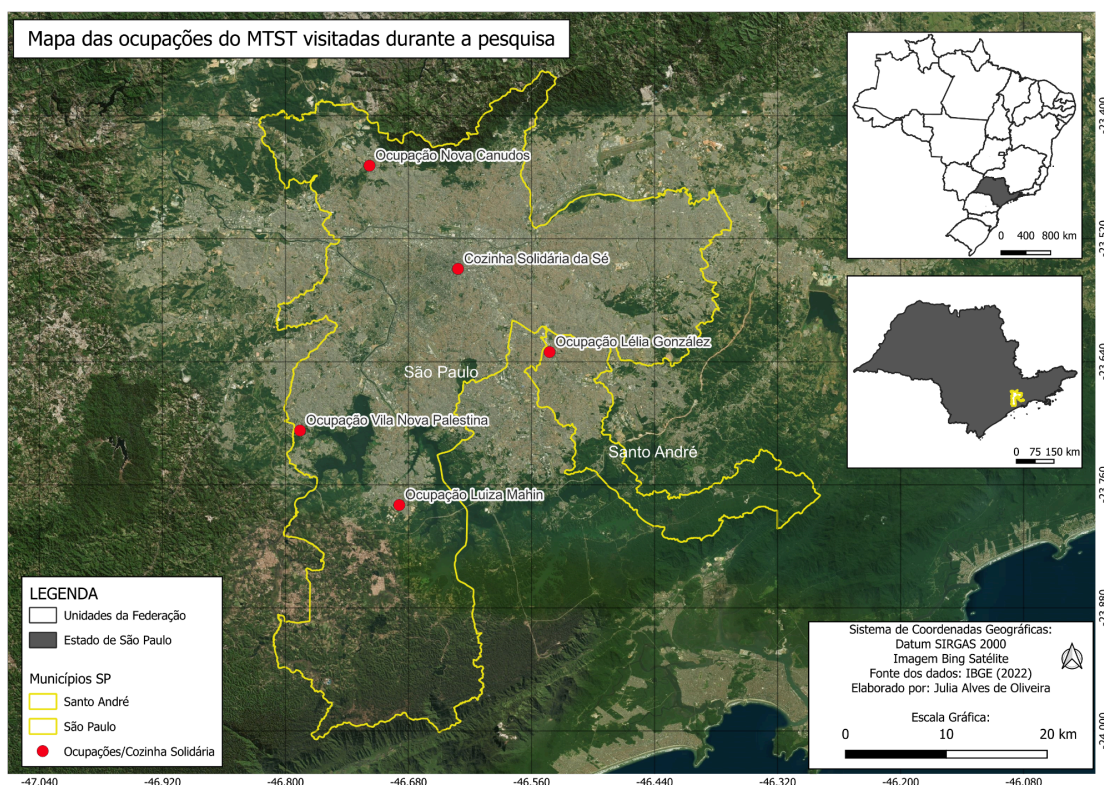
Essa perspectiva permite problematizar a relação entre os discursos e as práticas territoriais dos movimentos, reconhecendo tanto as particularidades dos espaços vividos quanto às dimensões mais amplas de suas ações enquanto movimentos nacionais. Ao tratar MST e MTST enquanto movimentos, o trabalho evita a redução da análise a estudos de caso, buscando evidenciar a potência coletiva de suas articulações e suas contribuições para o enfrentamento da fome no Brasil.

3.2.1. *Ocupações do MTST*

No contexto do MTST, a pesquisa qualitativa realizada com dados primários abrange cinco áreas de estudo: Ocupação Luiza Mahin, Ocupação Lélia Gonzalez, Ocupação Vila Nova Palestina, Ocupação Nova Canudos e a Cozinha Solidária da Sé. Com exceção da Ocupação Lélia Gonzalez, localizada no município de Santo André, na região metropolitana de São Paulo (SP), todos os demais espaços investigados estão situados no município de São Paulo (Figura 1).

Cada uma dessas áreas representa contextos específicos de luta por moradia e segurança alimentar, sendo fundamentais para compreender as dinâmicas sociais, políticas e territoriais presentes nas ações de combate à fome e de organização comunitária do movimento em questão.

Figura 1: Mapa das ocupações do MTST visitadas durante a pesquisa



3.2.2. Assentamentos do MST

A pesquisa foi realizada em dois assentamentos distintos do MST no município de Iperó, interior do estado de São Paulo: o Assentamento Horto Bela Vista e o Assentamento Ipanema (Figura 2). Cada um desses territórios apresenta trajetórias singulares de luta e resistência, refletindo as dinâmicas de territorialização, desterritorialização e reterritorialização que caracterizam a atuação do MST.

O Assentamento Ipanema foi estabelecido em terras anteriormente pertencentes à histórica Fazenda Ipanema, um território com raízes que remontam ao período colonial do Brasil. Originalmente utilizada como uma siderúrgica no Brasil Império, a fazenda desempenhou um papel importante no desenvolvimento industrial do país, mas posteriormente entrou em um processo de abandono e subutilização.

Em 1990, o MST organizou diversas famílias de trabalhadores rurais sem terra para ocupar a área, promovendo a luta pela reforma agrária em um contexto marcado por conflitos e negociações intensas com autoridades e antigos proprietários. Após anos de resistência, o território foi destinado à reforma agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), consolidando-se como um Projeto de Assentamento Nacional.

O Assentamento Ipanema é emblemático não apenas por sua história de luta, mas também pela adoção de práticas produtivas sustentáveis. Os lotes pesquisados no assentamento são agroecológicos e biodinâmicos, destacando-se como experiências diferenciadas no interior do MST. Essa abordagem evidencia o potencial do assentamento em promover a soberania alimentar e a sustentabilidade ambiental, ainda que essa realidade não seja uniforme em todos os lotes e assentamentos do movimento.

O Assentamento Horto Bela Vista está situado em uma área que fazia parte do antigo Horto Florestal de Iperó, pertencente à extinta Ferrovias Paulistas S/A (FEPASA). Durante o processo de sucateamento da empresa, que culminou em sua privatização, diversas áreas, incluindo 17 hortos florestais, ficaram sem uso e foram mapeadas pelo MST como potenciais territórios para reforma agrária.

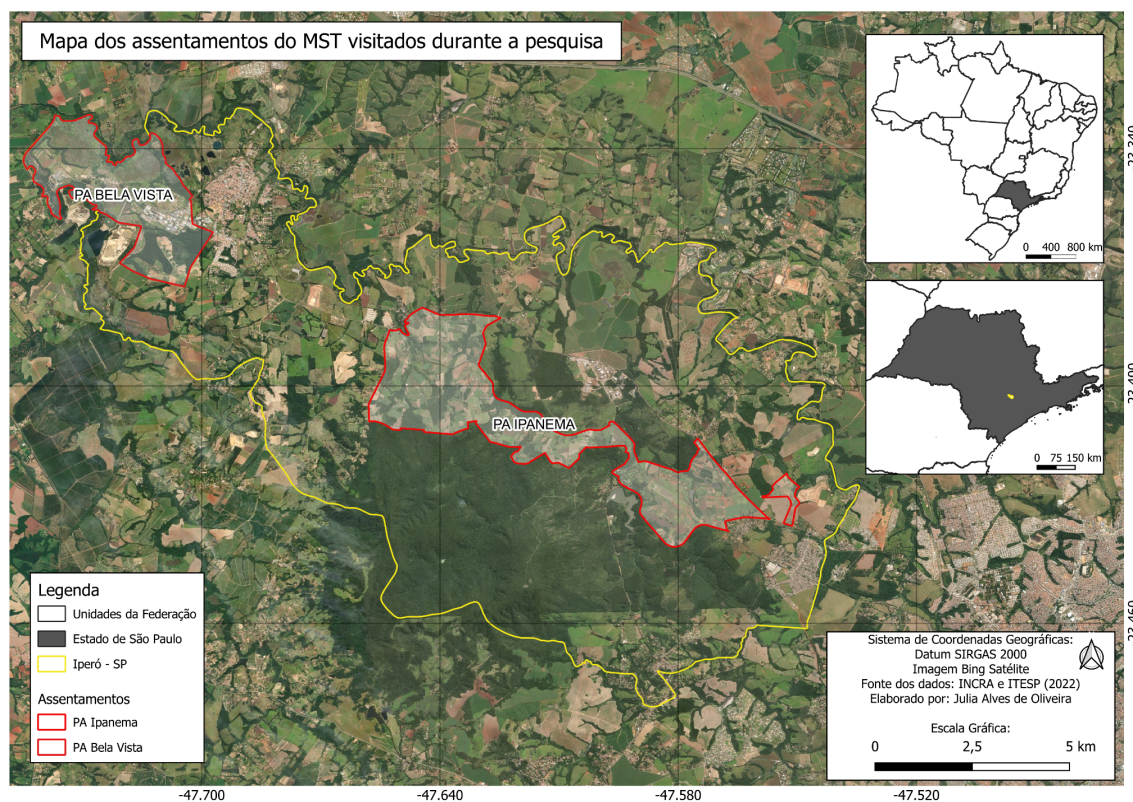
Em 1997, 85 famílias organizadas pelo MST ocuparam a área do Horto Bela Vista, iniciando um processo de luta que resultou no reconhecimento oficial como assentamento pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” (Itesp) em 1999 (Almeida, 2019). Atualmente, 31 famílias vivem no assentamento, distribuídas em lotes organizados para a produção agrícola, com enfoque em práticas sustentáveis (Pontes; Ferrante; Barone, 2021).

Assim como no Assentamento Ipanema, os lotes estudados no Horto Bela Vista adotam práticas agroecológicas e biodinâmicas. Essa característica representa um diferencial significativo dentro do movimento, uma vez que nem todos os lotes de assentamentos do MST operam sob esses sistemas produtivos. Essa especificidade reforça o compromisso das famílias assentadas com a construção de uma agricultura ambientalmente responsável e socialmente inclusiva.

Os assentamentos estudados refletem a pluralidade de estratégias e práticas existentes no MST. Enquanto o movimento se estrutura em uma base nacional e promove a luta pela reforma agrária em diversas escalas, os territórios vivenciados revelam as especificidades locais que influenciam as trajetórias de resistência e produção. A escolha de lotes agroecológicos e biodinâmicos como foco da pesquisa permite aprofundar o entendimento sobre as potencialidades de sistemas produtivos sustentáveis no contexto da reforma agrária,

destacando práticas que têm o potencial de ressignificar a relação entre terra, produção e cuidado com o meio ambiente.

Figura 2: Mapa dos assentamentos do MST visitados durante a pesquisa



3.3 Descrição da análise documental

A pesquisa documental foi utilizada com a finalidade de coletar informações já existentes referentes à trajetória histórica e a organização do MST e do MTST. Através de buscas e leituras de materiais escritos que não receberam tratamento científico, como livros, jornais digitais, cartilhas e revistas- encontrados nas mídias sociais do MTST e do MST, e no Jornal Sem Terra (JST) -, pudemos compreender como se deram suas construções identitárias, além de resgatar os discursos e ações de combate à fome já realizados pelos movimentos sociais ao longo de seus anos de atuação.

Complementarmente, no caso do MST, o Jornal Sem Terra⁹ foi fundamental para compreender o repertório do Movimento e suas lutas desde seu ano de estabelecimento, até

⁹ O Jornal Sem Terra (JST) é um importante veículo de comunicação e articulação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em 1981, antes da oficialização do JST (1984), circulava o Boletim Sem Terra, com o objetivo de divulgar a luta e as condições de vida dos acampados da Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul. O boletim era lido coletivamente nos acampamentos, informando e politizando as famílias e reforçando a percepção da luta coletiva. A experiência com o boletim amadureceu, e ele se tornou uma ferramenta essencial de comunicação do movimento. O Boletim Sem Terra cobriu o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em janeiro de 1984, em Cascavel (PR), onde foi tomada a decisão de transformá-lo no Jornal Sem Terra, com uma tiragem inicial de 10 mil exemplares (MST, 2024).

os dias atuais. Os 27 JSTs disponibilizados digitalmente no site do MST foram lidos e analisados na íntegra para compreender como o Movimento discutia e discute a questão da fome.

Figura 3: Jornal Sem Terra do MST



Fonte: MST (2024)

Além disso, foram coletadas publicações postadas na página principal do Instagram do MST ao longo de 4 meses. A página Google Pesquisa também foi utilizada para buscar notícias expostas desde 2019, e as palavras-chave utilizadas para as buscas foram *MST* e *fome*. A maior parte das notícias referentes ao Movimento e sua luta pelo combate à fome foram encontradas no site do próprio MST e do Brasil de Fato. Todas as postagens e noticiários que mencionavam a fome na descrição foram organizados no Excel e, posteriormente, analisados.

Para o MTST, os principais documentos analisados foram a *Cartilha de Princípios* de 2013 do Movimento, o livro *Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto*, publicado em 2012, e o livro *MTST: 20 anos de História: Luta, Organização e Esperança nas Periferias do Brasil*, de 2017.

Figura 4: Documentos do MTST utilizados para pesquisa documental



Fonte: autoria própria

Assim como na coleta de dados do movimento rural, para o movimento urbano foram coletadas as publicações postadas na página principal do Instagram ao longo de 4 meses, bem como noticiários encontrados através da ferramenta Google Pesquisa publicados desde 2019, com as palavras-chave *MTST* e *fome*. A maior parte das notícias referentes ao MTST também foram encontradas no site do Brasil de Fato e do próprio Movimento.

A partir disso, foram encontradas e analisadas 189 publicações e notícias recentes relacionadas ao MST e 124 referentes ao MTST (Tabela 2).

Tabela 2: Número de notícias encontradas e analisadas na pesquisa documental

	MST	MTST
Sites dos movimentos	30	30
Google Alerts	53	9
Instagram dos movimentos	56	35
Sites de notícias	50	50

Fonte: autoria própria

Todas as notícias e documentos coletados foram organizados no Excel em diferentes abas: i) Google Alerts; ii) MTST_Instagram; iii) MST_Instagram; iv) MST_Notícias; v) MTST_Notícias; vi) MST_Site; e vii) MTST_Site. As abas foram organizadas através de tabelas divididas em i) título do documento, com o link associado; ii) fonte ou tipo de material; iii) data de publicação; e iv) descrição, contendo as principais informações retiradas dos documentos.

3.4 Descrição de vivências

As vivências ocorreram nas áreas de estudo descritas em momentos distintos. O relacionamento com o MTST começou a ser construído no final de outubro de 2023, quando me envolvi em uma atividade de formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, a Escola Trabalho de Base. A formação tinha como objetivo aproximar o Movimento de outros setores da sociedade, introduzindo as ideologias e formas de luta do MTST.

Em um primeiro momento, os encontros aconteciam semanalmente e à distância, com aulas a respeito da formação do Movimento e sobre pautas sociais diversas, como questões de gênero, raciais e de classe. As aulas eram transmitidas aos finais de semana e, posteriormente, durante a semana eram feitas reuniões para discutir as questões abordadas. Esse processo teve duração de aproximadamente dois meses.

Após essa primeira etapa da formação, prossegui para o processo de brigadas, em que passei a atuar de forma presencial nos territórios. Como brigadista no Setor de Hortas do Movimento, pude me aproximar da realidade vivenciada nas ocupações e compreender de que forma se dão as lutas nos territórios ocupados. O processo de brigadas durou por quatro meses, de janeiro a abril de 2024, com atividades presenciais nas ocupações e reuniões semanais à distância com outros brigadistas e militantes do Movimento.

Além disso, no mês de junho tive a oportunidade de visitar a Cozinha Solidária da Sé e vivenciar um dia de trabalho, com a preparação dos alimentos, a montagem das marmitas e sua posterior entrega na Praça da Sé.

Nos territórios do MST, os laços e relações passaram a ser construídos a partir de janeiro de 2024. Uma vez que passei a residir em Iperó/SP, no município onde estão localizados os assentamentos estudados, pude participar de forma constante das atividades realizadas nos assentamentos. Entre as atividades, participei das reuniões quinzenais sobre educação do campo, com início em fevereiro deste ano, além de oficinas de bioinsumos, saúde do solo e confraternizações ocorridas em alguns lotes dos assentamentos.

Em todos os casos mencionados, as vivências aconteceram com auxílio do diário de campo para identificar as ações concretas de combate à fome que se dão nos territórios dos movimentos sociais. Essa metodologia facilitou uma imersão profunda nas diferentes realidades empíricas das comunidades, permitindo não apenas o registro dos eventos, mas também a reflexão sobre as experiências vividas durante o desenvolvimento das atividades em conjunto com os membros dos movimentos. Através do diário de campo, foi possível documentar tanto as ações práticas quanto sentimentos e percepções, enriquecendo a análise qualitativa e proporcionando uma compreensão mais ampla e contextualizada das estratégias de combate à fome (Richardson, 2012).

Tabela 3: Sistematização da observação participante com período, locais e atividades realizadas

Datas	Local	Atividades realizadas
31/10/2023	Sindicato dos Trabalhadores São Paulo/SP	Primeiro contato com o MTST - evento de apresentação do Movimento pelo Curso de Formação do MTST
05/11/2023	Ocupação Lélia González Santo André/SP	Palestra sobre o Movimento pelo Curso de Formação do MTST e visitação na Ocupação Lélia González
04/01/2024	Assentamento Ipanema - Lote do Boaventura Iperó/SP	Curso de Bioinsumos com agricultores assentados dos assentamentos Ipanema e Horto Bela Vista, em parceria com o Instituto Terra Viva e o Sampa + Rural
05/01/2024	Assentamento Ipanema - Lote do Boaventura Iperó/SP	Reunião com agricultores assentados do assentamento Ipanema, Instituto Terra Viva e representantes do Sampa + Rural
28/01/2024	Ocupação Vila Nova Palestina São Paulo/SP	Manejo na horta da ocupação Vila Nova Palestina - levantamento e adubação de canteiros + almoço e roda de conversas
04/02/2024	Ocupação Lélia González Santo André/SP	Manejo na horta da ocupação Lélia González - manejo, adubagem e cobertura do solo, além de plantio de novas espécies de hortaliças
07/03/2024 03/04/2024 17/04/2024	Barracão Comunitário do Assentamento Ipanema Iperó/SP	Reunião com agricultores assentados do Ipanema e Horto Bela Vista, e membros do NAAC/UFSCar Sorocaba
13/03/2024	Assentamento Horto Bela Vista - Sítio Mãe Terra	Produção e aplicação de bioinsumos

Iperó/SP		
17/03/2024	Ocupação Nova Canudos São Paulo/SP	Manejo da horta da ocupação Nova Canudos - manejo do solo (capinagem, adubação e levantamento de novos canteiros, cobertura do solo) + almoço e roda de conversas
07/04/2024	Ocupação Luiza Mahin São Paulo/SP	Construção de composteira e manejo da horta da ocupação Luiza Mahin - adubação do solo + almoço e roda de conversas
04/05/2024 05/06/2024 06/06/2024 19/06/2024 20/06/2024	Assentamento Horto Bela Vista - Sítio Mãe Terra Iperó/SP	Curso de bioinsumos com agricultores dos assentamentos Ipanema e Horto Bela Vista, membros do Instituto Terra Viva, NAAC/UFSCar Sorocaba e Sampa + Rural
21/05/2024 14/06/2024	Cozinha Solidária da Sé São Paulo/SP	Auxílio no preparo de alimentos, montagem das marmitas e distribuição na praça da Sé
25/06/2024	Assentamento Horto Bela Vista - Sítio Mãe Terra Iperó/SP	Mutirão junto ao NAAC/UFSCar Sorocaba para transferência de mudas de árvores de tubetes para sacos com terra
30/10/2024	Assentamento Ipanema - Lote Boaventura Iperó/SP	Curso de colmeia em tronco e visitação pelo lote
31/10/2024	Assentamento Horto Bela Vista - Sítio Mãe Terra Iperó/SP	Mutirão de plantio de mudas nativas - junto ao NAAC/UFSCar Sorocaba
02/11/2024 03/11/2024	Assentamento Horto Bela Vista - Sítio Mãe Terra Iperó/SP	Mutirão de plantio de manivas de mandioca e colheita de espinafre e couve

Fonte: autoria própria

3.5 Descrição dos entrevistados

Para uma compreensão mais aprofundada sobre a fome e seus significados dentro dos movimentos sociais, é essencial ouvir aqueles que deles fazem parte. Conhecer suas trajetórias de vida, suas relações com o alimento e suas perspectivas sobre a fome e sua superação confere à pesquisa um caráter mais humano. Além de entender a relação dos movimentos socioterritoriais com o combate à fome e como essa questão é vista por seus militantes, tivemos a oportunidade de nos aproximar da realidade da fome enfrentada pelos trabalhadores urbanos e rurais do nosso país.

Para isso, foram feitas entrevistas semiestruturadas com quatro participantes da base de cada um dos movimentos sociais, considerando o ponto de saturação em pesquisas qualitativas, como aponta Thiry-Cherques (2009). Os participantes entrevistados foram escolhidos através da seleção por conveniência, “em que os sujeitos são os que se podem acessar e os dados são os possíveis de se obterem.” (Thiry-Cherques, 2009, p.22)

No MTST, foram realizadas duas visitas distintas à Cozinha Solidária da Sé, em maio e junho de 2024. Durante essas visitas, foram entrevistadas quatro militantes da base do Movimento, todas engajadas na luta por moradia. Algumas delas já haviam conquistado seu apartamento próprio por meio do MTST, mas seguem na luta coletiva. Em paralelo, as entrevistadas desempenham um papel crucial na Cozinha Solidária, onde preparam os alimentos, montam as marmitas e as distribuem na Praça da Sé, no centro de São Paulo.

No caso do MST, os entrevistados eram moradores assentados. No Assentamento Ipanema, foram realizadas entrevistas com três pessoas entre março e maio de 2024: dois agricultores mais velhos e uma jovem estudante. Já no Assentamento Horto Bela Vista, entrevistei uma agricultora. Todos os entrevistados, são assentados que participaram da luta do MST desde o início das ocupações dos atuais assentamentos.

As entrevistas semiestruturadas aconteceram dentro de um escopo pré-definido, guiado por perguntas não conclusivas, a fim de coletar informações empíricas, e categorias analíticas pré estabelecidas (Tabela 4). As perguntas norteadoras foram iguais para o caso do MST e para o MTST e seguiram o roteiro apresentado abaixo:

Tabela 4: Roteiro utilizado para a realização das entrevistas semiestruturadas

Bloco 1: Origem e Trajetória
<ul style="list-style-type: none"> - Fale um pouco da sua trajetória de vida, antes e depois de entrar no Movimento. Breve relato sobre história de vida e trabalho; - Sua família é de origem rural ou urbana?; - Como e por que você entrou no Movimento?.
Bloco 2: Alimento
<ul style="list-style-type: none"> - Fale um pouco sobre o significado do alimento para você; Você tem memórias sobre sua alimentação ao longo da vida?; - Sua alimentação ou perspectiva sobre o alimento mudou depois que entrou no Movimento?.
Bloco 3: Fome
<ul style="list-style-type: none"> - O que é a fome e por que ela é tão presente em nosso país?; - Você acredita que o combate à fome é uma pauta central/importante para o Movimento? Fale sobre; - Você acha que o Movimento participa/realiza ações importantes de combate à fome? Se afirmativo, consegue citar algumas?;

- Você acredita que o Movimento ainda tem muitos desafios no combate à fome? Quais?.

Fonte: autoria própria

3.6 Análise de dados

Os dados coletados foram analisados em três fases, como apontado na Tabela 4. As duas primeiras fases são referentes à identificação e análise dos dados coletados no MST e no MTST, que serão analisadas a partir dos mesmos parâmetros de acordo com as metodologias aplicadas. Na terceira fase foi feita a sistematização e análise das convergências e diferenças entre discursos e ações de combate à fome dos dois movimentos socioterritoriais.

Tabela 5: Fases da análise de dados

Fases	Análise de dados
1ª fase	Identificação e análise dos dados coletados com o MST
2ª fase	Identificação e análise dos dados coletados com o MTST
3ª fase	Sistematização e análise das convergências e diferenças observadas entre os dois movimentos

Fonte: autoria própria

A análise documental, conforme detalhado por Cellard (2008), constitui-se como uma ferramenta importante nas ciências sociais por possibilitar o estudo minucioso de materiais escritos e sua relação com o contexto em que foram produzidos. No caso desta pesquisa, adotou-se uma perspectiva interpretativa, que visa identificar sentidos e significados subjacentes aos discursos e às ações dos movimentos, bem como evidenciar as relações de poder e as dinâmicas sociais que permeiam esses documentos. Esse tipo de abordagem é particularmente útil para acessar informações que ajudam a construir uma visão ampla e crítica do objeto de estudo, ao integrar o conteúdo documental a um quadro analítico mais amplo.

A análise documental foi realizada a partir da relação entre cada movimento e seus discursos e ações de combate à fome, com o objetivo de compreender como essas dimensões

se articulam e evoluem ao longo do tempo. Assim, essa abordagem possibilitou uma visão aprofundada sobre como os movimentos tratam a questão da fome em suas narrativas e práticas, evidenciando padrões, tensões e inovações em suas estratégias de atuação socioterritorial.

Por sua vez, as entrevistas foram transcritas e organizadas de acordo com as categorias analíticas apresentadas na Tabela 1 e com o auxílio do software ATLAS.ti. Posteriormente, com as anotações feitas em campo, foram realizadas análises de discurso para entender como se constroem e exercem os sentidos nos contextos e situações sociais em questão tendo em vista que para Oliveira, Oliveira e Mesquita (2013, p. 1329):

Não só o conhecimento, mas a própria realidade investigada pela ciência é produzida discursivamente, que é inevitavelmente atravessada pelos condicionantes e mecanismos próprios do campo simbólico e político da linguagem. [...] A discursividade é uma condição ontológica de constituição de todo o objeto e de toda a realidade experienciada pelos sujeitos.

Assim, a análise de discurso é uma abordagem complexa e multifacetada que nos auxilia na compreensão do uso da linguagem e suas relações com questões políticas, sociais e culturais. Através dessa análise foi possível compreender também como os discursos são construídos e como eles influenciam as relações de poder e a produção de significados nos territórios estudados.

Os resultados e discussões do presente trabalho estão divididos da seguinte forma: i) discursos e ações de combate à fome do MST; ii) discursos e ações de combate à fome do MTST; iii) convergências e diferenças de discursos e ações de combate à fome dos movimentos socioterritoriais estudados; e iv) desafios dos movimentos para a efetivação de ações para a superação da fome.

4 Resultados e discussões

O abstrato torna-se concreto

Apesar de as categorias analíticas da pesquisa estarem divididas em dimensão discursiva, dimensão estratégica e desafios, ao longo da execução do projeto, pude notar a íntima relação estabelecida entre os discursos e ações dos movimentos socioterritoriais, que não estão dissociados uns dos outros, mas ao contrário, se entrelaçam de maneira dinâmica e dialética.

Segundo Marx (2007), a dialética não se limita apenas à ciência das formas universais de desenvolvimento, mas também se aplica à relação entre teoria (ideias, discursos) e prática (ações concretas), que se influenciam e se moldam de forma contínua e recíproca. A teoria informa e fundamenta as práticas, oferecendo uma visão de mundo crítica e estratégias de ação. Por sua vez, as práticas concretas testam e validam as teorias, ajustando-as à realidade concreta das lutas sociais e políticas. Assim, os movimentos sociais não apenas denunciam injustiças e desigualdades, mas também procuram transformar a realidade social através de ações estratégicas baseadas em análises críticas ao sistema socioeconômico vigente.

Portanto, os discursos e ações dos movimentos sociais estão profundamente interligados pela dinâmica dialética entre teoria e prática, demonstrando como a lógica da dialética marxista se manifesta na arena social e política contemporânea. Os debates e estratégias de superação da fome caminham lado a lado e, portanto, assim serão tratados na dissertação aqui apresentada.

Adicionalmente, a lógica de exposição escolhida possibilita que o leitor se aprofunde e sensibilize com as histórias compartilhadas e vivências experienciadas em cada um dos movimentos estudados.

4.1 MST: PÁTRIA LIVRE, VENCEREMOS!

A Liberdade da Terra não é assunto de lavradores.

*A Liberdade da Terra é assunto de todos quantos
se alimentam dos frutos da Terra.*

Do que vive, sobrevive, de salário.

Do que não tem casa. Do que só tem o viaduto.

*Dos que disputam com os ratos
os restos das grandes cidades.*

Do que é impedido de ir à escola.

Das meninas e meninos de rua.

Das prostitutas. Dos ameaçados pelo Cólera.

*Dos que amargam o desemprego.
Dos que recusam a morte do sonho.*

A Liberdade da Terra e a paz no campo têm nome:

Reforma Agrária.

Hoje viemos cantar no coração da cidade.

Para que ela ouça nossas canções e cante.

E reacenda nesta noite a estrela de cada um.

E ensine aos organizadores da morte

e ensine aos assalariados da morte

que um povo não se mata

como não se mata o mar

sonho não se mata

como não se mata o mar

a alegria não se mata

como não se mata o mar

a esperança não se mata

como não se mata o mar

e sua dança.

- Pedro Tierra

Para apresentar e, posteriormente, discutir os resultados desta seção, aponto a necessidade de compreender o histórico de luta dos movimentos sociais do campo e da cidade que me propus a estudar neste trabalho: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Para pensar os discursos e ações dos movimentos em relação ao combate à fome, é imprescindível olhar para a história e para os princípios e valores que transformam-se em luta cotidiana pelos trabalhadores participantes das organizações em questão. Ao longo da exposição, pretendi relacionar a história da luta à problemática da fome, compreendendo de que forma o tema é abordado em diferentes períodos e conjunturas políticas por ambos os movimentos.

A conjuntura política brasileira que impulsionou a formação dos movimentos socioterritoriais é caracterizada por mudanças significativas nas relações de trabalho no campo e na cidade. Centrados na lógica do capitalismo global, os processos históricos de modernização agrícola e industrialização das cidades brasileiras empurraram massas de trabalhadores do campo para áreas urbanas para terem sua mão de obra explorada e

expropriada por grandes indústrias acumuladoras de capital interessadas em potencializar a mais-valia universal. Entre 1950 e 1980, por exemplo, 30 milhões de trabalhadores foram expulsos do campo no Brasil. Junto a isso, a ditadura militar que se instaurou no país (1964-1985), fortaleceu a hegemonia do poder de latifundiários e empresas multinacionais em detrimento dos trabalhadores do país, evidenciando as desigualdades no campo e na cidade, negando os direitos dos cidadãos e gerando problemas para a reprodução social de grande parcela da população (Dezemone, 2016)

Nesse contexto, denunciando a alta concentração de terras e a existência de grandes latifúndios, os Sem Terra, antes mesmo de sua nacionalização como Movimento, já se articulavam para discutir e agir por transformações sociais profundas na sociedade brasileira e começavam a demonstrar sua força através de ações concretas: as ocupações de terras, iniciadas em 1979 no sul do país, e a criação do Boletim Informativo Sem Terra, em 1981. Além da força dos acampamentos, o Boletim se tornou um instrumento de agitação para a base acampada e um símbolo de luta do Movimento, uma vez que foi essencial para que as lutas e reivindicações dos trabalhadores rurais mobilizassem outros setores da sociedade civil. O primeiro Boletim foi impresso e divulgado em forma de carta a fim de denunciar a concentração de terra e as condições precárias dos agricultores acampados em Ronda Alta-RS no Acampamento Encruzilhada Natalina:

Nós somos mais de 500 famílias de agricultores que vivemos nessa região (Alto do Uruguai), como pequenos arrendatários, posseiros da área indígena, peões, diaristas, meeiros, agregados, parceiros, etc. Desse jeito já não conseguíamos mais viver, pois traz muita insegurança e muitas vezes não se tem o que comer. Na cidade não queremos ir, porque não sabemos trabalhar lá. Nós criamos no trabalho da lavoura e é isso o que sabemos fazer. (Boletim Sem Terra, 1981, p.1)

Na carta, o Movimento já reivindicava a terra com a justificativa de produzir comida para alimentar as famílias dos próprios trabalhadores rurais e dos trabalhadores da cidade: "Como agricultores, achamos que temos direito a um pedacinho de terra para plantar alimentos para nossas famílias e para os da cidade. Não queremos a terra dada, queremos pagá-la com o nosso trabalho". Fica evidente que as lutas do Movimento se estendiam para além da luta pela terra. Apesar de ter a reforma agrária como seu principal mote de luta, o

MST sempre pautou a luta pela transformação do sistema hegemônico vigente e pela dignidade dos trabalhadores:

Ficará escrito na História o enfrentamento do direito ao trabalho, à justiça, contra a exploração e a opressão. De um lado a solidariedade de milhões de trabalhadores; do outro, o oportunismo e acusações das autoridades e políticos do Governo. Registrará que foi a luta pela terra para trabalhar, contra o êxodo rural e a colonização desumana e cruel...Ficará marcado como a luta da união, e da organização contra a repressão e a violência. O registro da História será a vitória de todos os que lutam pela justiça, direito ao trabalho, à terra para viver, por uma vida digna... (Boletim Sem Terra, 1983, p.2)

A denúncia da fome nas ferramentas de comunicação no início do Movimento possuíam um caráter de denúncia das situações insalubres vivenciadas nos acampamentos e pelos trabalhadores brasileiros precarizados. Com a chamada *No Oeste, fome e desemprego*, em um dos seus Boletins (Nº 35/1984), por exemplo, os Sem Terra criticavam o latifúndio e relatavam a problemática fome entre os bóias-frias, ocupação de grande parte dos trabalhadores Sem Terra. A intensa mecanização nas grandes produções de soja no oeste paranaense substituiu milhares de trabalhadores bóias-frias, que ficavam sem trabalho no campo e passavam a viver na escassez em busca de emprego nas cidades.

As entrevistas com os assentados do MST também evidenciam as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores do campo na época. Todos os entrevistados vêm de famílias de agricultores. Seus pais eram geralmente bóias-frias, posseiros e meeiros de outros estados, como Minas Gerais e Paraná, que trabalhavam nas terras de grandes proprietários. Eles contam que o trabalho era árduo e suficiente apenas para manter a família com teto e comida — e, às vezes, nem isso:

“Antigamente a gente só trabalhava pra comer. Nem dava pra comer, porque a gente não comprava roupa, não comprava sapato, não passeava, não tinha nada, né? Não tinha nada, só trabalhava pra comer mesmo. E mesmo assim ainda não dava, porque a gente ficava devendo pros fazendeiros, eles pegavam e levavam tudo. A produção da gente, a gente ficava sem nada.” (Entrevistado B)

A memória da escassez se manifestou em todas as falas dos assentados, principalmente a falta de alimento e as condições de trabalho precárias vivenciadas em suas

trajetórias de vida. A realidade de não ter um pedaço de terra e da dependência estabelecida nas relações de trabalho no meio rural, a partir de uma lógica colonial, dificultavam o acesso à alimentação até mesmo dos que estavam no campo:

“Morando em terra dos outros, a gente plantava um pé de banana, depois logo tinha que mudar, nem esperava banana produzir.”
(Entrevistado B)

“Então, muitas vezes, o pé de laranja começava a produzir e já tinha que sair fora. A produção da gente, a gente ficava sem nada.”
(Entrevistado A)

As entrevistas demonstram que a relação dos assentados com a comida nem sempre foi harmônica. A necessidade de territorializar-se para trabalhar e reproduzir a vida com dignidade vem de histórias repletas de privações. Observamos, a partir dos discursos analisados, que o sonho do pedaço de terra está atrelado também à ausência dos direitos básicos fundamentais, que não deixam outra opção aos trabalhadores, a não ser tomar seus direitos com as próprias mãos. Para um dos entrevistados do Assentamento Ipanema, ter um pedaço de terra significaria resolver o problema da fome, “porque a terra dá tudo o que é preciso. Ela dá moradia, dá alimento, dá trabalho.”

Para além do aspecto individual, a problemática da fome surgia a partir dos significados do alimento como fonte básica de produção e reprodução da vida e a necessidade da conquista da terra pelos trabalhadores rurais para a produção de alimentos à toda a nação brasileira, no campo e na cidade. O Jornal Sem Terra Nº 119/1992, em um contexto de ocupação, destaca: “Os lavradores reivindicam terra para plantar e matar a fome de seus filhos e da população das cidades...” (Figura 5).

Figura 5: Imagem de reportagem sobre reivindicação de terra para plantar no Jornal Sem Terra Nº 119/1992

10 • sem terra • setembro/92

São Paulo

Para matar a fome

Pradópolis (ST)- Na última semana de agosto, 750 famílias de sem terra ocuparam o horto florestal, neste município a 100 quilômetros de Ribeirão Preto. As famílias são compostas de ex-bóias frias, meeiros e arrendatários, provenientes de diversas regiões do estado. Expulsos do campo pelos latifundiários e a agro-indústria, eles viviam como sub-empregados nas favelas.

Os 10 mil hectares ocupados pertencem à Fepasa. Os lavradores reivindicam terra para plantar e matar a fome de seus filhos e da população das cidades; exigem o imediato assentamento das 750 famílias e a recuperação dos 66 mil hectares devolutos, griladas por fazendeiros, para o assentamento das mais de 3 mil famílias de sem terra acampadas no estado. (Lino)



Os acampados na fazenda Ipanema, em recente caminhada.

uma caminhada até a cidade. Durante o percurso, foram se unindo lavradores das comunidades da região, chegando em Sorocaba com mais de mil pessoas.

Os acampados participaram de uma vigília pela terra, no centro diocesano. Eles receberam o apoio do arcebispo, da CUT, OAB, partidos de esquerda, pastorais e das prefeituras de S. Bernardo do Campo e Sorocaba. (Edson)

MATO GROSSO DO SUL

Campo Grande (ST)- Hoje, são 1.500 famílias de sem terra e brasiguaios acampados no estado. Este ano, já foram despejados sete acampamentos. O governador Pedrossian montou uma comissão agrária com latifundiários; barrou o regresso de brasiguaios; usa a polícia para desestimular a organização dos trabalhadores rurais; faz vista grossa à ação das milícias privadas dos fazendeiros.

Imperatriz (ST) - Cerca de 2 mil trabalhadores realizaram uma passeata pelas ruas desta cidade, para exigir o impedimento do presidente da república. Uma vigília na praça de Fátima coletou 3.500 assinaturas, para um abaixo assinado contra Collor. A manifestação foi organizada pelos movimentos populares, sindicatos, CUT, MST, estudantes e Frente de oposição. (Lenilde)

MARANHÃO

fora Collor

repressão

Vitória do Mearim (ST) - Mais de 400 assentados nas fazendas Diamante, neste município; Vila Esperança, em Monzão; e posseiros dos povoados vizinhos manifestaram diante da prefeitura local. O prefeito, Ribamar Matos, recebeu-os com 40 policiais que atiraram bombas de gás e reprimiram com cacetes às famílias de lavradores. Foram detidos 16 trabalhadores e outros 20 ficaram feridos.

A população se solidarizou com os assentados o que resultou numa quebradeira na prefeitura. Como a situação ficou tensa, o prefeito teve que receber uma comissão de assentados, políticos, entidades e estudantes.

Fonte: Jornal Sem Terra Nº 119/1992 (MST, 2024)

Todos 16 JSTs lidos e analisados pautam a luta por dignidade aos trabalhadores rurais, incluindo a questão alimentar. Isso porque, as discussões e ações pela reforma agrária não estão dissociadas daquelas relacionadas ao combate à fome. A luta pela distribuição justa de terras é também a luta pelo direito de produzir alimentos e de se alimentar, e vice-versa. O MST já apontava em um dos primeiros JST, de 1992, que a reforma agrária não se trata somente do acesso à terra, mas abrange um conjunto de princípios e ações transformadoras, como: i) distribuição de terras através da desapropriação de latifúndios e áreas que não cumprem sua função social; ii) criação de uma nova política agrícola para beneficiar os trabalhadores do campo, com preços justos ao produto do agricultor e dos insumos, máquinas e ferramentas, eliminação de intermediários através de cooperativas de produção e consumo, produção destinada ao consumo interno: “alimentos para matar a fome dos brasileiros”; e iii) melhores condições de vida no campo, garantindo dignidade aos trabalhadores rurais através do acesso à estradas e transportes adequados, programas de saúde comunitária e melhoria do

atendimento médico, além de melhores condições de habitação, alimentação e ensino (Jornal Sem Terra Nº 119/1992).

Desta maneira, desde seu estabelecimento, o Movimento levanta a bandeira da Reforma Agrária como solução para o combate à fome da população. Entretanto, os discursos e ações foram tomando novas formas e sentidos de acordo com a conjuntura política do país e com o amadurecimento do MST.

Inicialmente, o Movimento organizava o trabalho e produção em uma visão cooperativista. A organização cooperativista, via o Sistema Cooperativista dos Assentados, seguia uma lógica produtivista de produção, em que as tecnologias da Revolução Verde eram reproduzidas pelos agricultores. Neste período, entendia-se que era necessário socializar entre os trabalhadores rurais os meios de produção que eram dominantes até então. Nesse sentido, apesar de a questão do acesso ao alimento surgir como ponto central nos debates e ações do Movimento, ela não era pensada em sua profundidade (Borsatto; Carmo, 2013) .

No entanto, o surgimento da pauta ambiental e da agroecologia no MST não demorou a surgir. Logo no início dos anos 2000, com o esgotamento do modelo cooperativista e as dificuldades de organização que passaram a manifestar-se nos assentamentos rurais, a agroecologia irrompe como possibilidade de novas formas de produção e reprodução dos camponeses assentados. Historicamente, o debate da agroecologia eclode no IV Congresso Nacional, em 2000, se consolida no V Congresso Nacional, em 2007, e manifesta caráter de programa agrário no VI Congresso, em 2014 (MST, 2018).

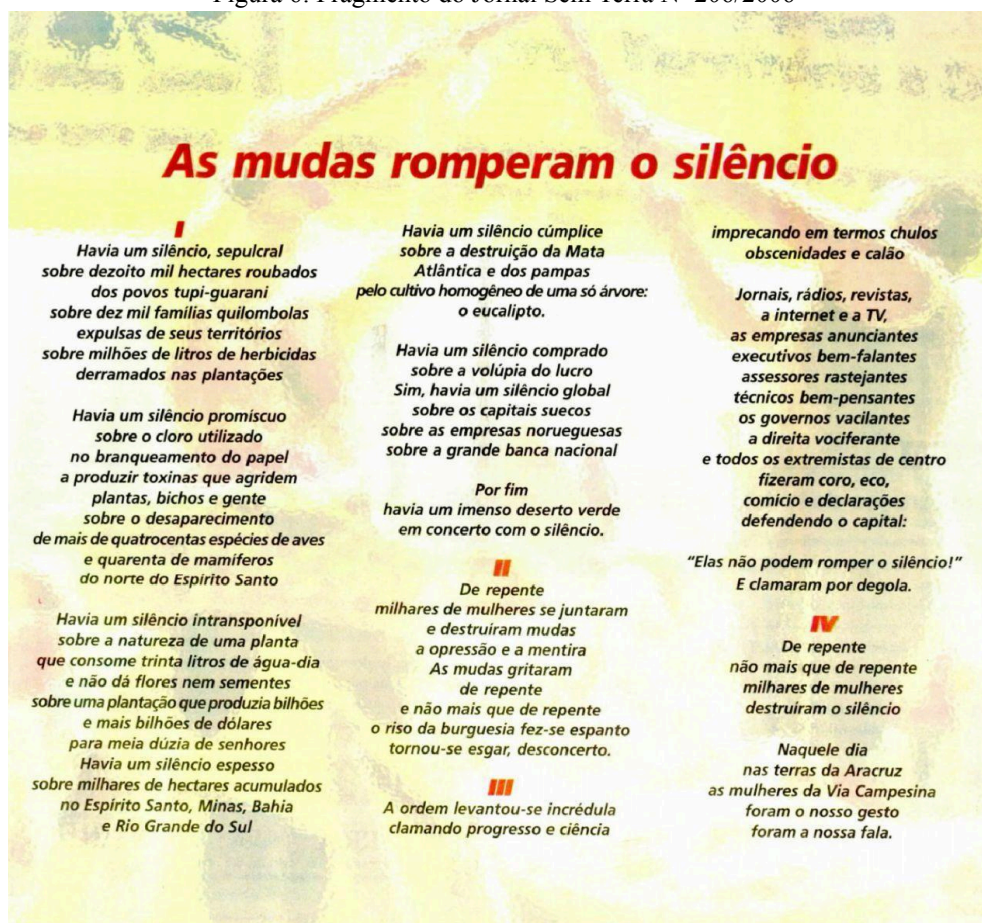
No Jornal Sem Terra Nº 206/2006 já é possível observar o aparecimento das questões ambientais nos debates realizados: "A luta por Reforma Agrária deve caminhar junto com a luta em defesa da natureza, da água, da biodiversidade, da produção de alimentos baratos e livres de agrotóxicos e transgênicos para a população." No mesmo documento, o Movimento realiza um Manifesto em Defesa da Natureza e da Diversidade Biológica e Cultural, destacando a importância de fazer frente às políticas neoliberais de espoliação da natureza e dos seres que nela vivem, por meio de 7 práticas: i) Conservar a diversidade biológica e cultural dos ecossistemas; ii) Propor políticas articuladas que visem garantir a integridade e a beleza dos ecossistemas e dos povos que cuidam e dependem dela; iii) Se opor à introdução de espécies exóticas, inadequadas ao ecossistema nativo; iv) Se opor à introdução de organismos transgênicos no ambiente; v) Combater as sementes Terminator porque elas atentam contra o sentido da vida; vi) Se opor à tentativa de dominação do governo dos Estados Unidos e de suas empresas transnacionais; e vii) Manifestar apoio e a necessidade de reconhecer os povos e comunidades que durante séculos desenvolveram a biodiversidade

agrícola. Neste último, se destaca o reconhecimento dos povos tradicionais na nação brasileira:

Reconhecemos as comunidades que através da adaptação e criação de sementes constituem as bases de toda a agricultura e alimentação da humanidade. Para manter essas bases de sustentação e essa enorme riqueza da biodiversidade agrícola e alimentar, é preciso afirmar e reconhecer os direitos dos indígenas, camponeses, pastores, quilombolas, pescadores, à terra, ao território e aos recursos naturais. Por fim, externamos nossos desejos de que estes propósitos redundem em benefícios para nosso povo, garantam a soberania alimentar, o direito que cada povo têm de produzir seu próprio alimento. Defendemos que aqueles que trabalham em campo, nossos agricultores e camponeses. Esse modo de produção contribui decisivamente para dar sustentabilidade ao nosso Planeta, com desenvolvimento integral, imprescindível para garantir o futuro da humanidade. (Jornal Sem Terra N° 206/2006, p.10)

Complementarmente o fragmento abaixo, também retirado no Jornal Sem Terra N°206 de 2006, reforça as pautas ambientais que passavam a fazer parte das discussões prioritárias do MST. Na poesia, é possível perceber a denúncia à exploração e mercantilização dos recursos naturais promovidas pelo sistema capitalista.

Figura 6: Fragmento do Jornal Sem Terra Nº 206/2006



Fonte: Jornal Sem Terra Nº 206/2006 (MST, 2024)

Todos os jornais Sem Terra analisados a partir de 2006 revelam a nova bandeira de luta levantada pelo Movimento, demonstrando que os discursos e ações do MST passavam a acontecer a partir de uma nova visão de mundo. Para Borges (2010, p. 101), a inclusão das questões ambientais teve profundos significados para o Movimento :

Foram quebradas as barreiras entre luta pela reforma agrária e luta ambiental, as quais passaram a ser entendidas de forma complementar a um projeto de transformação social. Isso seria o início da formação de uma nova identidade do Movimento, fundada no paradigma agroecológico, que ligaria o homem à natureza, num processo de construção/desconstrução/reconstrução dos conhecimentos e das técnicas.

Essa identidade, que surge com as questões ambientais, são determinantes para a construção de um novo caráter para as lutas do Movimento. A preocupação com assuntos

relacionados à sustentabilidade também apresenta um novo marco aos debates acerca do alimento. Este, que antes era tratado como necessidade básica e condição de dignidade dos trabalhadores, independente da forma como eram produzidos, assumia caráter quantitativo. Com as novas pautas, ele passa a tomar novas formas, sendo complexificado com os significados do “nutrir-se” e passando a expressar atributos qualitativos e criticidade. Para além de energia vital, se reconhece que a comida está intimamente atrelada a questões de saúde e simbologias políticas e culturais.

A apropriação da Agroecologia e Soberania Alimentar pelo MST trouxe novas dimensões para os modos de pensar e agir pelo combate à fome. A agroecologia, como ciência, prática e movimento, surge para disputar ideologicamente e territorialmente os sistemas produtivos alimentares (Silva; Calaça, 2015). Em contraponto ao agronegócio e à hegemonia do regime alimentar global, a agroecologia oferece novas formas de pensar a produção alimentar e todas as questões inter-relacionadas à agricultura, portanto, ela se insere na sociedade como uma alternativa sustentável à cadeia produtiva hegemônica, dando visibilidade para questões sociais, éticas, políticas, culturais, econômicas e ambientais (Holt-Giménez; Altieri, 2013). O conceito de soberania alimentar também se atrela aos debates da agroecologia como uma necessidade para transformar a sociedade. A soberania alimentar diz respeito ao direito que todos os povos têm de produzir e definir suas próprias políticas agrícolas e alimentares de forma sustentável, assegurando o acesso universal à alimentação através da valorização da produção local. Essa abordagem respeita e promove a diversidade cultural e os métodos tradicionais de produção, comercialização e gestão agrícola (Altieri, 2012; Hoyos; D’agostini, 2017).

Mais que um conceito, a Soberania Alimentar é um princípio que orienta a luta camponesa. É uma proposta alternativa que orienta novas relações de produção e consumo, sendo uma das bases dos povos em sua luta contra o agronegócio e as políticas neoliberais promovidas por intuições financeiras e transnacionais...A soberania alimentar é o eixo articulador entre campo e cidade, é o elemento material e simbólico que impulsiona e legitima a luta por reforma agrária e a construção de uma nova territorialidade que tenha nos camponeses e povos originários e tradicionais a base material e espiritual para a construção de uma nova sociedade. (MPA, 2016)

Nesse sentido, a agroecologia pautada pelo movimento socioterritorial surge como estratégia política e produtiva para potencializar as lutas pelos combate à fome, pela

soberania alimentar e pela reforma agrária popular. Adicionando o termo “popular” ao conceito de reforma agrária, o MST passa a complexificar os discursos e ações acerca de seu conflito central. Ao pautar um novo tipo de reforma agrária que, para além do acesso à terra, abre espaço para transformações estruturais no campo e na cidade, o Movimento também leva a questão alimentar a um outro nível de discussão. Esse novo conceito abrange, por exemplo, o direito e a garantia de alimentos saudáveis para toda a população. Após anos de discussões e amadurecimento, o 6º Congresso Nacional do MST, ocorrido em 2014, oficializou seu Novo Programa Agrário:

Nas lutas e mobilizações, o MST sempre defendeu que a Reforma Agrária não poderia ser apenas a distribuição de terras, mas também a implantação de infra-estrutura social no campo, como escolas, aparelhos de lazer, posto de saúde, ruas etc. É preciso pensar em uma Reforma Agrária Popular para dar conta das transformações no campo, enfrentar a pobreza e o êxodo rural que o agronegócio tem imposto, para assim garantir a Soberania Alimentar. O componente Popular dessa proposta aponta que as medidas são voltadas, em primeiro lugar, para atender os interesses do povo - e não do mercado ou do capital. Por enfrentar os interesses das classes dominantes, a Reforma Agrária que propomos só poderá ser construída pelos seus maiores beneficiários: os trabalhadores do campo e da cidade. Assim, é uma reforma estrutural para o povo e conquistada pelo povo. (Jornal Sem Terra Nº 323/2014, p. 6).

É importante reiterar que, apesar de sua importância e relevância para a construção do MST enquanto movimento político de luta pela terra, a Reforma Agrária clássica é forjada em um conceito de distribuição de terras inserida na ideia de transformação dos camponeses em consumidores das mercadorias industrializadas na cidade. Complexificando o conceito, a reforma agrária popular refere-se a transformações estruturais profundas do sistema socioeconômico hegemônico. Isto, conseqüentemente, implica, para além da necessidade da terra, a disputa pelo modelo agrícola.

A luta pela Reforma Agrária passa a ser mais do que a luta pela terra, mas também a luta em defesa da natureza, pelo controle do território e contra o grande capital, com a agroecologia como ciência, práxis e movimento orientador da produção agrícola em uma lógica de

abastecimento do mercado interno para alimentar a população de forma justa, ecológica e saudável. (Stédile, 2013, s.p.)

A reforma agrária popular, portanto, surge como debate e reivindicação fundamental para resgatar os direitos e dignidade dos povos do campo e da cidade. Em um contexto mais amplo, a reforma agrária popular é fundamental para fortalecer a soberania alimentar e enfrentar os desafios globais relacionados à segurança alimentar e à justiça social.

Figura 7: Cartazes criados e divulgados pelo MST



Fonte: MST (2021, 2022)

Os cartazes apresentados na Figura 7, disponíveis no site do MST e frequentemente distribuídos em eventos promovidos pelo Movimento, evidenciam que as pautas da terra, moradia e alimentação estão entre suas principais reivindicações, com enfoque no respeito ao meio ambiente e às pessoas.

Em resumo, os discursos do MST em relação ao combate à fome atualmente revelam um caráter complexo e profundamente embasado. Focam não apenas em transformações estruturais no sistema hegemônico e nos modos de vida, mas também em disputas ideológicas significativas. Ao criar novos horizontes para o pensamento e ação em prol da dignidade tanto dos trabalhadores rurais quanto urbanos, como evidenciado no Novo Programa Agrário, o MST demonstra um compromisso contínuo com a superação da fome. Os discursos

coletados e apresentados aqui mostram que essa preocupação sempre esteve presente no Movimento, evoluindo ao longo dos anos e de seu desenvolvimento. Atualmente, eles refletem um posicionamento político claro e engajado na busca por justiça social e alimentar.

Além dos discursos, na prática também é possível ver a luta pelo combate à fome com base em transformações estruturais e através de princípios de solidariedade, compreendendo também a urgência do estabelecimento de relações de cuidado com o meio ambiente e com a sociedade e, conseqüentemente, da transição agroecológica para superar os sistemas alimentares hegemônicos

Na atualidade, em um contexto de pós-pandemia e de constantes crises no sistema econômico vigente, a conjuntura política do Brasil revela a fragilidade das políticas de Estado em garantir as necessidades básicas de sobrevivência da classe trabalhadora brasileira. A crise sanitária da Covid-19, por exemplo, escancarou os problemas da desigualdade social perpetuada pelo sistema capitalista. O Brasil retornou ao mapa da fome e atingiu o marco 33 milhões de famintos, 15,5% da população passava fome e mais de metade vivia em risco de fome em 2022 (Rede Penssan, 2022).

Ao mesmo tempo que evidenciou a fome e a insustentabilidade do sistema sociopolítico hegemônico, a crise sanitária da Covid-19 mostrou que a organização de movimentos sociais, como o MST, são fundamentais para atingir transformações sociais profundas na sociedade brasileira, inclusive apresentando-se como horizonte viável para a superação da fome. Nessa conjuntura, os movimentos sociais evidenciam o potencial da organização da classe trabalhadora na transformação da sociedade.

A análise das notícias publicadas entre 2020 e 2024 revelam que o MST, para além dos discursos, realizou uma série de ações em prol das milhões de vidas famintas. Manchetes como, *MST chega a 130 mil Marmitas da Terra partilhadas no Paraná desde o início da pandemia; Cozinha Solidária põe a comida na mesa de centenas de pessoas; Ação do MST criada na pandemia, Mãos Solidárias recebe prêmio Pacto Contra a Fome da ONU; MST: 'A fome não espera, a luta é ampliar as cozinhas solidárias'; MST: 40 anos de conquistas e de ideias que alimentam a esperança de um mundo sem Fome; MST doa mais de 60 toneladas de alimentos no Paraná, em Jornada contra a Fome; MST faz 40 anos e reafirma compromisso com a luta pela reforma agrária no combate à fome;* além de inúmeras outras, se fizeram presentes em diversos jornais, destacando a atuação do movimento socioterritorial no combate à fome.

Desde 2020, com a chamada *Solidariedade Sem Terra: Milhares de toneladas de Comida Pela Vida*, o MST já soma uma série de ações de solidariedade no campo e na cidade

em parcerias com outros movimentos. Todas as iniciativas são centradas na luta pelo combate à fome, levando alimentação digna e de qualidade sobre a mesa dos trabalhadores brasileiros.

Figura 8: Solidariedade Sem Terra



Fonte: FURTADO (2021)

As Marmitas Solidárias são uma das iniciativas de solidariedade promovida pelo MST e que acontece em colaboração com várias organizações como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Levante Popular da Juventude, Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (Sepe), Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), União da Juventude Socialista (UJS), Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Rio de Janeiro e a Frente Brasil Popular (FBP). A ação busca fornecer refeições nutritivas para aqueles que enfrentam dificuldades alimentares, especialmente na conjuntura atual de constantes crises econômicas e sociais. As marmitas são preparadas com alimentos saudáveis e produzidos de forma agroecológica, promovendo práticas sustentáveis e respeitando o meio ambiente. Em um contexto de constante precarização dos trabalhadores urbanos, o projeto Marmitas Solidárias é também uma ação de denúncia contra a crescente situação de fome nos espaços de periferia.

De maneira similar, o projeto Mãos Solidárias do MST é uma iniciativa significativa na luta contra a fome e pela segurança alimentar. A ação iniciada em 2020 ocorre através da mobilização das comunidades em prol da soberania alimentar, agroecologia, educação, saúde

e cultura nos bairros periféricos de Recife (PE). Ao longo dos quatro anos de atuação, o Mãos Solidárias soma 1,6 milhão de marmitas distribuídas e mais de 1.500 agentes populares formados. Em 2023, a iniciativa foi reconhecida com o prêmio Pacto Contra a Fome da ONU, que destaca sua importância e impacto na promoção da solidariedade e na luta contra a fome.

As ações chegaram a beneficiar famílias vulneráveis nas cidades Recife, Olinda, Caruaru, Garanhuns, Vitória de Santo Antão, Petrolina, entre outras. Onde apenas na região Metropolitana do Recife, o Mãos Solidárias entregou cerca de 1,6 milhão de marmitas nos últimos três anos. (MST, 2023).

Figura 9: Ação Mãos Solidárias no Armazém do Campo Recife-PE



Fonte: MST (2023).

Atualmente, o Mãos Solidárias encontra-se presente em diversos estados brasileiros, entre eles São Paulo, Paraíba, Alagoas, Maranhão, Minas Gerais, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Sergipe, Pará e Ceará. A ação estabelece importantes diálogos e trocas entre o campo e a cidade, promovendo qualidade de vida e autonomia por meio do trabalho de base.

Em paralelo, as Cozinhas Populares Solidárias do MST articulam-se como projeto de solidariedade com o mesmo fim dos projetos já mencionados: levar dignidade aos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras através do alimento e de ações de cuidado.

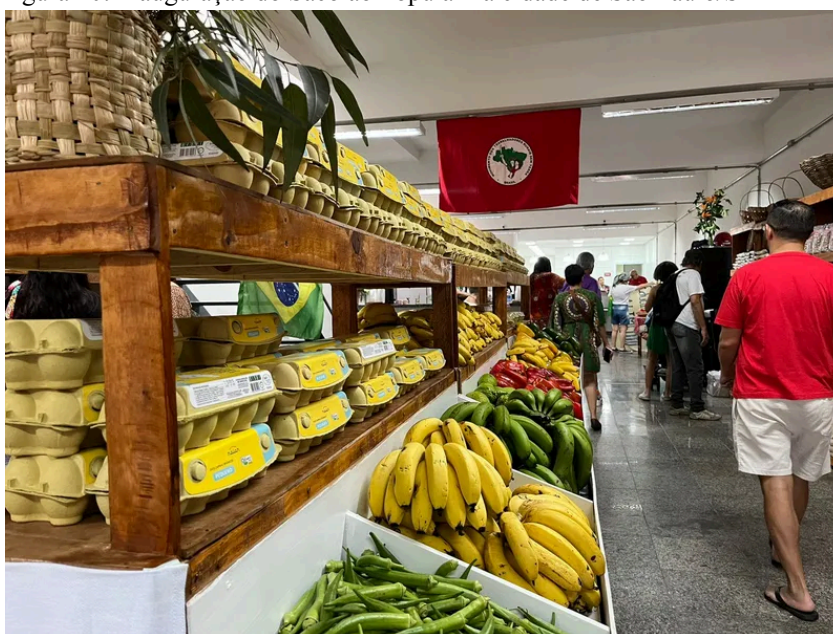
As Cozinhas Populares Solidárias do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, desde o início da pandemia do Covid-19, têm um papel fundamental na redução de danos causados pela crise sanitária e pelas constantes crises econômicas e sociais do sistema hegemônico

vigente. A distribuição de alimentos cultivados pela agricultura familiar oriunda de assentamentos é uma ação concreta e simbólica de luta pela superação da fome - alimentos muitas vezes produzidos de forma agroecológica em contraposição ao agronegócio. Nesse sentido, as cozinhas se mostram como espaços que demonstram a importância do poder popular organizado.

O Sacolão Popular também é uma iniciativa estratégica do MST para combater a fome e a desnutrição em áreas periféricas da cidade de São Paulo e no interior. Ele foi concebido com o propósito de estabelecer pontos de distribuição de alimentos que conectam diretamente a produção dos assentamentos, pequenos agricultores, quilombolas e indígenas com as necessidades alimentares das comunidades. Esses espaços não apenas oferecem alimentos frescos e de qualidade a preços acessíveis, mas também promovem a economia local ao fortalecer a comercialização dos produtos agrícolas produzidos de maneira sustentável e agroecológica. Além disso, o Sacolão Popular serve como um ponto de encontro comunitário, facilitando o acesso de famílias em situação de vulnerabilidade a alimentos nutritivos e essenciais para uma dieta saudável.

A inauguração do Sacolão Popular na cidade de São Paulo tem como objetivo não só fornecer alimentos, mas também impulsionar outras iniciativas solidárias, como as Marmitas Solidárias e os banquetes, que distribuem refeições gratuitas para pessoas em situação de rua. Além disso, são realizadas feiras livres periódicas, que permitem o acesso direto dos consumidores aos produtos frescos e locais, promovendo práticas de consumo consciente e sustentável.

Figura 10: Inauguração do Sacolão Popular na cidade de São Paulo/SP



Fonte: MST (2024)

Outras iniciativas pontuais, como a Jornada de Solidariedade contra a Pobreza e a Fome, o Abril Vermelho e a Jornada Nacional de Luta das Mulheres Sem Terra, ocorridas entre 2023 e 2024, foram promovidas pelo MST tendo o combate à fome como pauta central. Essas ações destacaram a reforma agrária popular como uma resposta crucial para enfrentar a violência no campo e a fome, defendendo o direito dos brasileiros a uma alimentação digna.

Figura 11: Divulgação de atos realizados pelo MST



Fonte: MST (2023, 2024).

Além disso, a realização de formações políticas, congressos nacionais, a implementação do Novo Programa Agrário e do Plano Nacional "Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis", junto à promoção da agroecologia como um novo paradigma para disputas territoriais e ideológicas, são exemplos de ações que contribuem para transformações sociais profundas em nossa sociedade. Essas iniciativas não apenas abordam questões alimentares, mas também promovem um novo imaginário social que coloca as dimensões sociais, ambientais e culturais como prioridades fundamentais, traçando novos caminhos para pensar as relações humanas.

As ações de solidariedade também fortalecem as comunidades, promovem a conscientização sobre práticas agrícolas sustentáveis e defendem os direitos dos trabalhadores rurais e urbanos. O trabalho conjunto do MST com outras organizações reflete um compromisso coletivo com a justiça social, a segurança alimentar e a luta contra a fome no Brasil.

Além dos dados encontrados na pesquisa documental e nas participações em encontros promovidos pelo Movimento, que foram registradas em diário de campo, através das entrevistas e observação participante em dois assentamentos do MST foi possível notar que todos os agricultores entrevistados possuem em seus lotes produções de base

agroecológica, orgânica e biodinâmica. Aqui, abro um parêntese para mencionar que esses lotes são exemplos de luta e da efetivação da agroecologia pelo MST, mas que não é uma realidade na maioria dos lotes e assentamentos conquistados pelo Movimento.

De qualquer forma, a visita aos lotes demonstra como o discurso anti-hegemônico se dá na prática. Além de denunciarem as práticas violentas do agronegócio, como o uso de veneno e adubos químicos, uso intensivo de maquinários, falta de cuidado com o solo, com a biodiversidade e com as pessoas, os agricultores visitados materializam seus ideais nos lotes e quintais produtivos. Para além do aspecto quantitativo, em que a produção de alimentos realizada pelos assentados é destinada para a população do território, é importante indicar seu caráter qualitativo. Os agricultores entrevistados demonstram preocupação em alimentar as pessoas com alimentos de qualidade, sem venenos e com os minerais necessários para nutrir verdadeiramente a população.

Além da prática da agroecologia observada nos lotes visitados, outro fator importante relacionado à superação da fome já mencionado e que foi notado nas práticas do Movimento, refere-se à formação política de base. A partir dos relatos concedidos nas entrevistas, é possível perceber a consciência dos agricultores assentados do Movimento em relação ao alimento e sua falta. Todos com quem conversamos demonstraram compreender bem a realidade da questão alimentar. Além de a terem visto de perto, o MST apresenta-se como importante formador político daqueles que participam da luta, uma vez que sempre questionou a estrutura agrária que beneficia poucos - os grandes latifundiários de terra, herdeiros do poder colonial - e oprime muitos - trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade de nosso país.

“É porque o alimento virou mercadoria, né? Então quem tem dinheiro come, quem não tem...E a comida é um direito básico de todo mundo, independente da pessoa trabalhar ou não, mas tem que comer, né? Então, a comida, pra mim, ela tá em primeiro lugar. Acho que a gente deveria, a luta da gente deveria ser sempre por comida.”
(Entrevistada C)

Porque o que vai acabar com a fome é acabar com o sistema [hegemônico], a gente sabe muito bem. E é isso, eu vejo que a fome é um problema que vai ser resolvido quando a gente der alimento para essas pessoas. Não vai, porque é mais que a vontade de comer, a necessidade biológica mesmo, né? A fome é estrutural, ela tem características para além do físico, né?... não basta você alimentar,

você tem que alimentar bem, de maneira saudável. E eu acho que dentro também das áreas do MST, dos assentamentos, é muito difícil você chegar numa família que nunca esteve em situação de fome. Então, pode ser que aquela família que está ali agora não está. Mas os antepassados passaram fome até chegar ali...E aí você vê no seu espaço de terra, no seu pedacinho de terra, a possibilidade de plantar qualquer coisa que você vai conseguir se alimentar, mesmo que seja daqui dois meses...E eu acho que é isso, por ser uma questão estrutural, a fome não basta dar o prato de comida, é importante você dar o pedaço de terra, a gente conquistar e tomar de volta o pedaço de terra para produzir aquele alimento, estabelecer relações de trocas, garantir que não vai ser só o plantio e só a colheita, mas estudar e saber de onde vem aquela semente, quais são os nutrientes que aquela planta pode trazer. Eu acho que é um processo muito longo, muito revolucionário, tem muita coisa que envolve o combate à fome, não é só o prato de comida, é o plantio, é tudo. (Entrevistada D)

Além da questão da fome, entendida não apenas como privação de alimentos, mas também pelos aspectos nutricionais e de saúde, emergiu nas entrevistas com os camponeses a preocupação constante com os efeitos dos agrotóxicos sobre a saúde dos ecossistemas e das pessoas. Os agricultores enfatizaram a importância de alimentos livres de venenos, demonstrando preocupações e críticas ao sistema agroalimentar hegemônico que, através do agronegócio, destrói o meio ambiente e não produz alimentos verdadeiramente nutritivos. Uma das entrevistadas, camponesa e assentada do MST, reforça também a luta expressiva que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem para o combate à fome:

“Quando a gente descobre e vem para o movimento, a maioria das pessoas que vem para o movimento, a primeira coisa que a gente faz no acampamento é uma cozinha comunitária, porque a maioria não tem comida e já vai com um grau, um índice alto de desnutrição, com todos os tipos de doença causada pela desnutrição. Então, isso sempre foi muito presente, a luta contra a fome. E dentro das pautas do movimento, o nome é trabalhadores, mas dentro da luta vem muito forte a questão de acabar com a fome no país.”
(Entrevistada C)

As complexas relações com o alimento, evidenciadas nos discursos dos trabalhadores rurais, foram corroboradas na prática. Além das práticas agroecológicas já mencionadas, a participação em oficinas sobre bioinsumos e em um curso sobre saúde do solo e mudanças climáticas, promovido pelos assentados da região de Iperó, destacou o compromisso dos agricultores com a produção de alimentos saudáveis.

Através da participação ativa em eventos, reuniões, rodas de conversa e formações políticas do Movimento foi possível perceber a profundidade e complexidade das discussões relacionadas aos alimentos e ao problema da fome que assola os trabalhadores brasileiros na atualidade, demonstrando como os assentamentos e outros espaços políticos do MST tornam-se territórios promotores de transformações sociais e políticas importantes para a nossa sociedade.

Figura 12: Curso de saúde do solo e mudanças climáticas



Fonte: autoria própria

Figura 13: Cromatografia e nutrição do solo



Fonte: autoria própria

Figura 14: Mutirão para plantio de árvores



Fonte: autoria própria

Além da participação ativa em formações e eventos acadêmicos e políticos, o assentamento Ipanema participa de uma luta pela transformação da educação da escola localizada dentro do assentamento. A reivindicação pela educação do campo pelos assentados foi observada de perto ao longo de sete meses. Alguns assentados do Horto Bela Vista e do

Ipanema travam uma luta histórica pela educação do campo na escola estadual localizada dentro dos limites deste último assentamento. As discussões relacionadas à questão da escola do campo frequentemente abordavam sobre a importância da conscientização das crianças sobre a questão alimentar, o que demonstra o papel dos camponeses assentados na transformação estrutural da consciência social da população brasileira.

Olhar de maneira superficial para a questão da fome pode dificultar o entendimento de sua relação com a educação do campo, por exemplo, mas a educação transformadora que tenha como base a valorização do modo de vida rural é um aliado importante para criar novas formas de se relacionar com o alimento e alterar o funcionamento do sistema socioeconômico vigente, que cria e perpetua a fome. A formação das crianças e da juventude é fundamental para alcançar a superação dos sistemas alimentares hegemônicos.

Tabela 6 : Principais ações do MST identificadas no combate à fome

Ação/Projeto	Ano de início	Descrição/Objetivo
Marmitas e Cozinhas Solidárias	2020	Distribuição de refeições para a população em situação de vulnerabilidade social
Plano Nacional Plantar árvores, produzir alimentos saudáveis	2020	Plantar 100 milhões de árvores em dez anos nas escolas do campo, cooperativas, centros de formação técnica, praças, avenidas e nas cidades, fortalecer a produção de alimentos saudáveis nas áreas do MST, denunciar o modelo destrutivo do agronegócio e seus impactos ao meio ambiente
Sacolão Popular	2024	Criar um espaço onde os alimentos saudáveis produzidos nos assentamentos da Reforma Agrária da grande São Paulo possam ser ofertados para as comunidades dos bairros Mooca e Belenzinho com preços justos
Plano Emergencial de Reforma Agrária	2020	Promover a criação de empregos, a produção de alimentos para o povo e a garantia de renda e condições para que famílias vivam de maneira digna

Novo Programa Agrário	-	Priorizar a agroecologia como modelo sustentável de produção, defesa da soberania alimentar para garantir o controle local sobre os sistemas alimentares, e enfoque na educação e formação política das comunidades rurais. Busca fortalecer a articulação com outros movimentos sociais para enfrentar desafios comuns e influenciar políticas públicas em prol da justiça social e ambiental.
Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto	2013	Estimular nas escolas do campo uma nova forma de viver e conviver no campo e na cidade, respeitando o meio ambiente e incentivando a produção de alimentos saudáveis, para um novo equilíbrio socioambiental
Mãos Solidárias	2020	Distribuição de alimentos e formação de agentes populares , com base na integração entre campo e cidade
Jornada de Solidariedade contra a Pobreza e a Fome	2023	Doação de alimentos para bancos populares de alimentos e de marmitas para pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, além de conscientização sobre alimentação saudável e combate à fome
Participação em políticas públicas	ações contínuas	Participação, construção e adesão a políticas públicas de combate à fome - a exemplo do PAA e PNAE
Promoção de eventos, feiras, manifestações e cursos	ações contínuas	Promoção de eventos, feiras, manifestações e cursos culturais/políticos que tem o tema da fome como centro de debate

Fonte: autoria própria

4.2. MTST: POR TETO, TRABALHO E PÃO

Quando morar é um direito, ocupar é um dever.

- MTST

Diferentemente do MST com o Jornal Sem Terra, não encontramos nas mídias digitais grandes acervos de materiais que tenham acompanhado a história e histórico de lutas do MTST ao longo de sua trajetória. No entanto, materiais como a *Cartilha de Princípios* (2005), os livros *Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto* (2012) e *MTST: 20 anos de História: Luta, Organização e Esperança nas Periferias do Brasil* (2017) e o próprio site do MTST, apresentam informações importantes para a compreensão do percurso e valores do Movimento, bem como sua jornada na luta pelo combate à fome.

Pouco antes do surgimento do MTST, em 1996, a implementação mais direta do neoliberalismo no país criava diversas consequências à camada empobrecida da população, o aumento das desigualdades sociais, as altas taxas de desemprego nas regiões metropolitanas do país e a grande explosão das periferias das principais cidades de São Paulo, são alguns exemplos de como a crise urbana se intensificava no Brasil. Com a necessidade de responder às demandas por direitos sociais não garantidos aos trabalhadores urbanos, o MST, na marcha nacional de 1997, destina militantes para criar um movimento urbano comprometido com as causas mencionadas. Pensando nos principais problemas que atingiam os trabalhadores das cidades: privação à moradia e trabalho, surge o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). É importante reiterar que por conta desse processo de constituição, em que militantes do MST se uniram ao MTST pela identificação com a causa urbana, os movimentos possuem vínculos significativos. Guilherme, coordenador do MTST, afirma por exemplo que “O MTST, incondicionalmente, tem, dentro de si, o código genético do MST” (Benoit, 2002, p.141).

Em sua cartilha de princípios, lançada em 2005, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto relembra sua história e compartilha seus valores e princípios. O MTST é um movimento socioterritorial que organiza trabalhadores urbanos a partir dos bairros periféricos. A inserção das ocupações nesses locais torna-se estratégica à medida que o Movimento consegue ter uma atuação mais forte na base da sociedade, se articulando e criando conexões, não só com os trabalhadores organizados dentro do MTST, mas também com aqueles precarizados que não atuam ativamente na militância do Movimento.

O MTST afirma que seu principal motivo de existência surge do fato de a sociedade brasileira ser uma fábrica de fazer sem-tetos. O Brasil é um dos países com maior déficit

habitacional do mundo, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. De acordo com o censo de 2022 da Fundação João Pinheiro (FJP), o déficit habitacional brasileiro é de 6.215.313 milhões de domicílios, representando 8,3% dos domicílios particulares. Adicionalmente, em termos qualitativos, 23 milhões de domicílios apresentaram ao menos um tipo de inadequação (infraestrutura, edificação e fundiária) (Fundação João Pinheiro, 2024).

Por conta disso, o maior objetivo do Movimento é a realização de uma reforma urbana profunda e popular que lute contra o capital e o Estado, que representa os interesses capitalistas. Os discursos do MTST são pautados em torno da luta da classe trabalhadora por uma vida digna e, nessa lógica, o acesso ao alimento é essencial dentro da luta pela moradia e por transformações radicais no funcionamento das cidades e da sociedade.

O lema “Por Teto, Trabalho e Pão” que orienta o MTST demonstra a relevância que a pauta do alimento tem para o Movimento. O acesso à alimentação, juntamente com o trabalho e moradia, torna-se pauta central para as lutas do movimento urbano. A Carta das(os) Trabalhadoras(es) Sem-teto para a sociedade brasileira, produzida em 2023 em comemoração aos 25 anos do Movimento, evidencia seu compromisso com a luta por transformações sociais e pelo combate à fome:

...os desafios colocados para o futuro exigem que a luta pela moradia esteja articulada, cada vez mais, com o combate à fome e a reivindicação por mais direitos para as pessoas que vivem do próprio trabalho. Por isso, nos próximos vinte e cinco anos, lutaremos por mais teto, trabalho e pão. (MTST, 2023).

Em entrevista, uma das militantes do Movimento há oito anos, afirma que o MTST sempre pautou o combate à fome em suas lutas. Isso acontece porque sua base está inserida em um território de alta vulnerabilidade socioeconômica, em que as pessoas carecem de direitos básicos fundamentais, como a alimentação. As periferias urbanas são territórios em que a escassez de alimentos é uma realidade. Assim, não é possível lutar por moradia sem lutar por outros direitos básicos que atingem diretamente os trabalhadores periféricos, que também compõem o Movimento. A própria entrevistada é um exemplo disso. Sua trajetória de vida expõe as dificuldades e realidades de diversos trabalhadores sem teto de São Paulo. Com origem em família de classe baixa, ela afirma que sempre morou de zeladoria e a fome esteve muito presente em sua vida.

“Pra você ter uma ideia, a mãe chegou a dar água com açúcar pra gente, quentinha. Era nosso chá da tarde, era esse. E aí não tinha, às vezes não tinha jantar, era isso. E assim, eu costumo dizer assim pra

todo mundo, gente, a fome ela dói, ela dói na barriga, mas não é só na barriga, ela dói na alma da gente também. Então o que eu puder fazer na minha vida pra não ver alguém passando fome, eu vou fazer.” (Entrevistada E)

Outra militante do MTST, também relata as dificuldades vivenciadas em sua infância. Nascida em Alagoas e de origem rural, o acesso ao alimento sempre foi uma questão difícil para sua família. Seu pai, agricultor, produzia para fins de subsistência e, apesar de ter sua própria roça, a colheita dependia das condições climáticas e abastecia as necessidades familiares apenas em épocas chuvosas. Ela relata que, mesmo no campo, vivenciou na pele a realidade da fome. Ainda na infância, migrou para São Paulo com sua mãe e irmãos, onde a precariedade continuou fazendo parte de sua vida.

Fica evidente que os participantes do Movimento vêm de origens onde a privação é uma realidade, o que também é visível nas ocupações do MTST e no seu entorno. Chegar a uma ocupação do MTST na cidade de São Paulo envolve dedicar uma considerável parcela do tempo ao transporte público - trens, metrô, ônibus. As ocupações estão nas periferias da cidade, evidenciando-se como territórios negligenciados tanto pelo poder público quanto pela sociedade em geral. O entorno das ocupações revela a precariedade a que os trabalhadores urbanos estão sujeitos.

O senso comum entende que os participantes do Movimento são pessoas que moram na rua, mas as ocupações do MTST são compostas por trabalhadores que enfrentam as dificuldades impostas pelo capital. Boulos, em seu livro *Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto*, reitera que:

Os sem-teto são todos aqueles afetados pelo problema da moradia, seja pela falta dela ou por morarem nas condições mais precárias. São aqueles trabalhadores a quem o capitalismo atacou de modo brutal, com suas armas mais afiadas: desemprego, baixos salários, trabalho informal, superexploração. (Boulos, 2018, p. 50).

As ocupações do MTST são sua maior forma de ação na luta pela moradia e pela reforma urbana radical. Além de representarem a retomada do território, as ocupações possuem diversos valores objetivos e simbólicos. Ocupar é um ato de luta pelos direitos básicos previstos na Constituição, que deveria garantir moradia digna a todos os cidadãos brasileiros. Assim, as ocupações se apresentam como enfrentamento ao sistema hegemônico

que, em uma lógica capitalista de acumulação, financia o capital imobiliário, beneficia o mercado e, ainda, cria privação e oprime os trabalhadores.

Fazer Reforma Urbana com as próprias mãos: apropriar-se do espaço urbano de acordo com interesses coletivos, colhendo os frutos da organização autônoma dos trabalhadores, sem deixar, por outro lado, de enfrentar o Estado para exigir a conquista de nossos direitos. (Boulos, 2018, p.63).

A partir dos dados coletados, é possível observar que para além de um movimento de luta por moradia, o MTST se insere na sociedade brasileira como um movimento de luta por vida digna aos trabalhadores das cidades, isso significa que lutas como: acesso à transporte, saúde, educação e alimentação adequados, por exemplo, também são preocupações prioritárias para o movimento. Lutar por dignidade no meio urbano significa necessariamente lutar por uma reforma urbana que leve em conta as necessidades desses trabalhadores. Por isso o Movimento participa e promove diversas ações de transformações profundas na sociedade, considerando que “a bandeira de uma Reforma Urbana popular e classista torna-se uma luta fundamental contra os interesses do capital.” (Resolução final do I Encontro Nacional do MTST, 2011).

O MTST também tem um importante papel enquanto formador político dos trabalhadores da cidade. A conscientização promovida pelo Movimento através das ocupações, assembleias, atividades de acolhimento e de formação política fazem parte do dia-a-dia dos seus participantes. Como afirma Boulos, no livro *Por que ocupamos?*

A vivência coletiva numa ocupação organizada, as novas formas de apropriação do território e o engajamento nas decisões e mobilizações necessárias à conquista da moradia fazem das ocupações um espaço de enfrentamento à lógica da Cidade do Capital. E constroem uma referência de organização coletiva e poder popular. (Boulos, 2018, p. 59).

Os sem-teto, quando fazem uma ocupação, pretendem a construção de casas para aqueles que precisam. Mas acabam por construir outras coisas também. Mesmo quando a casa não vem e são despejados, há conquistas muito importantes, que marcam a vida daqueles que

tiveram coragem de se levantar e lutar por seus direitos. (Boulos, 2012, p. 59).

Figura 15: Boletim Nº 38 das cozinhas solidárias

Na Luta e Com Afeto

Na Cozinha Solidária **Luciano** Ferreira, Embu das Artes, São Paulo, três **mulheres** unem forças para garantir a entrega de 100 a 120 marmittas por dia.

Maria Aparecida (tia Cida) é **coordenadora** da cozinha local. Ela se diz **privilegiada** por Deus por ter conhecido o projeto quando ninguém tinha perspectiva de nada. O medo e a fome eram implacáveis até que o projeto chegou para auxiliar as pessoas na pandemia.

"Nessa época eu andava cheia de angústia, mas a cozinha acabou sendo um espaço para se abrir e superar os medos ajudando e com a ajuda dos outros. Aqui, toda refeição é feita com muito carinho para aquecer o **coração**, o espírito e o estômago".

A colega de Cida é Maria **Niiza**, cozinheira conhecida como "Tesouro". Ela lembra o momento de dificuldade da pandemia quando chegou na Cozinha em Embu. O projeto foi uma resposta contra o desamparo do governo e ela se sente gratificada de fazer parte.

"Para mim é muito **gratificante** fazer parte. Mas a gente não serve apenas comida, nós também damos uma **palavra de conforto**, a cada 15 dias fazemos reunião para que as pessoas possam se abrir. Aqui não lutamos só por **moradia** e contra a fome. Nossa luta também é pela **dignidade** das pessoas."

CAÇA-PALAVRAS

V E P C Ã N S J L U I M K M Ã U Y M U B
 K E M O X M K C U E L T C O P V E L A W
 B Y D B E V Ã R N S Ã S P N R D Ã Z P R
 F Ã L A U C Q O K N D D C A T I M R R A M
 G J R T O S M P A Y C H E F Q C J R O
 A R E A L I D A D E M A G E C B O I K E P
 Q C I B S H N O M F Z D A G E A T L C U
 A J Z C L I W G X L W E I C X R H O I N
 D E A F Q Ã F S I H B S D T N A O D D M
 A C O D O R D E N A D O R A J R R G C A A
 I U O T N A L P O U I T R P Q A Q O T R
 E M C R W G M R S B L C O E H C F A K M
 E Ã D D E J Z A E U F G M A G A E Y L X
 L P G F I V N C R S P A D P A R S H C T
 I A R A N F A U D E B C E O J X B U M R Q
 V P S O I T C M H N A Q R R L A G Ã Z I
 I A T C D E S A L E G R I A O K M V T M
 R R U N Ã S V T U D V J B C R O D N E S
 P L C P M U I Q M R E N U A F H Q A P C
 S B A E T N A C I F I T A R G T V S A G

II Encontro Nacional das Cozinhas Solidárias

Um momento de troca importante com as Cozinhas Solidárias de todo o Brasil.

O MÉS COMEÇOU COM EVENTOS IMPORTANTES PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR DO NOSSO POVO!

Entre os debates que surgiram nos dois eventos o tema da segurança alimentar estava em foco, assim como a justiça social, igualdade e qualidade de vida.

Durante outubro tivemos o II Encontro Nacional das Cozinhas Solidárias, que ocorreu entre os dias 10 e 12 no casarão de luta, e também a Conferência Livre de Segurança Alimentar e Nutricional das Cozinhas Solidárias, que aconteceu no dia 21/10, de maneira presencial e também pela internet.

Sérgio Farias, coordenador nacional do MTST e das Cozinhas Solidárias do Ceará, participou do Encontro e afirmou que a experiência é necessária para os militantes.

O II Encontro foi marcado pela reunião de coordenadores e cozinheiras das nossas Cozinhas de todos os estados. O debate central girou entre as ações que irão acontecer quando tivermos a verba do governo, assim como as dificuldades que enfrentamos no momento.

A Conferência Livre de Segurança Alimentar e Nutricional das Cozinhas Solidárias tinha como objetivo principal eleger delegados no CONSEA, para alcançar maior representatividade no órgão, aumentando o poder de decisão do MTST.

Somos um movimento que não entrega só refeições. Queremos o bem-estar de todos.

"Talvez não possamos abraçar o mundo, mas vamos fazer o que podemos fazer. Eu me sinto muito importante a cada marmitta feita".

"As Cozinhas Solidárias do MTST não são locais apenas de distribuição de comida, é um local que a gente prepara sonhos"

Fonte: MTST (2023)

A precariedade não é a única coisa enxergada nas ocupações. O território ocupado também apresenta uma série de simbologias e disputas nos espaços coletivos. As cozinhas e as hortas comunitárias são bons exemplos de como o alimento e a coletividade se inserem no Movimento Urbano e na vida dos trabalhadores sem-teto. As cozinhas coletivas das ocupações possuem significados simbólicos e concretos. A primeira preocupação que se tem quando uma nova ocupação é estabelecida, é a construção da cozinha coletiva.

"Nos acampamentos do MTST há um esforço de garantir pelo menos uma cozinha para cada grupo de 50 a 100 famílias. Estas cozinhas funcionam com base na doação dos próprios moradores e no trabalho voluntário, em sistema de revezamento. Aqueles que, por algum motivo (de trabalho, por exemplo), não podem contribuir nas tarefas coletivas entram com as doações. Com essa iniciativa, cria-se um vínculo sólido de trabalho coletivo e, ao mesmo tempo,

assegura-se que ninguém passe fome na ocupação. O que está em jogo é a construção de soluções coletivas para os problemas que afetam todos.” (Entrevistado F)

“A cozinha a gente considera como o coração do movimento, como o coração de um espaço nosso no movimento. É em torno da cozinha que tudo acontece. Dentro de uma ocupação, se você está triste, você vai para a cozinha. Se você está feliz, você vai para a cozinha. Está com fome, vai para a cozinha. Está com sede, vai para a cozinha. Quer conversar, está preocupado com alguém, você vai para a cozinha.” (Entrevistado E)

As cozinhas comunitárias são um dos maiores exemplos de ação coletiva promovida nas ocupações e reafirmam que os moradores dos barracos de lona preta que se comprometeram com as lutas do coletivo terão o que comer.

Além das cozinhas, em cada ocupação do MTST visitada existe pelo menos uma horta - ou uma tentativa de implementação de horta. Essas, por sua vez, abastecem os moradores, as cozinhas das ocupações e algumas, ainda, suprem demandas maiores, como as das Cozinhas Solidárias do Movimento.

A ocupação Luiza Mahin, que existe há quase três anos, por exemplo, conta com uma horta central e outras hortas menores próximas aos barracos dos moradores, que as mantêm junto a militantes e brigadistas do movimento. O solo é manejado e os alimentos são cultivados sem o uso de agrotóxicos e adubos químicos, utilizando os recursos acessíveis na ocupação. Apesar da escassez, as hortas da Luiza Mahin demonstram que é possível dar sentido à espaços uma vez considerados sem função social. A horta central da ocupação abastece atualmente a Cozinha Solidária do Jardim Iporanga. Couve-flor, cebolinha, alface, couve, rúcula, mamão, peixinho, cenoura, banana, quiabo e diversas espécies medicinais são alguns dos alimentos já produzidos e colhidos nas hortas.

A horta da Luiza Mahin também é contemplada pelo Programa Sampa + Rural, um projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural da Prefeitura de São Paulo que incentiva e dá suporte para a produção orgânica de alimentos nas ocupações. O Programa também visa inserir beneficiários do Programa Operação Trabalho (POT) na área da agricultura e estruturar mais de 400 locais de agricultura na capital. No dia da visita à Luiza Mahin, por exemplo, foi feito um mutirão com militantes e brigadistas do MTST para auxiliar os moradores da ocupação na construção de uma composteira e na correção do solo da horta

central com pó de rocha, calcário e carvão, que foram orientados por um extensionista do Sampa + Rural após a realização da cromatografia do solo.

Simultaneamente, em outra horta da mesma ocupação, um morador realizava sua manutenção. Em breve conversa, ele trouxe memórias de sua origem camponesa e mostrou como cultivava a horta da ocupação, com alta diversidade de alimentos e muito cuidado. Outros moradores da Luiza Mahin dizem que “tudo o que ele toca, dá.”

Figura 16: Hortas da Ocupação Luiza Mahin



Fonte: autoria própria

Além da horta da Luiza Mahin, o Sampa + Rural tem cadastrado no seu site outras três ocupações do Movimento, a horta da Ocupação Elza Soares, do Conjunto Habitacional Dandara e da Ocupação Carolina Maria de Jesus. (Sampa Mais Rural, 2024)

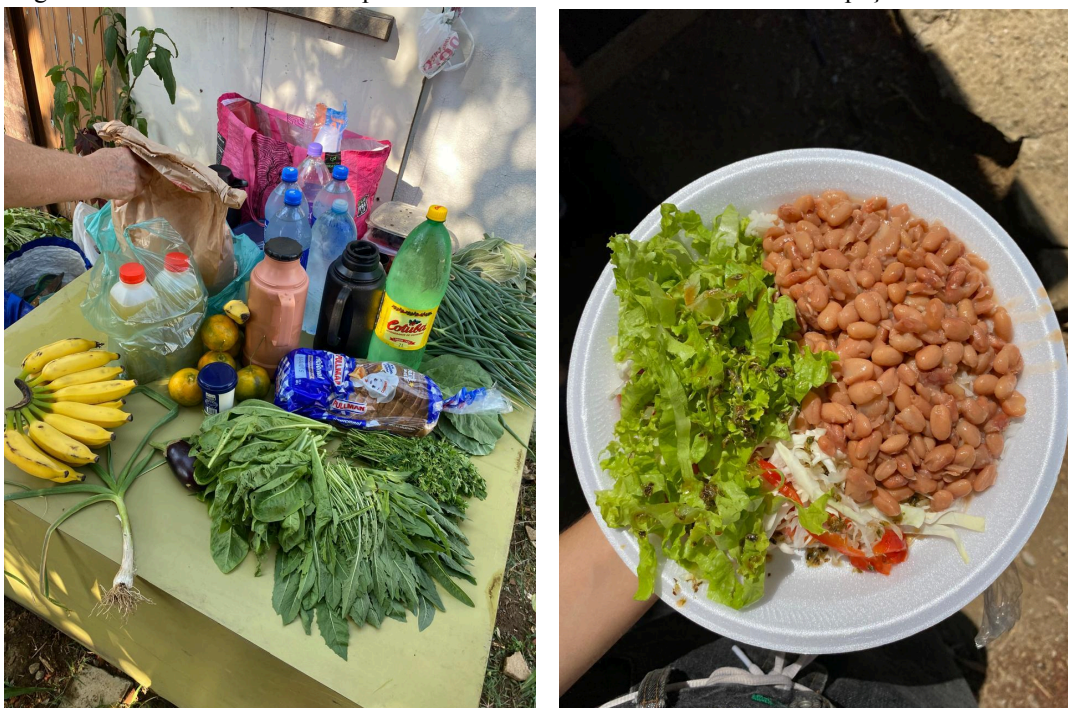
Além da vivência na Ocupação Luiza Mahin (Figura 16), também foi possível ver de perto os esforços realizados para o cultivo de hortas comunitárias na Ocupação Nova Canudos (Figuras 17 e 18), na Ocupação Vila Nova Palestina e na Ocupação Lélia Gonzalez (Figura 20).

Figura 17: Cozinha coletiva e horta - Ocupação Nova Canudos



Fonte: autoria própria

Figura 18: Alimentos colhidos e partilhados no dia de mutirão na horta da ocupação Nova Canudos



Fonte: autoria própria

Figura 19: Cozinha coletiva e horta - Ocupação Lélia Gonzalez



Fonte: autoria própria

Nessas hortas não se utiliza venenos ou componentes químicos. Através dos trabalhos de militantes, brigadistas e acampados, as hortas são devidamente estudadas e planejadas de acordo com a realidade local. Também foram perceptíveis os esforços para pensar a agroecologia, a biodiversidade e a saúde dos companheiros. Nesse sentido, as hortas se estabelecem nas ocupações como ferramenta fundamental nas disputas territoriais e na luta anti hegemônica. Às hortas estão atrelados significados de conexão com a terra, trabalhos coletivos, aproximação dos alimentos e percepções de cuidado e saúde, questões que se opõem diretamente ao poder hegemônico do agronegócio e ao mercado global de alimentos, que envenenam e tentam a todo custo se inserir no cotidiano das periferias brasileiras.

O desafio diário das moradias e das ocupações é vivenciado na horta, onde as carências se tornam motivos de luta e engajamento político. A horta representa um espaço crucial para a intervenção política na cidade, ocupando terrenos ociosos que não cumprem função social. Ao cultivar alimentos saudáveis, contribui-se para complementar a segurança alimentar das famílias no território. A horta também desempenha um papel fundamental na conquista da moradia, pois confere uma função social à terra. Assim, as hortas não apenas fornecem alimentos, mas também promovem a dignidade aos trabalhadores urbanos territorializados no Movimento.

As hortas demonstram os esforços coletivos do Movimento na produção de alimentos saudáveis e nutritivos dentro do território, mesmo no contexto urbano (Amorim.; Borsatto; Milano, 2023). Além disso, elas representam trabalho, sustentam parte das cozinhas das ocupações, alimentam parte dos companheiros da luta e também estão atreladas a valores sentimentais. A horta é vista nas ocupações como extensão do coração de pessoas.

A ideia das hortas comunitárias nasceu da necessidade latente de combater a fome e discutir segurança alimentar com o povo da periferia que, de modo geral, é levado pela falta de dinheiro e de informação a consumir enlatados e ultraprocessados em demasia. Mas não apenas isso, nas hortas também há espaço para debater os males causados pelo agronegócio — grande pilar de apoio do novo governo federal —, desde o prato envenenado até a floresta incendiada ou desmatada. (MTST, 2019).

Apesar de não ser a pauta central do movimento, o MTST reconhece a importância da agroecologia para fortalecer as lutas sociais pelo combate à fome e, sobretudo, pela soberania alimentar dos povos brasileiros. No texto *O MTST e a luta por teto, trabalho e pão nas cidades brasileiras*, publicado no site do MTST e escrito por Rud Rafael, o coordenador do Movimento problematiza o sistema agroalimentar hegemônico e aponta a agroecologia como alternativa viável:

“Alimento? Também tem! Somos o terceiro maior produtor de alimentos do mundo e é inconcebível que tenhamos atingido 33 milhões de pessoas passando fome e mais de metade da população com algum nível de insegurança alimentar. Isso mostra que o que mostra que o agro não é Pop, não é Tech e que é fundamental neste momento avançar na retomada das políticas de fortalecimento da agricultura familiar e expandir a agroecologia urbana como promotor de soberania nas periferias.” (Rafael, 2024).

Recentemente, o movimento urbano publicou a cartilha *Agroecologia e Hortas Comunitárias do MTST* (Figura 20), trazendo à tona o debate sobre agroecologia dentro de sua agenda política e prática. A publicação aborda os significados da agroecologia e ressalta sua importância como ferramenta de transformação social, econômica e ambiental. Conforme apresentado no documento:

A agroecologia é muito mais do que ser orgânico. Ela é uma questão de política alimentar e está ligada aos movimentos sociais. A agroecologia é tanto um conjunto de práticas quanto uma ciência. É definida como a produção de alimentos em equilíbrio com a natureza, que preserva e renova os recursos naturais, que está adequada às culturas locais, é socialmente justa e economicamente viável. (MTST, 2024).

A cartilha posiciona a agroecologia não apenas como um método de produção agrícola, mas como um horizonte político e social, capaz de enfrentar desigualdades estruturais e promover um modelo alimentar mais justo e sustentável. Nesse sentido, enfatiza a conexão intrínseca entre agroecologia e movimentos sociais, destacando práticas como rotação de culturas, compostagem e o uso de adubos orgânicos. Essas práticas vão além do aspecto técnico, sendo apresentadas como ações concretas de resistência à agricultura industrial capitalista e como alternativas viáveis para a soberania alimentar.

Além de oferecer reflexões e definições sobre a agroecologia, o documento orienta sobre a implementação de hortas comunitárias nos territórios urbanos ocupados. Tais hortas fomentam a reterritorialização, a soberania alimentar e o fortalecimento das redes de solidariedade. Por meio de exemplos concretos, como as hortas Dandara (São Mateus), Chico Mendes (Cidade Tiradentes) e Faixa de Gaza (Paraisópolis), a cartilha demonstra como iniciativas agroecológicas estão sendo integradas ao cotidiano das comunidades urbanas, criando espaços coletivos que promovem segurança alimentar e organização comunitária.

Essas experiências evidenciam o potencial transformador das hortas comunitárias no enfrentamento à fome, ampliando os debates sobre soberania alimentar em áreas urbanas. Assim, o documento reflete o compromisso do MTST em avançar tanto no campo teórico quanto no prático, promovendo ações concretas que enfrentem a fome de maneira coletiva e sustentável. Ao propor a agroecologia como horizonte possível, a cartilha reafirma o papel central do movimento na luta por justiça social e pelo direito à alimentação de qualidade nas periferias urbanas.

Além dos discursos e do fomento às hortas urbanas, o MTST também demonstra seu apoio à agroecologia através da participação em projetos como a Missão Josué de Castro. Lançado no Senado Federal em março de 2024, o projeto tem como objetivo tirar 5 milhões de brasileiros do Mapa da Fome, por meio da construção de uma rede de produção e abastecimento alimentar de base agroecológica. A ação reúne diversos movimentos de luta do campo e da cidade. Além do MTST, fazem parte do projeto o Movimento dos Pequenos

Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a Central de Movimentos Populares (CMP), a Federação Única dos Petroleiros (FUP), o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, e outras organizações da sociedade civil organizada.

Essa iniciativa, que se apresenta como uma aliança popular entre o campo e a cidade, é uma alternativa ao sistema alimentar hegemônico que será desenvolvida em cinco frentes principais: a construção de uma Rede Popular de Abastecimento e Acesso Alimentar; a criação de infraestrutura produtiva, de processamento e integração logística; a transição energética; a capacitação e inovação social de tecnologias; e a integração da economia da sociobiodiversidade da Amazônia com as demais regiões e biomas brasileiros.

...É preciso uma grande frente em defesa de cidades anticapitalistas, antirracistas, antipatriarcais e que estejam ancoradas nas ideias de democratização do espaço urbano, da função social da cidade e da propriedade e da justiça ambiental. O MTST fará incansáveis lutas nessa direção e esperamos contar com geral no desafio de conquistar teto, trabalho e pão e ir pavimentando caminhos para a revolução. (Rafael, 2024).

Outra forma de luta pela superação da fome promovida pelo MTST são as cozinhas solidárias, que surgiram em um contexto de pandemia em que a população trabalhadora brasileira foi vulnerabilizada e colocada em situação de insegurança em diversos aspectos, o desemprego, a ausência de moradia e a insegurança alimentar se intensificaram e passaram a fazer parte da vida de grande parcela da população pobre.

Percebendo as situações das periferias e dos moradores das ocupações do Movimento, o MTST passou a realizar ações solidárias em busca de minimizar os problemas nos espaços onde encontrava-se territorializado. As ações tiveram início através da arrecadação em dinheiro, compra de cestas básicas e mutirão de entregas nas ocupações e ficaram conhecidas como caronas solidárias. Neste primeiro ano de atuação, o Movimento conseguiu arrecadar por volta de 1 milhão de reais, que foi convertido em cestas básicas distribuídas em 11 estados do Brasil.

As ações de distribuição de cestas básicas se expandiram rapidamente. No entanto, com o agravamento da pandemia e dos problemas socioeconômicos dos trabalhadores urbanos, o Movimento percebeu que, com o aumento do valor do gás, a população

encontrava dificuldades até mesmo para cozinhar em casa. Não adiantava receber cestas básicas se o dinheiro não fosse suficiente para a compra do gás.

Pensando nessa problemática e na importância de direcionar o problema para além do território das ocupações, o MTST inaugura a ideia das cozinhas solidárias com a distribuição de marmitas saudáveis para toda a população vulnerável de 11 estados do país. Em 2021, o Movimento tinha como meta a construção de 16 cozinhas solidárias em 11 estados do país e, ao final do ano, já tinham mais de 20 cozinhas distribuídas pelo Brasil.

As cozinhas solidárias foram criadas pelo MTST com o propósito de ajudar a combater a fome em um período de crise sanitária, social, econômica e política que tirou mais de 685 mil vidas. Infelizmente, mesmo passada a pandemia, o desemprego e a fome não saem dos noticiários e continuam a maltratar a população mais vulnerável. Por isso, as cozinhas solidárias continuam oferecendo alimentação rica em nutrientes e afeto para as periferias do Brasil. (Cozinha Solidária, 2024)

Em pouco mais de dois anos, o Movimento relata que já foram servidas mais de 2.300.000 quentinhas e mais de 2.000.000 quilos de alimentos distribuídos para que milhares de famílias garantam, ao menos, uma refeição rica em nutrientes por dia.

Visitar a Cozinha Solidária da Sé foi uma experiência profundamente tocante e enriquecedora. Ao adentrar o espaço, existe um quadro com a mensagem: *Cozinhar é um ato de amor*. Essa simples frase captura a essência das cozinhas solidárias: não apenas um local onde se preparam e distribuem refeições diárias, mas um verdadeiro centro de acolhimento e transformação social. Uma das entrevistadas na Cozinha da Sé relatou as dificuldades e as conquistas realizadas por meio das cozinhas solidárias do Movimento:

“Assim, no meio da pandemia, uma loucura, a gente começou a entregar cestas das pessoas. Fizemos uma vaquinha nacional. Só que a gente chegava na comunidade e as pessoas, e eu sou prova viva disso, falaram isso pra mim também. Obrigada, eu te agradeço, mas dessa vez eu não vou pegar. É por quê? Aí ela... É porque assim, meu gás acabou. Se for comprar o gás, eu não pago o aluguel. Então, eu prefiro morar do que comer nesse momento. Eu vou segurar minha fome, senão eu vou ter que doar pra alguém... Quando a nossa companheirada sentou, todo mundo junto, percebeu que isso não era uma demanda da zona sul. Era da norte, da leste, da oeste, da cidade

inteira. Então o movimento se replaneja e inicia a cozinha solidária. A gente mudou a pauta da vaquinha. Iniciamos uma outra vaquinha (com o objetivo de doar as marmitas, ao invés das cestas)” (Entrevistada E)

“As contas não esperam, os filhos não esperam, tem pressa pra comer. Então, assim, [as cozinhas solidárias na pandemia] foram bem importantes, né? Porque por mais que fosse uma única alimentação, mas aquela única alimentação que tivesse, ia fazer muita diferença, já garantia o almoço de alguém, né? Muitas pessoas não tinham nem isso. E hoje em dia, aqui na Sé, a gente vê que não é diferente. A importância que a cozinha tá tendo aqui, porque a gente alimenta muita gente. Mesmo sem a ajuda da prefeitura, sem a ajuda do governo, a gente consegue estar levando para eles uma alimentação digna. Tudo fresquinho, tudo prontinho. Aquela alimentação que a gente leva, a gente acaba levando não só o alimento, mas também um pouco de amor, um pouco de aconchego pra eles, o que é o mais gratificante também.” (Entrevistada E)

A Cozinha da Sé, iniciativa do MTST, vai além de alimentar o corpo; ela constrói novos horizontes para a comunidade. O avental utilizado pelos voluntários com a frase *Gente é para brilhar, não para morrer de fome* ecoam o compromisso e a esperança que permeiam as ações realizadas na cozinha por pessoas comprometidas com a causa. As entrevistas realizadas na Cozinha demonstram que o objetivo não se limita à distribuição de comida, mas representa a criação de um espaço onde as pessoas vulnerabilizadas possam se sentir acolhidas e valorizadas, a exemplo da formação de jovens adultos que ocorrem na cozinha semanalmente.

Durante a visita, é possível observar não apenas o preparo cuidadoso das refeições, mas também o resgate da solidariedade entre os trabalhadores. Ao sair da Cozinha Solidária da Sé, levei não apenas a lembrança das refeições saborosas e nutritivas, mas também a certeza de que ali se constrói algo maior: um espaço onde o amor se manifesta em gestos simples e poderosos, transformando vidas e fortalecendo vínculos comunitários.

Figura 20: Cozinha Solidária da Sé



Fonte: autoria própria

Até Julho de 2024, o Movimento contabilizava 52 cozinhas solidárias em 14 estados, onde além de garantir a alimentação, se conforma como espaços de cuidado integral das comunidades. Nas Cozinhas são promovidas atividades com crianças, rodas de conversa, cine debates, atividades culturais, projetos de alfabetização e apoio psicológico e jurídico aos trabalhadores que necessitam. Já distribuídos mais de 3 milhões de refeições, conquistado com muito trabalho das cozinheiras, militância e doação dos apoiadores do MTST.

Figura 21: Postagem com dados das refeições distribuídas através das cozinhas solidárias



Fonte: MTST (2024)

Figura 22: Postagem com as cozinhas solidárias do MTST distribuídas pelo Brasil



Fonte: MTST (2024)

As cozinhas solidárias demonstram-se como importante ferramenta de autogestão popular. Apesar de apresentarem-se também como solução imediata de combate à fome, elas rompem com a lógica assistencialista. Diferente das práticas assistencialistas e de caridade, que ocorrem em uma lógica vertical, tendenciosa e não-libertadora, as Cozinhas Solidárias atuam priorizando relações de cooperação e autonomia popular. Para além das ações de combate à fome, através da distribuição de alimentos, as cozinhas solidárias do MTST configuram-se como espaços de organização política, social e cultural.

As cozinhas solidárias constituem espaços que articulam o potencial de ruptura com os preceitos do assistencialismo, pois se movem a partir da organização, autonomia, resistência e consciência populares. Há a possibilidade de que essa ruptura tensione as formas de intervenção tradicionais, que se dão a partir do desenvolvimento homogêneo dos programas sociais e da reprodução de certo tipo de assistencialismo, a partir da chave de cooperação entre os sujeitos para a criação de autonomia popular. Essas são práticas tidas como conectadas às esferas de reprodução da vida social, não pela ideologia, mas por necessidades materiais que se instalam em meio

aos coletivos sociais que, por sua vez, se reapropriam dos meios necessários para reproduzir-se em sociedade. (De Sordi, 2023, p. 29)

Se a gente quisesse só distribuir [a comida], a gente podia pegar esse dinheiro todo [das doações], e ao invés de fazer obra [no prédio da cozinha], só distribuir comida, qual o sentido? É só distribuir comida? Não, a cozinha é uma ferramenta de transformação de realidade, do país e do povo, assim como as ocupações também são uma ferramenta. (De Sordi, 2023, p.18)

A oficialização das Cozinhas Solidárias como política pública também marcou um avanço significativo no combate à fome e na promoção da segurança alimentar no Brasil. Iniciadas pelo MTST em 2020 como uma resposta direta à crise alimentar nas comunidades periféricas, essas cozinhas se consolidaram como um exemplo de iniciativa popular que transforma vidas e fortalece comunidades.

Com a promulgação da Lei 14.628/2023, as Cozinhas Solidárias se tornaram parte integrante da Política Nacional de Cozinhas Solidárias. Essa medida não apenas reconhece a importância dessas iniciativas na garantia de acesso à alimentação saudável, mas também assegura recursos federais para sua sustentabilidade e expansão. O apoio governamental agora se estende à compra de insumos, contratação de pessoal qualificado e manutenção das estruturas, proporcionando um impulso vital para o desenvolvimento contínuo dessas cozinhas comunitárias (Brasil, 2023).

É crucial destacar que a transformação das Cozinhas Solidárias em política pública não teria sido possível sem a mobilização e a pressão dos movimentos sociais, em particular do MTST e de outros grupos engajados na defesa dos direitos dos trabalhadores e na promoção da justiça social. Esses movimentos atuam como agentes de mudança, conquistando avanços significativos que não são alcançados pelo Estado sozinho, uma vez que este tende a priorizar os interesses do capital.

Ao reconhecer as Cozinhas Solidárias como uma tecnologia social crucial na garantia de segurança alimentar e nutricional, o governo reconhece não apenas a eficácia dessas iniciativas, mas também o papel fundamental dos movimentos sociais na construção de políticas públicas mais inclusivas e orientadas para as necessidades da população mais vulnerável.

Dessa forma, a oficialização das Cozinhas Solidárias como política pública não apenas representa um marco legislativo, mas também um compromisso renovado com a

solidariedade, a dignidade humana e a justiça social, promovendo um futuro mais justo e igualitário para todos os brasileiros.

Tabela 7: Principais ações do MTST identificadas no combate à fome

Ação/Projeto	Ano de início	Objetivo/descrição
Missão Josué de Castro	2024	Retirar do Mapa da Fome 5 milhões de brasileiras e brasileiros
Cozinhas solidárias	2020	Fornecer alimentação gratuita e de qualidade à população em situação de vulnerabilidade socioeconômica
Hortas urbanas	ações contínuas	Produzir alimentos saudáveis nas ocupações para combater a fome e discutir segurança alimentar com o povo da periferia
Política Nacional de Cozinhas Solidárias	2023	Distribuir refeições e se tornar uma ferramenta, junto a outros projetos, de combate à fome e à pobreza extrema, em especial nas periferias do Brasil.
O Centro Popular de Pesquisa (CPP)	ações contínuas	Promover ciência popular e descolonizadora nas periferias, pensando na solução de problemas enfrentados por trabalhadores(as) periféricos de todo o Brasil.
Frente de Resistência Urbana	2007	Reivindicar por direitos sociais dos trabalhadores urbanos, denunciando as repressões e retirada de direitos sofridos por eles, inclusive o da alimentação digna.
Participação em políticas públicas	ações contínuas	Participação, construção e adesão a políticas públicas de combate à fome - a exemplo do PAA e PNCS

Promoção de eventos, feiras, manifestações e cursos	ações contínuas	Promoção de eventos, feiras, manifestações e cursos culturais/políticos que tem o tema da fome como centro de debate
---	-----------------	--

Fonte: autoria própria

4.3 O que muda: diferenças entre MST e MTST no combate à fome

A principal diferença encontrada nos discursos e ações de combate à fome dos movimentos socioterritoriais está diretamente relacionada às lógicas ordenadoras de uso e ocupação do solo e, conseqüentemente, ao papel que cada movimento cumpre considerando as perspectivas do *rural* e do *urbano*. As reivindicações e lutas são intrínsecas às realidades dos trabalhadores e aos espaços onde os movimentos se formam.

Para o MST, a produção de alimentos, destinada a suprir as necessidades tanto da população rural quanto urbana, é uma pauta prioritária reivindicada desde sua formação, como demonstram as edições do JST. Para os camponeses, o alimento transcende a subsistência, sendo essencial para as relações de produção e reprodução da vida. A partir de uma perspectiva marxista, o trabalho no campo, ligado diretamente à produção de alimentos, é o meio pelo qual os camponeses não apenas garantem sua sobrevivência, mas também reproduzem suas condições materiais e simbólicas de existência. Nesse sentido, o alimento se torna um bem central não apenas como base para a vida cotidiana, mas como um elemento estruturante da economia camponesa e da autonomia territorial. A produção de alimentos, enquanto parte das relações de produção no campo, é, portanto, a base do trabalho, que dá sentido à vida no território rural.

O MST apresenta um discurso robusto, que coloca a reforma agrária popular, a agroecologia e a soberania alimentar como pilares centrais na luta contra a fome. Esses elementos não apenas estruturam os discursos do movimento, mas também se traduzem em ações concretas que buscam transformar a relação com o território e o alimento. Como ciência e prática, a agroecologia desponta como um horizonte político transformador, confrontando a lógica capitalista e promovendo uma agricultura fundamentada na sustentabilidade, solidariedade e autonomia territorial.

Apesar de as práticas agroecológicas ainda não serem universalizadas em todos os assentamentos do MST, elas representam um horizonte político e um debate recorrente no movimento, com a expansão das práticas em territórios ocupados. As transições

agroecológicas visam promover uma produção sustentável que fomente a soberania alimentar, garantindo que as comunidades não apenas se alimentem, mas se fortaleçam na luta por um modelo alimentar justo e autônomo. Nesse processo, a terra deixa de ser simplesmente um espaço físico ou bem produtivo, sendo ressignificada como território de resistência, cuidado e soberania.

Diferentemente, o MTST, tem como principal bandeira de luta a garantia de moradia digna e, apenas recentemente, entre 2020 e 2021, o combate à fome tornou-se uma das pautas prioritárias do Movimento. Como movimento socioterritorial urbano, constituído por uma base de trabalhadores da cidade, ele enfrenta os desafios inerentes às dinâmicas urbanas, onde as condições e necessidades diferem significativamente das realidades do campo.

Quando se trata do tema da fome, o movimento urbano questiona discursivamente o sistema agroalimentar hegemônico e a estrutura que exclui grande parte da população do acesso à alimentação digna. Embora com menor frequência, também menciona a relevância da agroecologia e de práticas que possam contribuir para a soberania alimentar. Contudo, surge a questão: A realidade urbana permite o desenvolvimento de um sistema produtivo capaz de alcançar a soberania alimentar dos povos? E, mais ainda, qual é o papel da cidade nessa discussão?

Essa reflexão amplia-se para considerar a relação entre o urbano e o rural na construção de horizontes como a reforma agrária popular, a agroecologia e a soberania alimentar enquanto estratégias de combate à fome. Enquanto o MST reivindica a terra como um meio de produção essencial e um espaço de reprodução da vida cotidiana, o MTST enfrenta desafios relacionados às limitações espaciais e estruturais do solo urbano. Nas cidades, a escassez de espaço e as condições precárias para o cultivo tornam-se obstáculos evidentes.

Dessa forma, a luta do movimento urbano concentra-se em responder às necessidades imediatas, priorizando o acesso direto e urgente a alimentos para populações em situação de vulnerabilidade. Nesse contexto, a segurança alimentar emerge como prioridade, com foco em garantir que os trabalhadores urbanos tenham comida em suas mesas, reforçando a urgência de soluções práticas diante da fome nas metrópoles.

Os discursos e ações de combate à fome de MST e MTST partem de uma crítica comum ao sistema capitalista. Ambos os movimentos reconhecem que a fome é produto de uma estrutura desigual e exploratória, sustentada pelas relações de produção capitalistas. No entanto, o MST reivindica pautas como reforma agrária popular, agroecologia e soberania alimentar, enquanto o MTST, inserido na realidade urbana, opera com ações que dialogam

com essas pautas, mas frequentemente partem da segurança alimentar. As nuances dos discursos e a profundidade das ações dos movimentos estudados variam conforme as realidades rurais e urbanas que os moldam.

4.4 MST e MTST: estratégias comuns na luta contra a fome

4.4.1. Reforma ou revolução?

Após apresentar individualmente a trajetória de luta pela superação da fome dos movimentos socioterritoriais estudados, bem como suas diferenças, é possível apontar diversas similaridades entre os discursos e ações estabelecidas por eles. Apesar de suas origens e contextos individuais, ambos os movimentos adotam uma abordagem estrutural que reconhece a fome como um fenômeno social resultante de relações desiguais e predatórias dentro do sistema socioeconômico vigente. Essa visão os posiciona claramente contra o capitalismo hegemônico, que perpetua a desigualdade e a fome em prol de interesses econômicos burgueses.

As entrevistas realizadas revelam que os participantes de ambos movimentos sociais, aqueles que constituem sua base, possuem histórias de vida marcadas pela privação. Da privação de alimentos à falta de outros direitos básicos essenciais para a produção e reprodução de uma vida digna, os militantes dos movimentos já se depararam com as dificuldades do viver impostas pelo sistema capitalista. Os movimentos, que se organizam em torno das realidades de seus apoiadores, majoritariamente trabalhadores urbanos e rurais, direcionam suas ações para a conquista de dignidade e direitos. Assim, a luta contra a fome torna-se um eixo central e convergente nas suas iniciativas.

Os movimentos sociais estudados não apenas possuem discursos revolucionários, mas também traduzem essas ideias em ações concretas que desafiam as estruturas de poder estabelecidas. Apesar disso, a prática revolucionária muitas vezes se depara com os limites e contradições impostos pelo contexto político e econômico em que estão inseridos.

Apesar de sua consciência anticapitalista e revolucionária, os movimentos também reconhecem a necessidade de dialogar e fazer concessões com o Estado, o que não significa que abram mão de suas demandas ou se conformem com mudanças superficiais. Pelo contrário, eles utilizam esses momentos como oportunidades para avançar em direção a objetivos maiores e seguem pressionando por mudanças estruturais mais amplas e mantendo uma perspectiva revolucionária.

O reformismo revolucionário propõe que as reformas não devem ser vistas como fins em si mesmas, mas como etapas estratégicas em direção à transformação radical da

sociedade. Essas reformas são orientadas para aprofundar a democracia, desafiar a acumulação de capital e expandir os direitos e oportunidades para todos.

...Essas dimensões não podem ser vistas como estanques, pois o caráter imediato das reivindicações dos dominados não as torna menos importantes, não impede que elas se vinculem a objetivos mais amplos. É preciso pensar a luta de classes como um processo não linear, que articula as esferas econômica e política e passa por vários níveis. Assim, mesmo que a movimentação dos trabalhadores não seja consciente e organizada, que a resistência à dominação seja difusa, ela ainda pode provocar efeitos importantes para o desdobramento na luta de classe. (Galvão, 2011, p. 115)

Rosa Luxemburgo (2010), em seu livro *Reforma ou Revolução?*, destaca que a transição de um sistema de produção para outro e as transformações decorrentes desse processo são longas e persistentes, não ocorrendo da noite para o dia. Para Luxemburgo, a revolução não é um evento único, mas sim um processo que se constrói por meio de reformas contínuas, as quais devem manter a revolução como horizonte.

No mesmo sentido, Sabrina Fernandes, em *Pedagogia Crítica como Práxis Marxista Humanista: Perspectivas sobre Solidariedade, Opressão e Revolução*, reforça a importância do pensamento radical combinado com práticas cotidianas transformadoras para a concretização de mudanças estruturais. É no dia a dia, através de ações consistentes e enraizadas em uma visão crítica e emancipatória, que se criam as condições para um processo revolucionário. Assim, a revolução é tanto um objetivo quanto um caminho trilhado continuamente, onde teoria e prática se entrelaçam em busca de transformações sociais.

Nessa práxis revolucionária, derivada da compreensão marxista da práxis como “a mudança das circunstâncias e da atividade humana ou automudança”, é possível questionar, refletir e conceituar a realidade transformando-a, assim, tanto ao pensá-la de forma radical quanto por uma ação material que implica em fazer as coisas de forma diferente. (Fernandes, 2016, p. 486)

Nesse sentido, tanto o MST quanto o MTST continuam mobilizando suas bases e aliados na sociedade civil através de formações políticas, eventos e manifestações. Para que possam solidificar sua organização, ambos movimentos promovem processos formativos em

suas bases, buscando estimular e desenvolver uma consciência crítica entre os trabalhadores territorializados, fortalecendo a capacidade de resistência e organização coletiva. Afinal, como afirma Milton Santos, apenas com a compreensão e conscientização da realidade material histórica e política é possível alcançar transformações efetivas que alterem as estruturas hegemônicas vigentes em nossa sociedade (Santos, 2022). Nesse sentido, a formação política surge nos movimentos como forma de conscientizar e alterar as raízes dos problemas estruturais que negam os direitos dos trabalhadores empobrecidos - inclusive o acesso ao alimento.

Essa mobilização não apenas fortalece os movimentos, mas também cria uma base ampla de apoio para suas agendas transformadoras. Portanto, a luta por reformas em uma perspectiva revolucionária não se trata apenas de conquistar melhorias imediatas, mas de criar as condições necessárias para uma verdadeira revolução social, onde a propriedade privada e a acumulação de capital sejam questionadas e superadas em favor de uma democracia verdadeiramente inclusiva e emancipatória em que o acesso a um alimento digno seja garantido.

Em uma relação dialética, tendo o horizonte revolucionário em vista e apoiados em uma ideologia anti-hegemônica, ambos os movimentos sociais utilizam as ocupações de terra não apenas para reivindicar seus direitos, mas também para tomá-los com as próprias mãos. Além do significado simbólico das ocupações, há implicações concretas relacionadas à função social da terra. Ao ocupar terrenos urbanos abandonados pela especulação imobiliária ou áreas rurais improdutivas, os movimentos promovem a reterritorialização dos trabalhadores do campo e da cidade, destinando novos usos aos territórios ocupados. Essa ação transforma os locais em espaços que passam a cumprir efetivamente sua função social, contribuindo para a moradia digna, a produção de alimentos, a preservação ambiental e o desenvolvimento de novas relações humanas e com o território.

O conceito de função social da terra, conforme abordado por José Graziano da Silva (2001) em *Reforma Agrária: Por uma agenda de cidadania rural*, refere-se à utilização da terra de maneira que atenda aos interesses coletivos e promova o bem comum da sociedade, o que inclui a garantia de acesso à terra para moradia, produção de alimentos e outras atividades que beneficiem a comunidade local. Tal abordagem não apenas desafia a lógica dominante de propriedade e uso da terra, que prioriza o lucro individual em detrimento do bem-estar coletivo, mas também fortalece a autonomia e a organização coletivas. Ao ocupar e reivindicar terras, os movimentos sociais não apenas exigem direitos legítimos, mas também propõem modelos alternativos de desenvolvimento territorial baseados na justiça social.

Milton Santos destaca a política dos "de baixo", baseada no cotidiano vivido e na territorialidade, como uma força transformadora. Os movimentos sociais, ao promover e fortalecer essa cultura territorializada, não apenas resistem à hegemonia da cultura de massas, mas também criam uma economia e uma política baseadas na solidariedade e na convivência. Essa territorialidade ativa é fundamental para formar uma consciência crítica e efetiva intervenção na história e no espaço geográfico.

Os “de baixo” não dispõem de meios (materiais e outros) para participar plenamente da cultura moderna de massas. Mas sua cultura, por ser baseada no território, no trabalho e no cotidiano, ganha força necessária para deformar, ali mesmo, o impacto da cultura de massas. Gente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma economia territorializada, uma cultura territorializada, um discurso territorializado, uma política territorializada. Essa cultura da vizinhança valoriza, ao mesmo tempo, a experiência da escassez e a experiência da convivência e da solidariedade. (Santos, 2022, p. 167).

Assim, as disputas territoriais não são apenas geográficas, mas também simbólicas e políticas. Elas revelam e desafiam as racionalidades dominantes, criando espaços para a emergência de formas de vida alternativas e mais justas. Os movimentos socioterritoriais MST e MTST, através de seus discursos e ações, continuam a ser fundamentais na luta pela dignidade dos trabalhadores e contra a fome.

Nesse sentido, ao considerarmos a luta por transformações estruturais na sociedade brasileira como a única forma para erradicar a fome em suas raízes, é fundamental reconhecer a complexidade desse processo. A fome, enquanto manifestação extrema das desigualdades produzidas pelas relações capitalistas de produção, reflete a transformação do alimento em mercadoria e o caráter exploratório do trabalho. Nesse contexto, torna-se indispensável equilibrar ações imediatas e reformistas com o horizonte de mudanças estruturais.

As ações reformistas – por mais que não alterem diretamente a estrutura do sistema – desempenham um papel importante na luta cotidiana pela sobrevivência e dignidade dos trabalhadores. Elas mitigam os efeitos mais brutais das desigualdades e criam espaços de resistência, construção de solidariedade e organização coletiva, que, em última instância, podem impulsionar transformações mais profundas. É a partir dessa perspectiva que se observa o papel dos movimentos sociais estudados neste trabalho. Ambos articulam respostas

imediatas às necessidades das populações que representam, sem perder de vista um projeto político mais amplo de transformação social e, conseqüentemente, de combate à fome.

4.4.2 *Solidariedade em movimento*

Vivemos um tempo em que o individualismo exacerbado tem fragmentado nossas relações e enfraquecido o tecido social. No entanto, é precisamente neste contexto que a solidariedade emerge como um princípio fundamental para a reconstrução de uma sociedade mais justa e equitativa. A verdadeira solidariedade não se resume a atos pontuais de caridade, mas implica a construção de novas relações sociais, econômicas e políticas, baseadas no reconhecimento da interdependência e no respeito à dignidade de cada ser humano. É necessário promover uma solidariedade ativa que se manifeste na luta por direitos e na construção de um novo modelo de desenvolvimento.

Eduardo Galeano nos ensinou a distinguir a solidariedade da caridade, sobretudo ao considerar o ato solidário como uma relação horizontal que respeita a outra pessoa e se aprende com o outro. É essa prática solidária horizontal que vem permitindo que os sujeitos se descubram, se encontrem e se fortaleçam em meio a situações extremas de despossessão da cidade como privação do direito à vida. (Barbosa; Teixeira, 2020 , p.76)

A solidariedade é utilizada como horizonte norteador das práticas de combate à fome dos movimentos socioterritoriais estudados. Baseada na consciência de interesses comuns e na necessidade de ação coletiva para enfrentar desafios e opressões compartilhados entre os trabalhadores, a solidariedade é fundamental na luta por justiça social. Os movimentos sociais são atores fundamentais no restabelecimento dessas relações para enfrentar as novas formas de exploração e opressão.

As ações de solidariedade iniciadas com a crise sanitária do Covid-19 são exemplos de estratégias compartilhadas entre os movimentos com o objetivo de lutar contra a fome que assolou e segue impactando os trabalhadores rurais e urbanos brasileiros. A distribuição de alimentos através de ações já mencionadas, como Marmitas Solidárias, Mãos Solidárias, Marmitas da Terra, Cozinhas Comunitárias e Cozinhas Solidárias, demonstram o encontro dos Movimentos como territórios de solidariedade, resistência e combate à fome.

As cozinhas solidárias se estabelecem enquanto prática social de respostas urgentes dos movimentos ao empobrecimento e, portanto, à fome generalizada da população. Além

disso, funcionam como uma ferramenta de mobilização e organização popular territorializada para atender as reivindicações e demandas sociais da classe trabalhadora. Nesse sentido, os dois movimentos utilizam-se e apoiam-se mutuamente através das cozinhas solidárias como políticas que centralizam o alimento e o ato de se alimentar como elos fundamentais para a criação de novas relações sociais baseadas na solidariedade.

Pensar em outro mundo a partir da perspectiva da solidariedade não deve ser visto como uma utopia ou uma visão excessivamente otimista, mas como uma prática transformadora e realista. A solidariedade deve ser encarada como o horizonte para o modo de vida que desejamos, pois, ao pensar o combate à fome de forma integral e complexa, estamos também propondo uma nova base para as relações sociais. Nesse contexto, a solidariedade não é apenas um valor moral, mas um princípio organizador das lutas e das práticas cotidianas que visam a construção de um mundo mais justo e digno para todos.

O valor não reside na solidariedade como uma “coisa em si”, mas na solidariedade como um veículo para a consciência crítica e uma visão humanista da transformação das relações humanas e as estruturas de opressão. (Fernandes, 2016, p. 489).

As parcerias e mobilizações conjuntas entre movimentos sociais do campo e da cidade, que lutam pela dignidade da população trabalhadora brasileira, representam também um rompimento das barreiras setoriais. Embora as ações conjuntas entre os movimentos socioterritoriais estudados não tenham sido o foco principal desta pesquisa, a análise documental revelou que o MST e o MTST frequentemente estabelecem parcerias estratégicas. Um exemplo dessas articulações são as Cozinhas Solidárias, uma iniciativa que transcende as dicotomias entre o urbano e o rural e une esforços para enfrentar um problema estrutural que afeta trabalhadores do campo e da cidade: a fome.

As cozinhas, ao utilizarem alimentos provenientes de movimentos do campo, como o MST e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), representam uma articulação prática que transcende a lógica de mera distribuição de alimentos. Elas simbolizam a construção de pontes entre as lutas urbanas e rurais, reforçando a solidariedade de classe e apontando caminhos alternativos para enfrentar a fome nos centros urbanos.

A formulação dessa coesão política desse projeto de sociedade expresso nas redes com movimentos do campo, parcerias com outros movimentos sociais organizados, trabalho coletivo e criação de laços comunitários, é centralizada pela solidariedade enquanto um valor que diz respeito não à consciência

individual, mas à solidariedade de classe como um valor que a gente compartilha [...] então, a solidariedade é um termo que a gente colocou em disputa para falar que é um valor que transforma, é um valor para futuro, é um valor de luta. Então, a gente começa a trabalhar essa ideia de solidariedade, esse termo aí para disputar ele mesmo, para trazer para o centro do debate. (De Sordi, 2023, p. 19)

A solidariedade é compreendida por seu objetivo não de ocultar as tensões sociais reprodutoras do empobrecimento e da fome, mas sim de articular redes políticas de organização e reivindicação acerca dessas tensões. (De Sordi, 2023, p.19)

Refletir sobre o combate à fome como um desafio coletivo que transcende setores específicos – do rural ao urbano, do campo político ao cotidiano das comunidades – é fundamental para pensar a solidariedade como princípio estruturante das ações sociais. Nesse contexto, a articulação entre agentes urbanos e rurais torna-se importante para superar visões fragmentadas, construindo ações integradas que reconheçam a fome não como resultado de escassez, mas como um problema político e ético de privação que exige respostas mais profundas que acabem com o problema em sua raiz.

4.4.3. *A questão alimentar como disputa territorial e ideológica*

A questão alimentar não se limita à satisfação de uma necessidade básica; é, antes de tudo, um campo de intensas disputas territoriais e ideológicas. Essas disputas refletem relações de poder que moldam não apenas o acesso à terra e aos recursos, mas também a formação de subjetividades e hábitos de consumo da população.

No centro dessas relações estão as grandes corporações e o sistema alimentar hegemônico, que exercem controle sobre territórios, terras e mentes. Por meio de suas práticas de monopólio fundiário e produção intensiva, as corporações consolidam um modelo de agricultura baseado em commodities e alimentos ultraprocessados, com graves impactos sociais e ambientais. Esse controle também é estendido à psicosfera – um conceito que aborda como os meios de comunicação em massa moldam as vontades, desejos e práticas alimentares das populações. Publicidade e propaganda criam uma dependência simbólica e material de produtos que carecem de valor nutricional, enquanto desestruturam hábitos alimentares tradicionais.

Nesse cenário, há uma convergência clara entre os movimentos sociais do campo e da cidade, como o MST e o MTST. Ambos disputam não apenas os territórios, mas também as

ideologias que orientam a organização social e produtiva. Essas organizações propõem uma transformação radical no uso da terra e no acesso ao alimento, desafiando o modelo vigente do agronegócio e do sistema alimentar hegemônico, mesmo que em proporções diferentes limitadas pelas condições inerentes ao rural e ao urbano, como já discutido no tópico *O que muda: análise das diferenças entre MST e MTST no combate à fome*.

No campo, o MST ocupa e transforma terras que não cumprem sua função social, implementando sistemas produtivos agroecológicos que promovem a justiça social, a sustentabilidade ambiental e a dignidade dos trabalhadores rurais. Essas práticas não apenas denunciam a nocividade do agronegócio e seus impactos, mas também constroem, na prática, territórios camponeses voltados para uma relação harmônica entre pessoas, terra e natureza. Nas cidades, o MTST realiza uma luta semelhante, reconfigurando os espaços urbanos através de iniciativas como as cozinhas solidárias e hortas comunitárias. Ao transformar terrenos abandonados em espaços produtivos e coletivos, o MTST não só garante o acesso ao alimento saudável, mas também promove a segurança alimentar nos territórios.

Assim, ambos os movimentos disputam o controle dos territórios e das ideologias relacionadas ao uso da terra e à alimentação. Enquanto as grandes corporações investem fortunas em propaganda e políticas para perpetuar seu controle sobre o sistema alimentar, os movimentos sociais enfrentam essas forças com conscientização e formação de base.

Por meio de debates sobre alimentação saudável, culturas alimentares, práticas agroecológicas e segurança e soberania alimentar, ambos os movimentos denunciam a lógica destrutiva das grandes corporações e reafirmam o direito de todos a uma alimentação justa, nutritiva e culturalmente enraizada.

As disputas alimentares, portanto, são também disputas territoriais e ideológicas. O território do agronegócio, marcado pelo latifúndio, monoculturas e produção massiva de commodities, contrasta com o território camponês e periférico, onde a terra cumpre sua função social de forma justa, viável e sustentável. Em ambos os casos, os conflitos sociais e territoriais se entrelaçam, revelando que a luta pelo alimento é também uma luta por soberania, dignidade e pela transformação das relações de poder que estruturam nosso mundo globalizado.

Essas disputas ideológicas e territoriais sobre a questão alimentar não se restringem ao campo teórico; elas se materializam em práticas concretas que buscam reconfigurar as relações de poder e promover uma alimentação mais justa, saudável e sustentável. Nesse sentido, tanto o MST quanto o MTST têm utilizado ferramentas contemporâneas, como redes

sociais e espaços coletivos e formativos, para conscientizar a sociedade civil sobre a urgência do combate à fome.

Por meio de campanhas, com as *vaquinhas* solidárias e iniciativas como as Cozinhas Solidárias e o Natal Solidário, os movimentos não apenas respondem às necessidades imediatas, mas também articulam uma narrativa crítica e transformadora sobre a questão alimentar. As redes sociais, nesse contexto, cumprem um papel estratégico, criando um diálogo constante e atuando como ferramentas de educação e conscientização para aqueles que acompanham e apoiam essas lutas.

Na contemporaneidade, essas ações podem ser entendidas como formas de disputa ideológica. Elas questionam diretamente a hegemonia de um sistema agroalimentar excludente, desafiando as narrativas dominantes e propondo alternativas que reconfiguram as relações de poder e ressignificam o papel do alimento como direito fundamental e instrumento de transformação social.

4.5 Desafios na luta pelo combate à fome

Um grande desafio enfrentado tanto pelo MST quanto pelo MTST está na própria reprodução desses movimentos em um contexto de constantes tentativas de criminalização e desmobilização. Essas tentativas incluem medidas legislativas e judiciais que restringem a atuação de movimentos sociais, despejos forçados e perseguições políticas, que ao desarticular a luta por terra e moradia, também impactam as iniciativas concretas de combate à fome. Essas iniciativas dependem diretamente da força organizativa e da continuidade dos movimentos socioterritoriais. Se os movimentos são enfraquecidos ou deixam de existir, as ações estruturais e emergenciais que implementam para enfrentar a fome também se tornam inviáveis. Portanto, a luta pela sobrevivência dos movimentos socioterritoriais está intrinsecamente ligada à luta pelo combate à fome realizada por eles.

Para o MST, os desafios estão fortemente vinculados à questão fundiária. As condições objetivas para avançar na produção de alimentos saudáveis não estão dadas. A terra, enquanto recurso essencial para a produção de alimentos saudáveis, permanece inacessível para muitos trabalhadores rurais, o que impõe limites e desafios à materialização da soberania alimentar e da agroecologia. Sem acesso à terra e recursos básicos, a produção agroecológica e a construção de sistemas alimentares sustentáveis tornam-se inviáveis. Como reforça Eric Holt-Giménez e outros autores:

Para acabar com a fome, precisamos acabar com a pobreza e a desigualdade. Para esse desafio, abordagens agroecológicas e reformas estruturais que garantam aos agricultores pobres os recursos necessários para meios de subsistência sustentáveis são o caminho mais promissor. (Holt-Giménez *et al.* 2012, p.597, tradução nossa [10])

Além disso, a materialização da agroecologia enfrenta desafios internos e externos. Internamente, há o esforço contínuo de engajar todas as famílias assentadas na transição agroecológica. Externamente, o movimento precisa lidar com políticas públicas frágeis ou ausentes, que não oferecem suporte suficiente para a produção agroecológica e para o fortalecimento da soberania alimentar.

¹⁰ To end hunger we must end poverty and inequality. For this challenge, agroecological approaches and structural reforms that ensure that resource-poor farmers have the land and resources they need for sustainable livelihoods are the best way forward.

No caso do MTST, um grande desafio para pensar o combate à fome está nos limites impostos pelos próprios territórios urbanos. Um exemplo central é o limite das hortas comunitárias. Embora essas iniciativas sejam fundamentais para garantir alimentos saudáveis em escala local e promover a autonomia alimentar em comunidades específicas, elas não são capazes de abastecer populações em larga escala, como uma região inteira ou o país. Ainda assim, as hortas urbanas são importantes em outro sentido: servem como exemplos de ação local e têm potencial para serem replicadas em outros territórios urbanos. Elas não resolvem o problema estrutural da fome, mas mostram que ações concretas, mesmo em pequena escala, podem transformar realidades.

Outro ponto crucial é a relação com o programa Minha Casa, Minha Vida. Se, por um lado, ele é uma conquista importante, por outro, há o risco de a luta do movimento se encerrar no acesso à moradia formal, sem avançar para questões mais amplas, como segurança e soberania alimentar em áreas urbanas. Quando a moradia é finalmente conquistada, surge a pergunta: qual é o espaço para as discussões sobre alimentação na vida dos trabalhadores urbanos, especialmente em um cenário onde a moradia se torna o objetivo final e concreto da luta?

Por fim, um dos grandes desafios para os movimentos sociais está na transição de suas ações para políticas públicas. Embora iniciativas como o Programa Nacional de Cozinhas Solidárias (PNCS) representem um avanço, elas enfrentam limitações significativas, como o orçamento insuficiente – R\$30 milhões em 2024 (Brasil, 2024), um valor claramente abaixo da demanda nacional. Mais importante ainda, quando ações que nasceram da mobilização popular se tornam políticas públicas, muitas vezes essas políticas acabam adequando-se a um formato institucional que não garante a autonomia dos movimentos. Em vez de fortalecer as ações com base nas necessidades reais e nas formas de organização locais, essas políticas tendem a impor restrições que desconsideram a flexibilidade e a capacidade de adaptação dos movimentos. Isso resulta em uma adaptação das práticas originais, muitas vezes esvaziadas de seu potencial transformador e limitadas por objetivos mais restritivos e distantes da realidade vivida pelos grupos. A concretização de uma política pública deve, portanto, ser acompanhada de um processo que preserve a autonomia dos movimentos e atenda efetivamente suas demandas, em vez de subordinar suas ações a lógicas burocráticas que restringem sua eficácia.

Tanto o MST quanto o MTST enfrentam o desafio de equilibrar a resposta a necessidades imediatas, como a fome, com a construção de mudanças estruturais mais

amplas. Esse dilema é sintetizado na reflexão de Holt-Giménez e Shattuck (2011, p. 132, tradução nossa) [11]:

“O desafio para os movimentos alimentares é enfrentar os problemas imediatos de fome, desnutrição, insegurança alimentar e degradação ambiental, enquanto trabalham constantemente para as mudanças estruturais necessárias para sistemas alimentares sustentáveis, equitativos e democráticos.” (Holt-Giménez; Shattuck, 2011, p.132, tradução nossa) [12].

No caso do MST, isso significa lutar pela reforma agrária e pela ampliação da produção agroecológica. Para o MTST, implica articular iniciativas como as Cozinhas Solidárias com estratégias de longo prazo que transcendam o contexto urbano imediato.

4.5 Janela sobre a utopia

Milton Santos (2022) nos convida a refletir sobre os horizontes possíveis e as potencialidades latentes que permeiam o mundo contemporâneo. Ele sugere que o presente não deve ser apenas o reflexo do que já existe, mas também das possibilidades reais e factíveis que podem ser alcançadas sob determinadas condições. Nessa visão, o mundo não se limita às formas particulares de realização impostas pelo pensamento único da literatura oficial; ao contrário, ele engloba todas as potencialidades, incluindo aquelas que ainda não foram efetivadas, mas que estão latentes como tendências ou promessas de realização.

“Ousamos, desse modo, pensar que a história do homem sobre a terra dispõe afinal das condições objetivas, materiais e intelectuais, para superar o endeusamento do dinheiro e dos objetos técnicos e enfrentar o começo de uma nova trajetória. Aqui, não se trata de estabelecer datas, nem de fixar momentos da folhinha, marcos num calendário. Como o relógio, a folhinha e o calendário são convencionais, repetitivos e historicamente vazios. O que conta mesmo é o tempo das possibilidades efetivamente criadas, o que, à sua época, cada geração encontra disponível, isso a que chamamos tempo empírico, cujas mudanças são marcadas pela irrupção de

¹¹ “The challenge for food movements is to address the immediate problems of hunger, malnutrition, food insecurity and environmental degradation, while working steadily towards the structural changes needed for sustainable, equitable and democratic food systems.”

¹² “The challenge for food movements is to address the immediate problems of hunger, malnutrition, food insecurity and environmental degradation, while working steadily towards the structural changes needed for sustainable, equitable and democratic food systems.”

novos objetos, de novas ações e relações e de novas ideias.” (Santos, 2022, p.193)

Essa abordagem desafia a ideia de que as situações atuais são definitivas ou eternas, sugerindo que elas são fluidas e moldáveis conforme exploramos e expandimos as possibilidades existentes. O mundo é formado pelo que já existe e pelo que pode efetivamente existir, devendo ser enxergado como um conjunto presente de possibilidades reais e concretas. Isso é especialmente relevante ao discutirmos questões como a fome e as injustiças sociais.

A partir disso, podemos vislumbrar um horizonte onde as possibilidades não realizadas de justiça social, solidariedade e dignidade humana se tornam realidades concretas. Esse horizonte não está além do nosso alcance; está dentro das possibilidades factíveis que podemos alcançar através da ação coletiva e da transformação consciente de nossas sociedades.

As alianças entre o campo e a cidade representam um horizonte viável e inspirador na luta dos movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. Essas alianças são fundamentadas na Teoria do Inédito Viável, conceito cunhado por Paulo Freire e adotado por diversos movimentos sociais, que propõe a transformação de utopias em realidades palpáveis por meio das ações e lutas cotidianas (Freire, 2013).

Para o MST, a reforma agrária popular não é apenas uma demanda por acesso à terra, mas um projeto de sociedade que visa democratizar o campo, garantir a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, e promover a justiça social. O Movimento não se restringe ao campo, buscando alianças com trabalhadores urbanos para fortalecer suas lutas por dignidade e melhores condições de vida para todos. Da mesma forma, o MTST atua nas cidades ocupando terrenos ociosos e reivindicando moradia digna para milhares de famílias. Além da luta pela habitação, o movimento também promove iniciativas como as cozinhas solidárias, que não apenas alimentam, mas também fortalecem os laços de solidariedade e autonomia nas comunidades urbanas.

Ambos os movimentos compartilham a visão de um mundo onde a fome e a exclusão social não existam. Essa visão utópica, porém factível, impulsiona suas ações diárias e mobilizações em prol de um presente e futuro melhores para todos aqueles que ousam sonhar com um mundo mais justo e igualitário.

Portanto, as alianças entre o campo e a cidade não apenas são viáveis, mas essenciais para a transformação das realidades e no enfrentamento dos desafios estruturais que perpetuam a desigualdade e a injustiça no Brasil. Esses movimentos não apenas resistem às adversidades do presente, mas também pavimentam o caminho para um futuro onde a dignidade humana seja o centro das políticas e práticas sociais. Como afirma Holt-Giménez, “Para construir esse tipo de poder político, organizações no movimento alimentar precisarão de alianças fortes e precisarão distinguir reformas superficiais de mudanças estruturais (Holt-Giménez, 2011, p.134/25, tradução nossa) [13].

Ermínia Maricato (1999), urbanista e ex-secretária de habitação de São Paulo, também destaca a importância de uma reforma abrangente que transcenda os limites geográficos, envolvendo tanto a cidade quanto o campo. Ela argumenta que a desigualdade, a injustiça e a segregação persistem enquanto não houver uma reforma estrutural que democratize o acesso à terra e à moradia digna em todo o território nacional. Junto a isso, Maricato aponta para a necessidade da sociedade civil se manter independente do aparelho de Estado, mas ao mesmo tempo participativa e atuante para garantir avanços significativos nas políticas urbanas e rurais. Na conjuntura atual existe uma urgência e necessidade de mobilização constante dos movimentos sociais para enfrentar as estruturas de poder estabelecidas que perpetuam injustiças sociais, ambientais e econômicas.

Milton Santos (2022) contribui para esse debate ao enfatizar o papel político da cidade como regulador das atividades agrícolas e como sede de uma sociedade complexa e diversa. Ele argumenta que a emergência da cidade como um lugar político requer uma interpretação crítica do movimento global e uma constante reflexão sobre as dinâmicas locais que moldam e são moldadas pelo debate público.

Em resumo, a questão da reforma agrária popular não é apenas um problema do campo, mas uma questão que envolve diretamente as dinâmicas urbanas e rurais do Brasil. Os movimentos camponeses, em aliança com trabalhadores e trabalhadoras das cidades, buscam não apenas redistribuir a terra, mas também transformar as estruturas sociais e econômicas que perpetuam a desigualdade e a exclusão também nas cidades. Essa luta é complexa e multifacetada, mas fundamental para alcançar os horizontes de uma sociedade digna e sem fome.

Além da discussão sobre a reforma agrária popular, a cidade, especialmente os territórios ocupados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, desempenha um papel

¹³ “To build this kind of political power, organizations in the food movement will need strong alliances and must distinguish superficial reform from structural change.”

crucial na reflexão sobre a inserção da agroecologia nos espaços urbanos. O MTST, assim como o MST no campo, tem pensado e promovido práticas agroecológicas como uma alternativa viável e sustentável para a produção de alimentos nas áreas urbanas. Em alguns territórios urbanos ocupados pelo MTST, a agroecologia não apenas oferece uma fonte de alimentação saudável e acessível para os moradores, mas também fortalece a autonomia e a resiliência das comunidades frente às crises econômicas e ambientais.

Assim, a cidade, através dos territórios do MTST, emerge como um campo ativo para a experimentação e a implementação da agroecologia e do fomento à soberania alimentar nas periferias como parte integrante de uma visão mais ampla de transformação social e econômica. Essa abordagem não apenas complementa a luta pela reforma agrária no campo, mas amplia o debate sobre as formas alternativas de uso da terra e de organização socioeconômica nas áreas urbanas.

Por fim, que os movimentos sociais tenham exemplos e toquem as mentes e os corações das pessoas em busca da construção da solidariedade como horizonte e como base para o estabelecimento de outros modos de vida.

“Tenhamos como o Abbé Pierre, este inconformado com a miséria do mundo, a coragem de dizer coisas que não deviam ser ditas, coisas que “não agradarão aos corações de pedra, aos barrigas-cheias, aos consciências-tranquilas, mas agradarão certamente a todos aqueles que têm fome de justiça e de amor.” (Castro, 1960, p.55)

5. Considerações finais

O objetivo desta pesquisa não é concluir que os movimentos sociais camponeses e urbanos devem unificar-se ou fundir-se. Tampouco pretende romantizar ou ignorar as contradições inerentes a esses movimentos – contradições que, aliás, são naturais a toda relação humana. Pelo contrário, busca-se reconhecer e valorizar o potencial transformador que eles apresentam para a construção de uma nova sociedade.

Pensar a fome e sua superação a partir dos movimentos socioterritoriais estudados significa enxergar a luta daqueles que a vivenciaram diretamente, daqueles que trabalham para matar a fome de tantas pessoas, e daqueles que se solidarizam com a dor dos que nada têm e são reduzidos a meros instrumentos de exploração dentro do sistema capitalista. Significa, ainda, valorizar sua luta por um modelo de sociedade alternativo, no qual a solidariedade seja o alicerce das relações sociais e o alimento, uma fonte de vida essencial, sagrada, cultural e simbólica.

Como questão estrutural do modo de produção capitalista, a superação plena da fome só será possível com a superação do próprio sistema. Este é um processo que não ocorrerá de forma abrupta, mas exigirá esforços contínuos, como os promovidos pelos movimentos socioterritoriais aqui estudados. Esses esforços, ao mesmo tempo em que constroem pequenas reformas, são revolucionários pois sinalizam a existência de um horizonte transformador: um mundo sem fome, onde a solidariedade reordene as bases das relações humanas.

Nesse sentido, a reforma agrária popular emerge como uma condição essencial para o combate à fome em sua raiz estrutural, uma vez que deixa de ser um tema restrito às populações que vivem no campo para se transformar numa necessidade de toda a sociedade. Os camponeses, isoladamente, não possuem força suficiente para alterar a correlação de poder necessária à reorganização da estrutura fundiária. A reforma agrária só será possível quando as populações urbanas também compreenderem sua urgência e se unirem à essa luta.

Pensar a reforma agrária popular é refletir sobre os direitos básicos e essenciais que deveriam ser garantidos a todos, independentemente de onde vivem. A luta por terra, por moradia, por vestuário, por condições dignas de existência e por novas relações sociais baseadas no cuidado é, intrinsecamente, a luta pelo combate à fome e pela construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Como nos ensina a dialética, cada ação, por menor que pareça, contribui para uma transformação mais ampla e profunda. Movimentos como MST e MTST, com todas as suas limitações e contradições, são exemplos concretos de como podemos pensar e agir em prol de um futuro diferente. Seu compromisso com a luta por dignidade, justiça social e acesso ao alimento nos lembra que a revolução pode ser gestada em cada ato de resistência, em cada cozinha solidária, em cada horta sem veneno, em cada mutirão e em cada lote agroecológico.

Portanto, enquanto o sistema vigente não for superado, esses movimentos continuarão a desempenhar um papel central em manter viva a utopia de um mundo sem fome, mostrando que há caminhos e ações possíveis para a construção de um novo modelo de sociedade.

Entende-se que para combater a fome e acabar com o problema da alimentação em nosso país, precisamos chegar à raiz da questão. São necessárias transformações profundas e radicais nas estruturas de poder que hoje dominam o sistema alimentar global. Esse deve ser sempre o horizonte. Horizonte que se forma e permanece pulsante nos corações e nas lutas dos movimentos socioterritoriais aqui estudados.

Tanto o MST quanto o MTST se baseiam em princípios anticapitalistas de luta contra a hegemonia neoliberal, realizando disputas ideológicas e territoriais e lutando pelos direitos

e dignidade dos trabalhadores rurais e urbanos. Dentro dos movimentos sociais estudados percebe-se que as pautas de habitação, educação, emprego, saúde, assistência social e direito à alimentação não estão desconectadas entre si, mas são interdependentes.

As lutas pela reforma agrária popular e pela reforma urbana radical também não são reivindicações isoladas umas das outras. Elas se acompanham e vêm acompanhadas das lutas por dignidade aos trabalhadores brasileiros. São lutas contra a precariedade e contra o sistema que precariza e nega os direitos do povo. Uma vez que para se ter dignidade é fundamental que as necessidades básicas sejam garantidas, em termos quantitativos e qualitativos, a luta de ambos movimentos acontece para além de seus conflitos centrais. Lutar por reforma agrária popular e reforma urbana é necessariamente lutar pelo combate à fome, pelo direito de se alimentar, pelo direito de se nutrir. Entende-se aqui que os conceitos e lutas travadas pelos movimentos socioterritoriais - MST e MTST - não estão desvinculados da luta pelo combate à fome e, para além, pelo direito à alimentação saudável e nutritiva para todos os trabalhadores e trabalhadoras do nosso país.

Uma vez que a realidade vivenciada no meio rural é diferente daquela que se dá no meio urbano, os movimentos socioterritoriais estudados alcançam resultados distintos em relação ao combate à fome. O MST, enraizado no campo, baseia sua luta na soberania alimentar, promovendo a reforma agrária e a agroecologia como caminhos para garantir o acesso à terra e a produção sustentável de alimentos. Já o MTST, enquanto movimento urbano, concentra-se na segurança alimentar, priorizando iniciativas que oferecem respostas imediatas às necessidades alimentares das populações mais vulneráveis, muitas vezes em espaços marcados pela precariedade e privação de direitos.

Apesar dessa diferença, as lutas de combate à fome dos movimentos socioterritoriais caminham na mesma direção. O objetivo comum de garantir dignidade aos trabalhadores—por meio da luta pela terra, moradia, trabalho e alimento—e com transformações estruturais profundas no horizonte de luta—coloca os discursos e estratégias de combate à fome do MST e do MTST no mesmo caminho.

Essas convergências nos indicam novas possibilidades na construção de uma luta maior, com mais força e coesão, capaz de mobilizar tanto as áreas rurais quanto urbanas em um esforço conjunto. Ao unirem seus propósitos, o MST e o MTST demonstram que, apesar das diferenças territoriais e organizacionais, há um campo fértil para a colaboração mútua. Essa aliança pode fortalecer as demandas sociais e políticas, ampliando o impacto das ações de ambos os movimentos na luta por um Brasil sem fome, onde a dignidade e os direitos dos trabalhadores sejam priorizados.

6. Referências

ALCÂNTARA, F. **Cozinhas Populares: solidariedade que alimenta corações e estômagos.** [S. l.], 15 dez. 2013. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Disponível em:

<https://mst.org.br/2023/12/15/cozinhas-populares-solidariedade-que-alimenta-coracoes-e-estomagos/> Acesso em: 15 abr. 2024.

ALMEIDA, F. F. **A comercialização através de mecanismos de vendas diretas como forma de resistência camponesa. Assentamento Bela Vista Iperó SP.** *In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA - ENANPEGE*, 13., 2019, São Paulo, . [Anais...]. [Recife: ANPEGE, 2019].

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. I. The adaptation and mitigation potential of traditional agriculture in a changing climate. **Climatic Change**, Dordrecht, v. 140, p. 33-45, 2017.

ALTIERI, M. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n. 16, p. 22-32, 2012.

AMANCIO ALVES, J. J. Uma leitura geográfica da fome com Josué de Castro. **Revista de Geografia Norte Grande**, Santiago, n. 38, p. 5-20, dic. 2007.

AMORIM, P.; BORSATTO, R. S.; MILANO, G. B. Agricultura urbana como instrumento de luta do MTST: um estudo preliminar. *In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS*, 10., 2023, São Carlos. **Anais [...]**. [Rio de Janeiro: Rede de Estudos Rurais, 2023].

Disponível em:

<https://redesrurais.org.br/artigos/artigo-b3d9e55a65b1bbfefd5a06d98414eb67213130-arquivo.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2024.

ARANHA, A. V. **Fome Zero: uma história brasileira.** [Brasília, DF]: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2010.

BARBOSA, J. L.; TEIXEIRA, L. Territórios populares entre as desigualdades profundas e o direito à vida. *In: CARLOS, A. F. A. (coord.). COVID-19 e a crise urbana.* São Paulo: FFLCH/USP, 2020. p. 67-77.

BENOIT, H. O assentamento Anita Garibaldi: entrevista com lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, n. 14, p. 134-141, 2002.

BLANCO, L. F.; LEME, A. S.; ANTIPON, L. C.; RIBEIRO JUNIOR, J. R. S. Fome, assistência alimentar e direitos no Brasil: políticas da vida cotidiana na pandemia. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 24, n. 96, p. 196–211, 2023.

BORGES, J. **MST: do produtivismo à agroecologia.** São Paulo: Editora PUC Goiás, 2010.

BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, São Paulo, v. 51, p. 645-660, 2013.

BORSATTO, R. S.; MACEDO, A. C.; JUNIOR, W. F. A.; SOUZA-ESQUERDO, V. F. Back to the past: authoritarian populism, disruptive governance and policy dismantling in rural Brazil. In: IORIS, A. A. R.; FERNANDES, B. M. (ed.). **Agriculture, environment and development: international perspectives on water, land and politics**. 2nd. ed. Cham: Springer International Publishing, 2022. p. 63-85.

BOULOS, G. **Por que ocupamos**. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A trajetória do programa que tirou o Brasil do mapa da fome. Brasília, DF, 25 out. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/a-trajetoria-do-programa-que-tirou-o-brasil-do-mapa-da-fome>. Acesso em: 4 jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Manifesto comida de verdade: 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, DF, 6 nov. 2015. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/5_conferencia/5_conferencia/Manifesto_COMIDADEVERDADE.pdf. Acesso em 10 nov. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Edital de R\$ 30 milhões em recursos para as cozinhas solidárias é prorrogado. Brasília, DF, 18 jul. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/edital-de-r-30-milhoes-em-recursos-para-as-cozinhas-solidarias-e-prorrogado>. Acesso em: 13 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.628, de 17 de janeiro de 2023. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária; altera as Leis nºs 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); e revoga dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.284, de 29 de dezembro de 2021. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14628.htm. Acesso em: 14 dez. 2024.

BRINGEL, B.; FALERO, A. Redes transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, p. 267-286, 2008.

BRITO, F. R. S. S.; BAPTISTA, T. W. F. Sentidos e usos da fome no debate político brasileiro: recorrência e atualidade. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 10, p. e00308220, 2021. Disponível em: scielo.br/j/csp/a/QsKwnNkdFdDrbpBcVYGcYwz/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 5 abr. 2024.

BUENO, E. **Brasil: uma história: cinco séculos de um país em construção**. Rio de Janeiro: Leya, 2012.

BURCHI, F.; FANZO, J.; FRISON, E. The role of food and nutrition system approaches in tackling hidden hunger. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, Basileia, v. 8, n. 2, p. 358-373, 2011.

CAMPOS, J. A.; SILVA, A. F. A relação campo-cidade e a luta pelo território no Brasil: uma análise complementar dos movimentos sociais MST e MTST. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 18., 2016, São Luís **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo: AGB, 2016.

Disponível em:

<https://agb.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Andr%C3%A9-Felipe-Fernandes-da-Silva.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2024.

CARDONA, D. V.; SOBREIRO FILHO, J. Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 19, n. 30, p. 148-168, 2016. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2963>. Acesso em: 20 out. 2024.

CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro, Zahar, 2023.

CASTRO, J. Fome como força social: fome e paz. **Josué de Castro vida e obra**, v. 2, 2007.

CASTRO, J. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1957.

CASTRO, J. **Homens e caranguejos**. Rio de Janeiro: Editora O Cruzeiro, 1967.

CASTRO, J. **O livro negro da fome**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1946.

CASTRO, J. **Sete palmas de terra e um caixão**. São Paulo: Brasiliense, 1967.

CÁTEDRA JOSUÉ DE CASTRO. Que brasileiro, que fomalha: a crise socioambiental e alimentar. *In*: CAMPELLO, T.; BORTOLETTO, A. P. (org.). **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro**. São Paulo: Elefante, 2022. p. 275-278.

CÁTEDRA JOSUÉ DE CASTRO. Da fome à fome: a volta da insegurança alimentar. **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro**. São Paulo: Elefante, 2022. p. 97-106

CHUN, S. El hambre que asedia el capital: la deconstrucción como crítica al liberalismo. **Nómadas**, Bogotá, n. 48, p. 181-193, 2018.

COZINHA SOLIDÁRIA. O projeto. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.cozinhasolidaria.com/>. Acesso em: 25 jul. 2024.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio : mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. 1a. ed. Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS, 2012.

MACEDO, A. C.; SOUZA-ESQUERDO, V. F.; BORSATTO, R. S. Neoliberal agenda and the dismantling of socially-efficient public food procurement programs: an emblematic case. **Global Food Security**, v. 37, p. 100683, 2023. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2211912423000135>. Acesso em: 10 nov. 2024.

OLIVEIRA, A. U; FARIA, C. S. **O processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil**. [S. l.], 2009. Disponível em:

<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/94.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2024.

OLIVEIRA, A. U. Barbárie e modernidade: o agronegócio e as transformações no campo. **Agricultura Brasileira: Tendências, Perspectivas e Correlação de Forças Sociais**, São Paulo, v. 2, n. 21, p.113-156, 2003.

DE PAULO GEWEHR, L. L. et al. Geopolitics of hunger: geopolitics, human security and fragile states. **Geoforum**, Amsterdã, v. 137, p. 88-93, 2022.

DE SORDI, D. **Relatório: na cozinha, não há só comida: segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar nas experiências de Cozinhas Solidárias na Argentina, Colômbia, Uruguai e Brasil: síntese e apontamentos para a regulamentação do Programa Nacional Cozinha Solidárias (PNCS) brasileiro, Lei 14.628, de 20 de junho de 2023**. Rio de Janeiro; Brasília: Fiocruz/VPAAPS; Fiocruz/GEREB, 2023.

DE SORDI, D. Cozinhas Solidárias do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST): solidariedade e reconstrução da esfera pública (2021-2022). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 15, p. 1-21, 2023.

DEZEMONE, M. A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 36, p. 131-154, 2016.

ELIAS, D. O alimento-mercadoria e a fome no Brasil. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 41, n. 1, 2021.

ENGELS, B. Disparate but not antagonistic: classes of labour in cotton production in Burkina Faso. **Journal of Agrarian Change**, Chichester, v. 23, n. 1, p. 149-166, 2023.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n. 6, p. 24-34, 2012.

FERNANDES, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. 199f. Tese (livre-docência) - Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente, Prudente, 2013. v. 1, pt.1-2. Disponível em: [Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico](#). Acesso em: 24 jun. 2024.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo. 2008.

FERNANDES, F. Padrões de dominação externa na América Latina. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 11, n. 1, p. 310-324, 2019.

FERNANDES, S. Pedagogia crítica como práxis marxista humanista: perspectivas sobre solidariedade, opressão, e revolução. **Educação & Sociedade**, Cidade de publicação, v. 37, n. 135, p. 481-496, 2016.

SILVA FILHO, O. J. Contribuições para o debate da comida no capitalismo contemporâneo. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 25, p. 469-477, 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FRUTUOSO, M. F. P.; VIANA, C. V. A. Quem inventou a fome são os que comem: da invisibilidade à enunciação—uma discussão necessária em tempos de pandemia. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 25, p. e200256, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/LPHP93S94TgNtKbGtRZtDcs/?lang=pt> Acesso em 15 abr. 2024.

FURTADO, L. **Solidariedade Sem Terra chega a 1 milhão de marmitas e 5 mil toneladas de alimentos doados durante a pandemia**. [S. l.], 8 jul., 2021. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/07/08/solidariedade-sem-terra-chega-a-1-milhao-de-marmitas-e-5-mil-toneladas-de-alimentos-doados-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 17 jun. 2024.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil**. Belo Horizonte, 2024. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>. Acesso em: 28 jul. 2024.

GALVÃO, A. Marxismo e movimentos sociais. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 32, p. 107-126, 2011.

SILVA, J. G. **Reforma agrária: por uma agenda de cidadania rural**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

GRISA, C.; PORTO, S. I. Políticas alimentares e referenciais setoriais na trajetória brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 61, n. 3, p. e259390, 2022.

GOHN, M. G. **Ativismos no Brasil: movimentos sociais, coletivos e organizações sociais civis - Como impactam e por que importam?** Rio de Janeiro: Vozes, 2022.

GOHN, M. G. (org). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004

GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista brasileira de Educação**, Cidade de publicação, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011.

GOHN, M. G. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.

GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais**. 5.ed. São Paulo: Loyola, 2006.

GONÇALVES, C. W. **Para outras conexões rural-urbanas a reapropriação social da natureza**. 2021.

HALVORSEN, S.; FERNANDES, B. M.; TORRES, F. V. Movimientos socioterritoriales: casos de América Latina y Europa. **Geograficando**, v. 17, 2021.

HOLT-GIMÉNEZ, E., SHATTUCK, A., ALTIERI, M., HERREN, H.; GLIESSMAN, S. We already grow enough food for 10 billion people... and still can't end hunger. **Journal of Sustainable Agriculture**, v. 36, n. 6, p. 595-598, 2012.

HOLT-GIMÉNEZ, E.; SHATTUCK, A. Food crises, food regimes and food movements: rumblings of reform or tides of transformation?. **The Journal of peasant studies**, v. 38, n. 1, p. 109-144, 2011.

HOLT-GIMÉNEZ, E., ALTIERI, M. Agroecology, food sovereignty, and the new green revolution. **Agroecology and sustainable Food systems**. v.1, n.37, p.90-102, 2013.

HOLT-GIMÉNEZ, E. Food security, food justice, or food sovereignty?: Crises, food movements, and regime change. 2011.

HOLT-GIMÉNEZ, E. **A foodie's guide to capitalism**. NYU Press, 2017.

HOYOS, C. J. C.; D'AGOSTINI, A. Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências/Food Security and Food Sovereignty: convergences and divergences. **Revista Nera**, n. 35, p. 174-198, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Segurança alimentar nos domicílios brasileiros volta a crescer em 2023. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39838-seguranca-alimentar-nos-domicilios-brasileiros-volta-a-crescer-em-2023>. Acesso em 20 dez. 2024.

INSTITUTO HEINRICH BÖLL. Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. São Paulo: Fundação Heinrich Böll, 2018.

JESUS, C. M. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2014.

JUNIOR, E. B. L. et al. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, p.118, 2021.

KAHIL, S. P. Psicoesfera: uso corporativo da esfera técnica do território e o novo espírito do capitalismo. **Sociedade & Natureza**, v. 22, p. 475-485, 2010.

LEME, A. S. Josué de Castro e as metamorfoses da fome no Brasil, 1932-1946. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 28, n. 4, p. 1115-1135, 2021.

LOURENÇO, F. A. **Agricultura ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira**. Editora da Unicamp, 2001.

LUXEMBURGO, R. Reforma ou revolução. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.]

MALUF, R. Fome e desigualdades no Brasil: de Josué às disputas contemporâneas. *In*: CAMPELLO, Tereza; BORTOLETTO, A. P. (org.). **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro**. São Paulo: Elefante, p. 124, 2022.

MARICATO, E. A terra é um nó na sociedade brasileira... também nas cidades. **Cultura Vozes**, v. 93, n. 6, p. 7-22, 1999.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. 2018.

MARTINS, G. I. Crise alimentar e geopolítica dos alimentos: regime neoliberal corporativo e o aprofundamento do projeto de insegurança alimentar global no século XXI. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**. Uberlândia, v. 19, n. 55, p. 145-172, 2024.

MARX, K. **Teses sobre Feuerbach**. In: MARX, K; ENGELS, F. A ideologia alemã. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEDEIROS, J. **A nova esquerda latino-americana: movimentos sociais, institucionalização e crise do progressismo**. 2018. 287 folhas. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, 2020.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais?. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 49-66, 1989.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Raízes da Fome**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. p. 28-29.

MOURA, C. **População e miscigenação no Brasil**. In: MOURA, C. Dialética radical do Brasil negro. 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, p. 75-102, 2020.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES (MPA). Soberania alimentar deve ser debatida pelo conjunto da sociedade. 2016. Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/artigos/soberania-alimentar-deve-ser-debatida-pelo-conjunto-da-sociedade/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Agroecologia e o MST. 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/10/24/agroecologia-e-o-mst/>. Acesso em: 23 abr. 2024.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Campanha Mãos Solidárias do MST recebe Prêmio Pacto Contra a Fome da ONU. 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/10/26/campanha-maos-solidarias-do-mst-recebe-premio-pacto-contr-a-fome-da-onu/>. Acesso em: 13 jun. 2024.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). 40 anos de comunicação popular: do boletim ao Jornal Sem Terra. 2024 Disponível em: <https://mst.org.br/especiais/quarenta-anos-de-comunicacao-popular-do-boletim-ao-jornal-sem-terra/>. Acesso em: 02 dez. 2024.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Campanha Mãos Solidárias do MST recebe prêmio Pacto Contra a Fome da ONU. 26 out. 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/10/26/campanha-maos-solidarias-do-mst-recebe-premio-o-pacto-contr-a-fome-da-onu/> Acesso em 21 abr. 2024

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). MST inaugura sacolão popular em SP e promete ações mensais para população em situação de rua. 25 fev. 2024. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/02/25/mst-inaugura-sacolao-popular-em-sp-e-promete-aco-es-mensais-para-populacao-em-situacao-de-rua/> Acesso em 28 abr. 2024

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Jornal Sem Terra. Disponível em: <https://mst.org.br/jornal-sem-terra/>. Acesso em: 20 abr. 2024.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Nossa Produção. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-producao/>. Acesso em: 05 jan. 2025.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST). Hortas Comunitárias do MTST | Comida Sem Veneno na Periferia. 23 ago. 2019. Disponível em: <https://mtst.org/mtst/hortas-comunitarias-do-mtst-comida-sem-veneno-na-periferia/>. Acesso em: 20 abr. 2024.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST). Vozes que Alimentam: O Boletim das Cozinhas Solidárias Transformando Notícias em Conexão. 10 nov. 2023. Disponível em: <https://mtst.org/noticias/vozes-que-alimentam-o-boletim-das-cozinhas-solidarias-transformando-noticias-em-conexao/>. Acesso em 15 abr. 2024.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST). Carta dos trabalhadores sem teto para a sociedade brasileira. 2023. Disponível em: <https://mtst.org/mtst/carta-dos-trabalhadores-sem-teto-para-a-sociedade-brasileira/>. Acesso em: 15 mai. 2024.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST). Quem Somos? 2024. Disponível em: <https://mtst.org/quem-somos/fake-news/>. Acesso em 20 dez. 2024.

OLIVEIRA, G. G; OLIVEIRA, A. L; MESQUITA, R. G. A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe e a Pesquisa em Educação. **Educação & Realidade**, v. 38, p. 1327-1349, 2013.

OLIVEIRA, R. D. A formação política de trabalhadores precarizados no MST e no MTST. **REVES - Revista Relações Sociais**, v. 2, n. 1, p. 0034-0050, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). Segurança alimentar e nutricional: uma visão integrada. 2004. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/ed136ed7-338c-4cca-8e43-476b2c3c89f4/content#:~:text=Existe%20seguran%C3%A7a%20alimentar%20quando%20todas,uma%20vida%20ativa%20e%20saud%C3%A1vel.> Acesso em: 23 dez. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). The State of Food Security and Nutrition in the World 2023. Roma, 2023. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/d5be2ffc-f191-411c-9fee-bb737411576d/content>. Acesso em 20 nov. 2024.

PIRES, T. R. O.; QUEIROZ, M.; NASCIMENTO, W. F. A Linguagem da Revolução: Ler Frantz Fanon desde o Brasil . In: FANON, F. **Os condenados da terra**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, p. 7-28, 2022.

POMPEIA, C. **Formação política do agronegócio**. Editora Elefante, 2021.

PONTES, F. A., FERRANTE, V. L. S. B., BARONE, L. A. As tramas entrelaçadas da produção e comercialização de cultivos agroecológicos: o caso do Horto Bela Vista, Iperó/SP. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 41, n. 2, p. 301-322, 2021.

RAFAEL, R. **O MTST e a luta por teto, trabalho e pão nas cidades brasileiras. Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)**. 05 fev. 2024. Disponível em: <https://mtst.org/mtst/o-mtst-e-a-luta-por-teto-trabalho-e-pao-nas-cidades-brasileiras/>. Acesso em 20 mai. 2024.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Teresa S. C. P. Alves. São Paulo: Hucitec, 1993.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN). II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN : relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert, 2022.

RIBEIRO JUNIOR., J. R. S. Uma resposta política para a fome: Josué de Castro e as ligas camponesas. **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, 2020.

RIBEIRO JUNIOR, J. R. S.; SAMPAIO, M. A. P.; BANDONI, D. H.; CARLI, L. S. **Atlas das situações alimentares no Brasil contemporâneo**. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2021.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Editora Atlas, p. 207-263, 2012.

ROBERTS, E.; THOMPSON, M. Rethinking Malthusian theory in the context of modern food security. **International Journal of Food Studies**, v. 9, n. 1, p. 102-115, 2019.

RODRIGUES, F. C. **MST: formação política e reforma agrária nos anos de 1980**. 2013. 187 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1620072>. Acesso em: 7 fev. 2025.

SALLES-COSTA, R. Desafios políticos da retomada da fome e da insegurança alimentar no Brasil. *In*: CAMPELLO, Tereza; BORTOLETTO, A. P. **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro**. São Paulo: Elefante, p. 124, 2022.

SAMPAIO, P. A. **A questão Agrária Brasileira e a luta pelo socialismo**, *In*: A questão Agrária no Brasil: Debates sobre a situação e perspectiva da reforma agrária na década de 2000. João Pedro Stédile (org.), 1a ed., Editora Expressão popular, 2013.

SAMPAIO JR., P. A. **Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão Agrária**. *In*: A questão Agrária no Brasil: Debates sobre a situação e perspectiva da reforma agrária na década de 2000. João Pedro Stédile (org.), 1a ed., Editora Expressão popular, 2013

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Record, 2022.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho. Sampa + Rural. Disponível em: <https://sampamaisrural.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em 26 jun. 2024.

SAUER S. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Embrapa Informação Tecnológica. 2008.

SAUER S. “Reforma agrária de mercado” no Brasil: um sonho que se tornou dívida. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 18, n. 1, pp. 98-126, 2010.

SEN, A. **Poverty and famines: an essay on entitlement and deprivation**. Oxford: Clarendon Press, 1981

SILVA, H. C. G. M. Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST. **Revista Nera**, [S. l.], n. 36, p. 178–195, 2017.

SILVA, E. B.; CALAÇA, M. DISPUTAS PELA TERRA E NA TERRA: POSSIBILIDADES PARA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NO ASSENTAMENTO CUNHA, EM CIDADE OCIDENTAL, GO (Dispute over the land and on the land: possibilities for agro-ecological production at Cunha settlement, in Cidade Ocidental...). **Revista Nera**, n. 27, p. 214-239, 2015.

SIMÕES, G., CAMPOS, M., RAFAEL, R. **MTST 20 anos de história: Luta, organização e esperança nas periferias do Brasil**. São Paulo: Autonomia literária, 2017.

SOBREIRO FILHO, J. **O movimento em pedaços e os pedaços em movimento: da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão nos movimentos socioterritoriais camponeses**. Dissertação: Programa de Pós-graduação em Geografia, FCT-UNESP. Presidente Prudente. 2013

STÉDILE, J. P., FERNANDES, B. M. Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. In: **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. p. 167-167, 1999.

STÉDILE, J. P. **Reforma Agrária popular, por terra e soberania alimentar**. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). 21 jun., 2013. Disponível em: <https://mst.org.br/2013/10/21/reforma-agraria-popular-por-terra-e-soberania-alimentar/>. Acesso em: 14 abr. 2024.

TEIXEIRA, L. S. C. A fome na reprodução do capital: uma análise do alimento-mercadoria. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 25, p. 449-458, 2022.

THIRY-CHERQUES, H. R. Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. **Revista PMKT**, v. 3, n. 2, p. 20-27, 2009.

TOMAZINI, C. G.; LEITE, C. K. S. Programa Fome Zero e o paradigma da segurança alimentar: ascensão e queda de uma coalizão?. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 24, p. 13-30, 2016.

TOURAINÉ, A. **Le retour de l'acteur**. Paris: Fayard, 1984.

TOURAINÉ, A. Movimentos sociais *In*: Foracchi e Martins. **Sociologia e sociedade. Leituras de introdução à sociologia**. Livros Técnicos e Científicos Editora, 1977.

TOURAINÉ, A. **Palavra e sangue**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

VASCONCELOS, F. A. G. Josué de Castro e a Geografia da Fome no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 2710-2717, 2008.

ZIEGLER, J. **Destrução em massa: geopolítica da fome**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2013.